

Editorial

Caros leitores,

Neste sexto número da da Revista DisSoL – Discurso, Sociedade e Linguagem, publicada pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL) da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás), apresentamos sete artigos e uma resenha elaborados por integrantes das seguintes instituições: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp); Instituto Federal do Pará e Universidade Federal do Pará; Universidade de São Paulo; Universidade de Franca (Unifran); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade do Vale do Sapucaí (Univás); Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação; Universidade Presbiteriana Mackenzie e Faculdade de Direito Devry/Metrocamp e da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ).

Na seção **Artigos** contamos com os manuscritos: a) *Congruências e heterogeneidades: uma análise semiótica dos gêneros cartaz e charge*, escrito por Luiza Bedê; b) *A prática discursiva publicitária do ensino superior privado*, de Jairo da Silva e Silva; c) *“Em que momento serei uma criança?”: o discurso do pós-humanismo e a medicalização do corpo infantil*, de Aline Fernandes Bocchi e Bruno Monteiro Herculino; d) *Gênero e estilo em semiótica: análise de encartes de Aladdin, da Walt Disney*, de Mário Sérgio Teodoro da Silva Junior; e) *Sobre a deficiência e algumas possibilidades de sentidos*, de Andressa Marchesan; f) *Sentidos em trânsito: possíveis formas de sociabilidade a partir do comando “curtir”, na rede social Facebook*, de Diego Henrique Pereira; e, g) *Entre a lacuna jurídica e o silenciamento: a família homoafetiva para o direito brasileiro*, de de Adriana de Moraes Pereira Santos, Débora Raquel Hettewer Massmann e Patrícia C. Brasil; i) O impeachment de Dilma Rousseff (PT) e a cassação de Eduardo Cunha (PMDB) em comentários no Facebook, de Gabriel Reis Moraes Machiaveli. A **Resenha** é de autoria de Valéria Fonseca Leite e se debruça sobre a obra *Padrões Sociolinguísticos* de William Labov.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Sumário

Artigos

CONGRUÊNCIAS E HETEROGENEIDADES: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DOS GÊNEROS CARTAZ E CHARGE, de Luiza Bedê.....	3
A PRÁTICA DISCURSIVA PUBLICITÁRIA DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO, de Jairo da Silva e Silva.....	16
“EM QUE MOMENTO SEREI UMA CRIANÇA?”: O DISCURSO DO PÓS-HUMANISMO E A MEDICALIZAÇÃO DO CORPO INFANTIL, de Aline Fernandes de Azevedo Bocchi e Bruno Monteiro Herculino.....	31
GÊNERO E ESTILO EM SEMIÓTICA: ANÁLISE DE ENCARTES DE ALADDIN, DA WALT DISNEY, de Mário Sérgio Teodoro da Silva Junior	55
SOBRE DEFICIÊNCIA E ALGUMAS POSSIBILIDADES DE SENTIDOS, de Andressa Marchesan.....	69
SENTIDOS EM TRÂNSITO: POSSÍVEIS FORMAS DE SOCIABILIDADE A PARTIR DO COMANDO “CURTIR”, NA REDE SOCIAL FACEBOOK, de Diego Henrique Pereira..	82
ENTRE A LACUNA JURÍDICA E O SILENCIAMENTO: A FAMÍLIA HOMOAFETIVA PARA O DIREITO BRASILEIRO, de Adriana de Moraes Pereira Santos, Débora Raquel Hettewer Massmann e Patrícia C. Brasil	99
O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF (PT) E A CASSAÇÃO DE EDUARDO CUNHA (PMDB) EM COMENTÁRIOS NO FACEBOOK, de Gabriel Reis Moraes Machiaveli .	109

Resenha

RESENHA DO LIVRO PADRÕES SOCIOLINGUÍSTICOS DE WILLIAM LABOV, de Valéria Fonseca Leite.....	126
--	-----

CONGRUÊNCIAS E HETEROGENEIDADES: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DOS GÊNEROS CARTAZ E CHARGE

Luiza Bedê*

Resumo:

O presente artigo tem como um de seus objetivos utilizar a concepção de gênero desenvolvida por Jacques Fontanille no que tange ao percurso gerativo da expressão, mais especificamente, aos três níveis de pertinência: texto-enunciado, objetos e cena prática. As análises possuem o intuito de demonstrar a intersecção entre os tipos discursivos e tipos textuais nos gêneros cartaz e charge.

Palavras-chave: Gênero; Congruência; Jacques Fontanille; Semiótica Francesa.

Abstract:

The present work aims to use the conception of genre developed by Jacques Fontanille, concerning the generative process of the expression. More specifically, it concerns the three levels of pertinence: text-utterance, objects, and predicative scene. The analyses aim to demonstrate the intersections between the discursive types and textual types in the following genres: poster and cartoon.

Keywords: Genre, Congruence, Jacques Fontanille, French Semiotics.

Introdução

As disciplinas de estudo que têm como objeto o discurso, nas últimas décadas, têm como um de seus temas principais de pesquisa pensar a importância do gênero para produção de sentido. São diversas áreas da Linguística que adotam essa perspectiva, as mais recorrentes são a da linguística textual (MARCUSCHI, 2008) e a

* Graduada em Letras (2012) e Mestre em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2015). Professora temporária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Contato: luiza_bede@hotmail.com.

da filosofia da linguagem (BAKHTIN, 2010). Outras áreas do campo do discurso — que não possuíam, até então, uma discussão acerca dessa noção — estão se debruçando sobre a noção de gênero, como é o caso da semiótica francesa, somando-se a outras perspectivas e delimitando o espaço essencial que tal categoria possui para o funcionamento discursivo.

A semiótica francesa, especificamente, a greimasiana, em alguns momentos, como no livro analítico *Maupassant* (GREIMAS, 1993), comenta a noção de gênero, mas por conta da necessidade de se considerar o caráter extrínseco ao texto para definir o gênero e por essa definição ter relação com a época específica de circulação, a análise aprofundada do gênero perderia a cientificidade tão buscada por Algirdas Julius Greimas. Assim, as análises da semiótica greimasiana, durante anos, não se apropriaram com profundidade da noção de gênero. Porém, aproximadamente vinte anos após a publicação de *Maupassant*, a semiótica com tendência greimasiana, por meio de Jacques Fontanille, em 1999, definiu categorias e descreveu sistematicamente a noção de gênero.

O presente trabalho, portanto, pretende utilizar a concepção de gênero desenvolvida por Jacques Fontanille, no que tange ao percurso gerativo da expressão, mais especificamente, os três níveis de pertinência elencados pelo semioticista, além de demonstrar, por meio da análise, a intersecção entre os tipos discursivos e tipos textuais nos gêneros abordados. Assim, para compreender o gênero é necessário adentrar nas concepções de textos e discurso dessa corrente teórica.

1. Gênero em Semiótica: do literário ao sincrético

Jacques Fontanille em *Sémiotique et Littérature* (2008) analisa as variáveis e invariáveis dos gêneros literários, como no romance e na novela, porém a teoria de gênero desenvolvida por ele pode abarcar diferentes tipos de semioses, porque está fundamentada na distinção elementar da semiótica: *texto* e *discurso*. Assim, qualquer semiótica-objeto pode ser analisada do ponto de vista do gênero, seja ela um romance, uma epopeia, um jornal televisivo, uma obra de Van Gogh ou Duchamp, pois todas essas semioses apresentam texto e discurso.

O texto é aquilo que se dá a apreender e é organizado a partir de elementos concretos que permitem exprimir a significação do discurso (FONTANILLE, 2008). O texto, portanto, é a forma, a expressão ou onde o discurso se materializa. Já o discurso é materializado no texto e é o processo de significação, ou, em outros

termos, o ato e o produto. Ou seja, é a enunciação particular e concretamente realizada (FONTANILLE, 2008).

[...] lembremos que é o discurso que permite ao texto a existência de uma significação intencional e coerente. Já o texto, enquanto “suporte” do discurso, apresenta-o ao leitor valendo-se de meios diversos, sejam convencionais ou inovadores. Isso permite que as formas textuais possam servir de base para qualquer tipo de manifestação discursiva coerente (PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012, p. 76).

Portela e Schwartzmann (2012) indicam que o texto possui diferentes formas de manifestar um discurso, para tanto, ele precisa ser coeso, ou seja, possuir organização sequencial, simetria, uma hierarquização interna absoluta. Essa multiplicidade de textos possíveis de serem elaborados faz com que o discurso seja coerente, considerando, principalmente, a intencionalidade do discurso.

A coerência aponta para a intencionalidade do discurso, que indica a existência de um único universo de sentido, mesmo que existam outras possíveis leituras. Ou seja, a coerência torna evidente um sentido que é apreendido globalmente, mesmo que se tenha a impressão de que não há homogeneidade na sua significação (PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012, p. 76).

Ou seja, é a coerência do discurso que implica em uma “monoisotopia”, um único universo de sentido de um enunciado. Nesse ponto, é necessário avaliar que a homogeneidade, às vezes não tão clara, indica a intencionalidade do discurso.

Fontanille (2008) arremata essas duas categorias, a coesão textual e a coerência discursiva, com um terceiro eixo motriz que produz a variabilidade, a diversidade e a multiplicidade do gênero, além de viabilizar uma análise que considera o universo socioletal e o espaço de circulação dos enunciados. Assim, essa abordagem aponta para uma heterogeneidade, pois carrega em si marcas da enunciação concreta. Esse terceiro elemento é o que Fontanille nomeia de

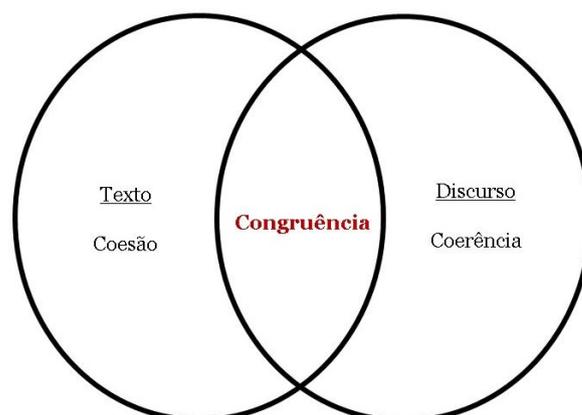


Figura 1 Congruência

congruência.

A congruência, portanto, é o que une as características discursivas e as características textuais, ela é responsável pelo efeito global de totalidade de sentido, é a harmonia e a concordância entre o discurso e o texto, essa articulação entre essas dimensões gera determinado gênero. Porém, a harmonia, a congruência entre discurso e texto perpassa alguns critérios elaborados por Fontanille que dizem respeito ao funcionamento interno dessas duas instâncias, dos quais veremos a seguir, na análise do gênero *charge* e *cartaz*.

2. O gênero charge e cartaz: o tipo textual e o tipo discursivo

Nesta seção, faremos uma breve exposição dos critérios utilizados por Fontanille para analisar o tipo textual e o tipo discursivo. Para tanto, utilizaremos como mote dessa exposição os gêneros cartaz e charge, respectivamente.

2.1. Tipo textual: Cartaz¹



Figura 2: Brasil, 10 anos de ditadura militar



Figura 3: Uruguay: un pueblo en lucha contra el fascismo



Figura 4: Basta de Milicos

¹ Todos os cartazes aqui apresentados fazem parte do corpus da pesquisa *Resistência e Exílio: o humor e a carnavalização nos enunciados verbo-visuais dos anos de chumbo* e foram colhidos no Instituto Vladimir Herzog, em 2014, pela autora.

Os três texto-enunciados são cartazes veiculados na América Latina no período da ditadura militar que se instaurou em diversos países do continente entre o fim da década de 50 aos anos 80. Percebemos que há entre eles semelhanças em relação a organização do texto, já que os três possuem elementos verbais, que informam um acontecimento, e visuais centralizados. Para analisar o tipo textual é necessário considerar que o modo como os elementos textuais estão distribuídos e organizados em uma certa materialidade determinam o tipo textual e funciona como um “suporte” para o discurso.

Segundo Fontanille (1999), devemos estabelecer dois critérios: o primeiro deles refere-se à “duração histórica ou do acontecimento narrado” (PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012, p. 77) do texto-enunciado no qual pode ser avaliado como *longo* ou *breve*. Os três cartazes acima não possuem uma longa duração como o romance, por exemplo, *Cem anos de solidão*, que narra sete gerações de uma família, organizado por vários capítulos e que a compreensão da obra se dá a partir da leitura do todo. Embora os cartazes retratem um longo período da ditadura militar, os três texto-enunciados pertencentes ao gênero cartaz são concisos, por isso, podemos elencá-los como *breves*.

Já o segundo critério estabelecido por Fontanille é um pouco mais complexo porque refere-se a duas instâncias do texto: a “unidade de leitura” que seria a sequência que possibilita o sentido em um todo organizado; e a “unidade de edição” que seria os recortes feitos dessa sequência. Vejamos os esquemas abaixo, sendo que a seta se refere a “unidade de leitura” e o retângulo à “unidade de edição”.

Texto



Figura 5: Coincidência entre a “Unidade de leitura” e a “unidade de edição”

Percebemos, nesse primeiro esquema, que a “unidade de edição” coincide com a “unidade de leitura”. Essa coincidência indica que determinado texto-enunciado é *fechado*, o sentido do todo do texto só será compreendido ao término da leitura, mesmo que o texto seja dividido em capítulos ou estrofes.

Texto

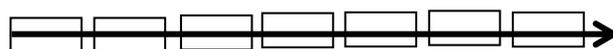


Figura 6: Não coincidência entre a “Unidade de leitura” e a “unidade de edição”

No segundo esquema, como vemos, a “unidade de leitura” não coincide com a “unidade de edição”, logo temos um texto *aberto*.

[...] se as unidades não coincidirem, a leitura não se limitará ao todo, permitindo assim que as partes sejam lidas (tenham sentido) também isoladamente [...] podemos ter um texto **aberto**, que resultaria, por exemplo, em uma série como a sequência de capítulos de revistas de história em quadrinhos, em que cada parte tem um sentido legível em si, mas que pode ser completado quando lida em conjunto (PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012, p. 77).

Voltando aos cartazes selecionados e tendo em mente o segundo critério textual, concluímos que o gênero cartaz coincide a “unidade de edição” com a “unidade de leitura”, porque a sequência do texto é a mesma do recorte dado, ou seja o texto é compreendido ao mesmo tempo em que o leitor se depara com o texto ou seja, é *fechado*.

Portanto, nós temos, no tipo textual, o primeiro critério que pode ser longo ou breve e o segundo que pode ser aberto ou fechado. Da relação entre esses dois critérios, temos o quadro a seguir:

	Longo	Breve
Aberto	Recursividade	Fragmentação
Fechado	Desdobramento	Concentração

Tabela 1: Tipos textuais

Da análise feita acima, concluímos que o gênero cartaz é breve e fechado, esse contato textual entre o breve e o fechado gera a concentração, “que nos apresenta um espaço textual reduzido, fornecendo, no entanto, o máximo de sua significação, como se passa na piada, no soneto, na máxima ou aforismo” (PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012, p. 78) e incluímos nessa lista também o gênero cartaz.

2.2. Tipo discursivo



Figura 5: Latuff, 2013



Figura 6: Latuf, 2015.

Os dois enunciados acima possuem uma única autoria, o cartunista brasileiro, Latuff. Ambos foram publicados entre os anos de 2013 e 2015.

Para Fontanille (1999), a definição do tipo discursivo se dá por meio de dois eixos: pelas modalidades da enunciação – que incluem os atos linguagem – e pelas axiologias e formas de avaliação dos discursos, assim nesse âmbito a enunciação é imprescindível para a compreensão e articulação do discurso

No primeiro critério, temos a definição de quatro tipos típicos de discursos, são eles:

	Crenças	Motivações	Aptidões	Efetuações
Modalizações	Assumir e Aderir	Querer e dever	Saber e poder	Ser e fazer
Tipos de discurso	Persuasivo	Incitativo	De habilitação	De realização

Tabela 2: Critérios de modalização e tipos discursivos

Tendo em vista as charges apresentadas acima, podemos considerar que no primeiro critério os texto-enunciados possuem um discurso de modalização do saber, do informar e, por isso, são correspondentes aos discursos de habilitação. Já no segundo critério, o que o define é a adesão e a extensão de alcance aos sujeitos a determinados discursos, assim, temos o esquema formulado por Fontanille (1999).

		Intensidade de adesão	
		Forte	Fraco
Extensão e quantidade	Valores exclusivos	Valores discretos	
	Valores participativos	Valores difusos	

Tabela 3: Tipos discursivos: Axiologia e Formas de avaliação do discurso

Desse modo, consideramos as charges expostas pertencentes aos valores exclusivos, pois “empregam valores absolutos que focalizam e valorizam sempre uma temática, uma figura, uma atitude específica, apurando, refinando, ‘descontaminando’ os modos, tal como se dá nos discursos moralistas e militantes” (PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012, p. 80).

A análise proposta nessa subseção teve o intuito de esmiuçar os critérios debatidos por Fontanille (1999) sobre os tipos textuais e os tipos discursivos, tais critérios demonstram a multiplicidade das possíveis combinações (entre textos e discursos) que possibilitam inúmeros gêneros que existem e que ainda podem ser criados, esse universo múltiplo está de acordo com as inúmeras formas da linguagem se manifestar, para tal, necessariamente, é preciso um texto coeso, um suporte e um meio de circulação. Esses três últimos também são tratados por Fontanille no seu percurso gerativo da expressão e na teorização sobre o gênero.

3. Congruência e os níveis de pertinência nos gêneros cartaz e charge

Como vimos, a congruência entre texto e discurso possibilita a formação do gênero, porém para analisar a congruência é necessária uma definição ampla, já que a existência de um determinado gênero prevê a produção, a circulação em determinado momento histórico. Dessa forma, para estudar o gênero, Fontanille propõe um “recorte” do seu *Percurso gerativo da expressão*, destaca-se do segundo ao quarto nível de pertinência, pois são justamente esses três níveis em movimento que definem o gênero nessa perspectiva. Os três níveis de pertinência propostos são: **texto-enunciado; objeto-suporte e cenas práticas.**

Tipo de Experiência	Instâncias Formais	
Figuratividade	Signos	
Coerência e Coesão interpretativas	Textos-enunciados	Gênero
Corporeidade	Objetos	
Prática	Cenas práticas	
Conjuntura	Estratégias	
Ethos e comportamento	Formas de vida	

Tabela 4: Instâncias formais e o gênero

Em cartazes expostos nas paredes, por exemplo, é necessário que o texto-enunciado por meio de sua letra, suas cores e sua organização seja compatível, coerente e coeso com a intenção que se tem que, no caso, é transmitir uma determinada informação ou orientação, do mesmo modo que a superfície, o suporte em que o texto-enunciado estará inscrito também deve ser compatível com o objetivo de tal gênero, já a cena prática deve envolver o maior número de pessoas possível ou, dependendo do cartaz, determinadas pessoas e o público ao qual pretende-se atingir.

Um cartaz que informe sobre a data de matrícula de uma universidade deverá circular em espaços que haja o maior número de estudantes em idade compatível com o ensino superior possível, colocá-lo em uma sala de descanso de uma escola de educação infantil não cumprirá a função de tal gênero. Nesse sentido, chamamos a atenção para a importância de os três níveis de pertinência estarem intrinsecamente inter-relacionados um com os outros. Essa inter-relação é que faz determinado gênero sê-lo. Assim, um cartaz de tamanho 10x15, entregue manualmente às pessoas que circulam em uma rua no centro da cidade, certamente não será um cartaz, mas um panfleto.

Nos níveis de pertinência, é necessário fazer uma distinção no nível do objeto-suporte, esse nível engloba tanto o suporte material, em que são inscritos os textos, e o suporte formal que seria o modo, a forma, a posição em que o texto é organizado e escrito.

A seguir, contrastaremos os níveis de pertinência de dois gêneros diferentes, a charge e o cartaz, são eles:



Figura 9: Latuff, 2012.

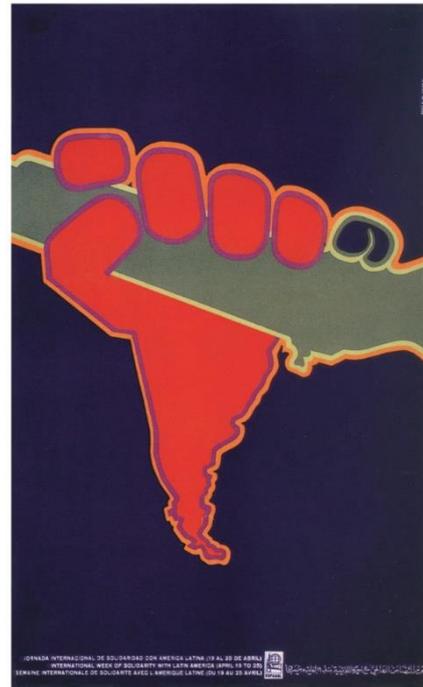


Figura 8: Jornada Internacional de Solidaridad con América Latina

À esquerda, temos o cartaz elaborado por Asela Perez, em 1970, para a Jornada Internacional de Solidaridad con América Latina. À direita, temos a charge intitulada “Mães de maio” do Latuff, publicada em 2012, na rede social do cartunista. Na análise, nos restringiremos na delimitação dos gêneros nas suas proximidades e distanciamentos, considerando os níveis de pertinência propostos por Fontanille, a

Níveis de pertinência	Instâncias formais	Propriedades textuais genéricas (Congruência)
Textos-enunciados	Cartaz	Concentração textual
Objetos-suporte	Material: Papel, superfície lisa que permita ser colada/anexada em mural ou parede; Formal: disposição vertical, com destaque centralizado.	Contato visual imediato, com poucas informações, marcação de autoria
Cenas Práticas	Na produção: <i>Prática de informar</i> Na circulação: <i>Prática de visualização</i>	Informar, advertir, mobilizar

Níveis de pertinência	Instâncias formais	Propriedades textuais genéricas (Congruência)
Textos-enunciados	Charge	Concentração textual
Objetos-suporte	Material: Papel de jornal/computador Formal: disposição horizontal, com um ou dois quadros, colorido.	Contato visual imediato, marcação de autoria e ano.
Cenas Práticas	Na produção: Prática artística e/ou jornalística Na circulação: Prática da informação e da crítica	Informar “criticamente”, alertar, conscientizar

seguir seguem dois quadros compostos pelas características de cada gênero.

Tabela 4: Níveis de pertinência e Instâncias formais da charge Mães de Maio, Latuff, 2012

Tabela 5: Instâncias formais do cartaz

Percebemos as semelhanças entre os gêneros, principalmente, no que compete às congruências, na terceira coluna, de ambas as tabelas. Como vimos, a congruência é a negociação entre os níveis textuais e discursivos, assim o cartaz e a charge são semelhantes nas propriedades genéricas. No entanto, na segunda coluna, referente às instâncias formais, encontramos um distanciamento entre os dois gêneros, pois há entre eles uma diferença nas propriedades formais, como a forma, o material, a produção e a circulação desses enunciados.

As análises dos tipos textuais indicam que tanto a charge quanto o cartaz pertencem ao âmbito da concentração textual, já que são breves, por serem concisos, e fechados, por a “unidade de leitura” e a “unidade de edição” coincidirem. O tipo textual que pertence ao nível de concentração tem a tendência de possuir um “espaço textual reduzido, fornecendo, no entanto, o máximo de sua significação” (PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012, p. 78). Já na análise dos tipos discursivos, os discursos variam de texto a texto, como explicita Fontanille, pois os tipos discursivos podem se apropriar dos mais diversos tipos de textos, se inserem nos mais diferentes gêneros e acontecem na concretude da enunciação.

A charge de Latuff possui a extensão forte e adesão restrita, porque a compreensão do sentido do discurso perpassa pelo conhecimento que o leitor possui sobre a favela, a mulher negra e a violência policial. Desse modo, essa charge possui valores exclusivos e se direcionam para os valores absolutos. Os discursos que possuem tais valores se aproximam daqueles que sugerem uma resistência, por meio de uma atitude específica, no caso da charge, a de confronto com a força policial. Já na modalidade da enunciação, inferimos que essa charge pertence à modalidade de realização, de incitar o “ser” e o “fazer”.

Já no cartaz de Asela Perez, elencamos como extensão forte e adesão ampla, porque a produção de sentido se dá não pela personificação de um sujeito específico, mas sim da América Latina, representada pela forma geográfica do continente. Tais critérios implicam nos valores participativos, pois

[...] caminham na direção da máxima projeção de todos os valores no discurso. A adesão aos valores faz-se mais fortemente justamente por causa da extensão de seu campo de aplicação. Tamanha concentração – que reconhecemos facilmente no *otimismo* – faz com que tanto as temáticas quanto as figuras empregadas tenham quase o mesmo peso, a mesma proporção axiológica (PORTELA; SCHWARTZMANN, *grifos nossos*, 2012, p. 81).

No cartaz, o otimismo se dá no âmbito do discurso, da enunciação, pois a revolta armada contra os regimes ditatoriais na América Latina é tida como uma saída possível nessa charge, sendo que a união dos países e dos povos latino-americanos também se torna necessária para lograr êxito.

Apontamentos finais

A sistematização proposta por Fontanille contribui substancialmente com os estudos de gênero na área da Semiótica, mas não somente. A necessidade de se categorizar elementos da linguagem se dá por conta da própria heterogeneidade do objeto. Desse modo, os estudos do discurso não podem se furtar de uma sistematização que permita compreensão mais ampla e profunda acerca do texto-enunciado.

Embora os textos analisados pertençam a gêneros diferentes, percebemos muitas semelhanças entre eles como, por exemplo, no plano das propriedades dos tipos textuais, no que se refere a *concentração textual*. Já no âmbito do discurso, encontramos mais diferenças do que semelhanças entre os gêneros.

Consideramos importante problematizar os desdobramentos que o *objeto-suporte* pode conter, principalmente no âmbito da *circulação*, já que em tempos de mídias digitais e sociais, uma charge pode ser utilizada como cartaz e vice-versa. Reafirmando, assim, o que Greimas e Fontanille pontuam, a natureza socioletal do gênero.

A abertura que Fontanille propõe ao analisar o gênero em Semiótica, considerando os problemas da instabilidade dos objetos-suporte, sugere um novo olhar dos semioticistas para aquilo que está entorno do texto. A linguagem é dinâmica e viva, por isso, ao tomá-la como objeto, é importante que os estudos do discurso compreendam a sua constante construção e reconstrução.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. O gênero do discurso. In: **Estética da criação verbal**. Martins Fontes, 2010.
- FONTANILLE, Jacques. Le genre. In: **Sémiotique et Littérature**. Paris: PUF, 2008.
- GREIMAS, Algirdas Julien. **Maupassant**. A semiótica do texto: exercícios práticos. Florianópolis-SC: Editora da UFSC, 1993.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- SCHWARTZMANN, M. & PORTELA, J.C. A noção de gênero na Semiótica. In: PORTELA, J. BEIVIDAS, W. LOPES, I. SCHWARTZMANN, M. (orgs). **Semiótica: Identidades e diálogos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 69-98.

Artigo recebido em: 15/05/2017

Artigo aprovado em: 30/08/2017

A PRÁTICA DISCURSIVA PUBLICITÁRIA DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO

Jairo da Silva e Silva¹

Resumo:

Este artigo tem como objetivo principal analisar o processo discursivo de transformação da educação em produto de consumo, enunciado em anúncios publicitários de instituições superiores privadas atuantes na Amazônia brasileira, sob a perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso de linha francesa. Para isso, apreenderemos os efeitos de sentidos produzidos nos anúncios publicitários destas instituições privadas de ensino superior, pontuando os lugares em que se posicionam os sujeitos que enunciam estes dizeres, perpassando tanto pelos movimentos da interdiscursividade, quanto por formações discursivas que agenciam os dizeres sobre a educação superior.

Palavras-chave: *Prática discursiva; Publicidade; Ensino Superior Privado.*

Abstract:

This article has as main objective to analyze the discursive process of transformation of the education in product of consumption, enunciated in advertisements of superior private institutions operating in the Brazilian Amazon, under the theoretical-methodological perspective of the Discourse Analysis of French line. To this end, we will apprehend the effects of meanings produced in the advertisements of these private institutions of higher education, punctuating the places in which the subjects that enunciate these utterances stand out, permeating both the interdiscursivity movements and discursive formations that deal with the higher education.

Key-words: *Discursive practice; Advertising; Private higher education.*

Introdução

Este texto constitui-se a partir dos apontamentos de nossa dissertação de mestrado, intitulada “A mercantilização da educação: análise do discurso midiático

¹ Professor Efetivo na área de Letras no Instituto Federal do Pará (Campus Abaetetuba) e Mestrando em Letras - Estudos Linguísticos, pela Universidade Federal do Pará. Contato: jairo.silva@ifpa.edu.br.

de faculdades e/ou universidades privadas que atuam na Amazônia brasileira”, a qual objetiva analisar o processo discursivo de transformação da educação em produto de consumo, enunciado em anúncios publicitários de instituições privadas de ensino superior (doravante IPES) atuantes na Amazônia brasileira², sob a perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso de linha francesa.

Este trabalho justifica-se pelo favorecimento à compreensão do processo de funcionamento discursivo assumido por instituições particulares de ensino superior, possibilitado por suas determinações histórico-sociais e ideológicas.

As práticas discursivas de determinadas IPES significam a oferta da educação superior, por vezes, como mais um produto da cesta básica do capitalismo, o que nos leva a pontuar que, nas dinâmicas (re) produzidas pela sociedade constituída pelo consumismo em seus múltiplos aspectos, a educação não ficou de fora dessa realidade.

Quando a educação se torna de fato um produto mercadorizado? Pautada na teoria marxiana, Almeida (2012, p. 04) afirma que a educação pode ser considerada enquanto mercadoria a partir do momento que ela rende ao capitalista mais valia, sendo que este, dentro do ramo empresarial do ensino, se apropria das horas de trabalho não pagas ao educador, ou seja, do excedente da jornada de trabalho para obtê-la. Portanto, o resultado dessa relação capitalista é ofertado ao aluno, tornando a educação um produto, de fato, garantindo-se, assim, a dinâmica de compra e venda, característica indispensável da mercadorização da educação.

Para Rodrigues (2007, p. 2), a educação superior, desde então, passou “[...] a ser um negócio regido pelo signo da economia globalizada na qual se comercializam os mais variados produtos, de sanduíches a cursos de graduação”.

Assim, a mercantilização da educação superior surge da necessidade de expansão do capital para outros setores da economia, ainda não organizados sob a lógica do modo capitalista de produção. Este fenômeno foi impulsionado pelas políticas neoliberais, que têm como princípio o livre mercado e, como consequência, a privatização. Conforme Rodrigues (2007, p. 5)

² Sobre a seleção das IPES que atuam na Amazônia brasileira, a relação foi obtida a partir de pesquisas realizadas no site do Ministério da Educação (MEC). No referido portal, 239 instituições privadas estão autorizadas para o funcionamento na região citada. Quando tratamos de Amazônia brasileira, estamos referindo-nos à área geopolítica denominada oficialmente por Amazônia Legal. Segundo a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a área de abrangência da Amazônia Legal corresponde em sua totalidade aos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e, parcialmente, o estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44º WGr.), perfazendo uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km², correspondente a cerca de 61% do território brasileiro.

Se um capital em particular estiver buscando sua valorização a partir da venda de serviços educacionais [...], esse capital comercial tenderá a tratar a prática social educacional como uma mercadoria cujo fim é ser vendida [...]. Se, por outro lado a educação e o conhecimento são encarados como insumos necessários à produção de outras mercadorias [...] o capital industrial tenderá a encarar a prática social educacional como uma mercadoria-educação.

Ao concordarem com os pressupostos neoliberais na educação superior privada, os empresários desta modalidade de oferta de ensino impulsionam a lógica capitalista “o cliente tem sempre razão”, o que implica a indagação: o sujeito é aluno ou cliente?

De acordo com Pimentel (2014, p. 01), esse debate, muitas vezes acalorado, “suruiu quando as estratégias e ferramentas de *marketing* passaram a ser aplicadas no segmento educacional, dando origem ao que hoje denominamos *marketing* educacional”. Para este mesmo autor, ao olharmos os alunos como clientes, nos deparamos com a seguinte situação: “clientes devem ter suas necessidades e expectativas satisfeitas. É lugar-comum em *marketing* dizer que deve-se conhecer essas necessidades e expectativas para melhor atendê-las” (PIMENTEL, 2014, p. 01).

Dessa forma, as instituições de ensino superior privadas fazem uso de diferentes estratégias para conquistar e manter esse aluno-cliente, uma vez que o cenário em que atuam é demasiadamente competitivo e, muitas vezes, os serviços oferecidos são bem parecidos.

Para Silva (2016, p. 78), com o advento do capitalismo e a expansão da sociedade de consumo, a publicidade tem desempenhado um papel fundamental na contemporaneidade, não apenas com o intuito de persuadir o público consumidor, mas também de criar necessidades de consumo e de posicionar o público consumidor em determinados lugares na relação com os anunciantes dos textos publicitários.

Assim, a prática discursiva publicitária (assim como outras práticas) – materializa nos textos que são produzidos nessa dinâmica, as determinações linguísticas, históricas e sociais, o que representa uma importante fonte de pesquisa para a Análise do Discurso de linha francesa.

A análise do discurso (AD) é um campo de estudo que oferece ferramentas conceituais para a análise dos acontecimentos discursivos, na medida em que toma como objeto de estudos a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos sociais, que usam a materialidade da linguagem e estão inseridos na história. Por isso, os campos da AD e dos estudos da mídia podem estabelecer um diálogo extremamente rico, a fim de entender o papel dos discursos na produção das identidades sociais (GREGOLIN, 2007, p. 13).

Assim, optamos por trabalhar com a AD pelo fato de que esta abordagem, diferentemente da análise do conteúdo, busca investigar de que modo ocorre a produção do discurso, como ele se dá no fazer histórico e social em que se insere e produz sentidos. As análises realizadas nesse texto são pautadas segundo as noções de interdiscursividade e formação discursiva.

Segundo Silva (2016), o conceito de interdiscurso é fundamental para a compreensão do funcionamento do discurso, da sua relação com o sujeito e com a ideologia. Pois é no interdiscurso que se estabelecem relações entre discursos, pois ainda que de forma inconsciente, ou esquecida, o sujeito utiliza já-ditos, os quais recebem novos significados e vão possibilitar o dizer.

Ao discutir a relação entre o discurso e o “já-dito”, Pêcheux, de acordo com Gregolin e Baronas (2001), postula que os processos discursivos se constituem a partir de algo dito anteriormente, em outro lugar, proveniente de outros enunciadores.

Portanto, o dizer não significa apenas pelo que se tem a dizer, mas pelas enunciações que o fizeram significar, pela memória em que está impregnado, mesmo que ausentes ou esquecidas. O que se diz, em dado momento histórico já foi dito. Isto é, não somos os donos de nossos dizeres. Eles significam pela história e para a língua e podem ser apreendidos por outras vozes. É a partir da memória discursiva que surge a possibilidade de toda formação discursiva fazer circular as “redes de formulações” outrora enunciadas. (SILVA, 2016, p. 80).

O conceito de formação discursiva (doravante FD) foi formulado por Foucault, em sua *Arqueologia do Saber* (1969), como um dispositivo metodológico para a análise arqueológica dos discursos, que o definia como:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e, no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva [...] (FOUCAULT, [1969] 2008, p. 43).

A AD não entende a formação discursiva como a “visão de mundo” de um determinado grupo social, mas como um domínio inconsistente, aberto e instável,

dado a partir da dispersão, na heterogeneidade dos lugares de fala, ou seja, das posições que os sujeitos assumem nos discursos.

Logo, para a AD, a FD é o que determina, em dada enunciação, o que pode e deve ser dito e também o que não pode e não deve ser dito pelo sujeito que enuncia. Isto é, a FD propicia a produção de sentido do discurso, sendo tarefa do analista, ao investigar o funcionamento do discurso, relacioná-lo a outras formações discursivas, procurando entender porque em determinado discurso obteve-se um sentido e não outro. (SILVA, 2016).

2 Considerações sobre a ordem da prática discursiva publicitária

Essa sociedade globalizada, a serviço do capitalismo, em que praticamente tudo é negociável, é descrita por Bauman (2006, p. 16) como modernidade líquida: “a vida líquida é uma vida de consumo. Ela trata o mundo e todos os seus fragmentos animados e inanimados como objetos de consumo: ou seja, objetos que perdem sua utilidade durante o tempo em que os utilizamos”.

O contexto histórico e social da atualidade aponta para uma acirrada concorrência em todos os setores mercantis, e não seria diferente no processo de mercantilização da educação superior, restando a quem queira vender algum produto e/ou serviço o convencimento por meio de anúncios publicitários, pois há quem diga que “a propaganda é a alma do negócio”.

Tradicionalmente, a Publicidade tem sido a instância que otimiza a “tradução” de tudo aquilo que é produzido em tudo aquilo que é consumido, na mesma quantidade (excesso) e na mesma velocidade (aceleração). Assim, a Publicidade é um dispositivo de estímulo ao Capitalismo, econômica e culturalmente (ATEM; AZEVEDO, 2014, p. 8).

Neste sentido, a função da prática discursiva publicitária seria materializar as determinações do capitalismo, da agenda neoliberal, auxiliando na construção e manutenção de necessidades culturalmente estabelecidas: “a publicidade serve muito bem ao ideal mercadológico” (CORACINI, 2003, p. 57).

Ao analisar o discurso publicitário no contexto de cursos de língua estrangeira, Coracini (2003, p. 56-57) pontua:

Neste ponto de nossa reflexão, faz-se necessário explicar que partimos do pressuposto de que as peças publicitárias se nutrem dos discursos que perpassam o imaginário social e aqui incluímos os professores que atuam ou não nas escolas de língua, ao mesmo tempo em que nutrem o imaginário de professores e alunos, a quem se dirigem - afinal, o aluno é o cliente transformado em consumidor pela publicidade, inserida que está no sistema econômico neoliberal onde o que vale é o lucro, e o professor é o intermediário entre a escola e o aluno: depende dele, professor, a consecução ou não das promessas feitas pela escola -, constituindo amostras importantes da constituição heterogênea e conflitante dos discursos e do sujeito. Daí, como já foi dito, a importância da mídia e da publicidade em particular na configuração identitária do professor que, paulatinamente, vai sendo levado a assumir a perspectiva mercadológica, se quiser sobreviver profissional e economicamente falando, e do aluno, que aos poucos, vai digerindo esse discurso cujas “verdades” se naturalizam. A questão é que fica difícil determinar se é a publicidade a grande responsável pela imagem que se faz dos cursos de língua ou se é esta que dá origem àquela: trata-se mais ou menos da famosa história do ovo e da galinha, cuja origem é impossível determinar, tal é o imbricamento das partes (CORACINI, 2003, p. 56-57).

Assim, a publicidade desempenha relevante função na agenda neoliberal, buscando satisfazer as demandas de mercantilização, cujo objetivo principal é a obtenção de lucros. No caso do objeto aqui analisado, a transformação da educação em objeto de consumo, fazendo o cliente-aluno crer nas vantagens anunciadas, levando-o ao suposto sucesso e às supostas realizações.

3 A educação como mercadoria: analisando a prática discursiva publicitária do ensino superior privado

Por ora definido o objeto de análise, concebemos o percurso da pesquisa segundo a abordagem qualitativa, baseada nos pressupostos teórico-metodológicos da AD francesa, pautada nos conceitos de interdiscursividade e formação discursiva como fundamento de interpretação nos procedimentos analíticos. Quanto ao *corpus*, utilizou-se os seguintes procedimentos de seleção, organização e análise: escolhemos 05 anúncios publicitários, veiculados entre os anos 2012 e 2014. Esses anúncios foram veiculados nos *sites* das IPES.

Em virtude da natureza deste trabalho, analisou-se somente os anúncios publicitários que julgamos ser mais relevantes às questões suscitadas em nossos objetivos: a produção de sentidos apreendida nos dizeres sobre a educação conforme

uma formação discursiva pautada na lógica mercantilista, como mais um produto a ser negociado.

PARA QUEM BUSCA UM
LUGAR NO MERCADO DE
TRABALHO

2013/1
VESTIBULAR UNIRONDON
INSCRIÇÕES ABERTAS
PROVA: 11/11

Figura 1. UNIRONDON 2013/1. Fonte: <unirondon.br>

A peça publicitária acima foi veiculada durante a campanha do vestibular do segundo semestre do ano 2013 do Centro Universitário Cândido Rondon – UNIRONDON, localizado na capital do Mato Grosso, Cuiabá. Como materialidade linguística, além de informações sobre o período do vestibular, temos a formulação linguística “Para quem busca um lugar no mercado de trabalho”. Esse enunciado

significa a educação superior como garantia de emprego na competitiva sociedade neoliberal e suas relações.

Na formulação imagética, há supostos acadêmicos de um curso da área da saúde, em uma aula prática. Essa imagem revela uma rede de memória discursiva que significa os cursos da área de saúde, geralmente, como os mais cobiçados entre os interlocutores desse enunciado, o candidato ao vestibular, conferindo, a quem conseguir a aprovação, um futuro profissional bem remunerado e até mesmo *status* social.

Desta forma, a partir do momento em que essa IES prioriza tais dizeres neste anúncio publicitário, “garantindo” a empregabilidade de seu futuro cliente-aluno no mercado de trabalho, assume a posição de quem considera a formação superior apenas como o caminho para o mercado de trabalho, o que é considerado garantia de empregabilidade, de uma condição financeira e/ou de *status* social supostamente mais avantajada.

Assim como a UNIRONDON priorizou um curso da área da saúde em sua publicidade, muitas instituições de ensino apostam no anúncio publicitário específico dos cursos Medicina e/ou Direito, é o caso, por exemplo, do Centro Universitário Várzea Grande – UNIVAG, localizado em Cuiabá-MT:



Figura 2. Medicina UNIVAG. Disponível em: <medicinaunivag.com.br>.



Figura 3. Medicina UNIVAG. Disponível em: <medicinaunivag.com.br>

Nessas peças publicitárias confirmamos algumas regularidades: informações sobre o processo seletivo, cores, logomarca da “empresa” e enunciados “Não deixe o seu sonho escapar. Corra atrás. Medicina UNIVAG”. Nas formulações linguísticas e imagéticas desses dois anúncios publicitários, a memória discursiva constitui um elemento para a produção de sentidos a partir da imagem que o sujeito que enuncia tem do seu interlocutor: um sujeito que sonha. Essa é a imagem vendida por várias instituições de ensino superior, mas não é qualquer sonho, é o sonho de cursar medicina, aqui, generaliza-se o sonho dos jovens pré-universitários, imprime-se o sentido de que todo jovem sonha em ser médico, confirmando-se, assim, uma rede de memória discursiva acerca do sonho de ser médico: perspectiva de empregabilidade, *status*, realização financeira, etc.

Do enunciado visual, extraímos dois jovens em posição de corrida, atendendo aos imperativos “corra atrás” e “seja referência”, o que nos permite afirmar que a posição desse enunciador é de quem concebe a educação superior conforme o ideário neoliberal, significando a educação como competição, concorrência, disputa, ingredientes da cesta básica do capitalismo.

Para o jovem da atualidade, escolher a profissão a ser seguida tem se constituído, em geral, uma tarefa difícil. A necessidade da escolha profissional cada vez mais cedo, o vasto número de opções, as diversas mudanças e a necessidade da inserção no mercado de trabalho (cobrança do capitalismo, materializada pela família, mídia, sociedade, etc.), são alguns dos fatores que contribuem para a dificuldade e insegurança do sujeito que pretende escolher sua futura profissão. Esse é o sentido apreendido na leitura da próxima peça publicitária, a figura 4.



Figura 4. Direito UNIVAG. Disponível em: <<https://www.vemserunivag.com.br>>

Na peça 4, a partir da formulação linguística “Escolher Direito é começar com a melhor nota”, podemos inferir o sentido de “perfeição” de essa IES frente a outras instituições, pois escolher corretamente a futura instituição superior, implica escolher a UNIVAG: “estudar em outra instituição seria um erro!”.

A formulação imagética nos apresenta uma medalha, material concedido como prêmio/recompensa, entregue a quem realiza um feito glorioso. A ocorrência dessa medalha significa a escolha certa [estudar nessa IES] como algo digno de premiação. Mais uma vez, infere-se significado à educação como competição, concorrência, disputa: Quem escolhe direito, vence!

Na parte central da medalha, têm-se os dizeres “Direito Conceito 4 Avaliação do MEC UNIVAG”. A referência ao conceito 4, atribuído pelo MEC, mostra aos novos clientes-alunos, o quanto essa IPES seria a ideal para se formar vencedores, assim como esta nota isenta a instituição de uma fiscalização mais apurada do funcionamento do curso superior em questão, pretende-se legitimar o discurso de credibilidade e confiança junto ao MEC: ora, se até o Ministério da Educação aprova, confirma a superioridade dessa IPES, será vencedor, campeão, quem optar pelo mesmo caminho, escolher corretamente, ou seja, escolher esta instituição.

Diante das peças publicitárias até aqui analisadas, pode-se inferir que o discurso veiculado retrata uma memória coletiva acerca dos status de determinadas profissões: cursar Medicina ou Direito é sinal de sucesso, de realização e posição de destaque na sociedade. Para Vargas (2010, p. 107), Medicina, Direito e Engenharia são as nomeadas profissões imperiais em nosso país. Como tal, historicamente produziram práticas monopolísticas que reforçaram suas posições de prestígio e estabeleceram barreiras frente às demais profissões. Assim, em quase todos os processos seletivos em nível nacional, os cursos de Medicina e de Direito geralmente são os mais disputados entre os candidatos inscritos.

Ao recorrer a fragmentos de outros dizeres já ditos anteriormente, em outros lugares, por outras posições assumidas por outros sujeitos, entendemos os sentidos atribuídos à discursividade desses anúncios publicitários, em reportagens de *sites* conhecidos nacionalmente, por exemplo, o da *Rede Record de Televisão* e o *Portal de notícias Universo On Line - UOL*:

Indeciso na carreira? Profissões mais bem pagas têm salários superiores a R\$ 58 mil. Cargos com os salários mais graúdos pagam o equivalente a dois carros por mês. Entre os cursos de graduação,

Medicina é uma das áreas mais bem remuneradas do País. [...] O salário médio é de R\$ 20.222. Já pensou? Quase um carro popular por mês. (*Site da Rede Record de Televisão, em 09 de setembro de 2013*)³.

Mesmo nas instituições de ensino superior públicas, estes cursos são os mais disputados,

Medicina e Direito são os mais concorridos no Sisu 2014 (Sistema de Seleção Unificado), segundo o MEC (Ministério da Educação). O balanço leva em conta os dados do sistema até as 12h30 desta quarta-feira (08 de janeiro de 2014). (*SITE DA UOL, em 08 jan 2014*)⁴

O interdiscurso constitui relevante elemento para a produção de sentido apreendido em qualquer texto. No caso das materialidades linguísticas e imagéticas dos quatro anúncios publicitários até aqui analisados, este é o efeito de sentido que se pretende apreender a partir da imagem que o sujeito enunciador faz do seu interlocutor: o cliente-aluno caracterizado pela necessidade de obter conquistas, se destacar socialmente e obter sucesso no mercado de trabalho.

Portanto, através da análise dos anúncios publicitários em questão, compreendemos os agenciamentos que a memória discursiva materializa sobre os cursos superiores Medicina e Direito. A prática discursiva publicitária assumida por tais IPES significa a posição de quem entende a educação superior como o caminho para o mercado de trabalho. Cada instituição apresenta-se como a mais preparada, e certamente a melhor opção de garantia da inserção do seu futuro cliente-aluno no mercado de trabalho, garantindo-lhe assim, empregabilidade, considerável remuneração e *status* social.

Nessa mesma esteira, os valores mais contundentes, os mais sólidos, são os ligados ao mercado de trabalho, à realização profissional. Essas são as referências que ditam as regras do capital, recorrentes na maioria dos anúncios pesquisados nas IPES que atuam na Amazônia brasileira.

³ Fonte: <<http://noticias.r7.com/economia/fotos/indeciso-na-carreira-profissoes-mais-bem-pagas-tem-salarios-superiores-a-r-58-mil-veja-o-listao-de-vagas-09092013>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

⁴ Fonte: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/01/08/medicina-e-direito-sao-os-cursos-mais-concorridos-do-sisu-2014.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

CHEGUE NA FRENTE DA CONCORRÊNCIA INVISTA EM VOCÊ!

*** Administração**
*** Ciências Contábeis**
*** Pedagogia**
*** Letras**
*** História**

- AMPLA E MODERNA ESTRUTURA
- CURSOS RECONHECIDOS PELO MEC
- O MELHOR ESPAÇO FÍSICO DE ANANINDEUA
- EXCELENTE EQUIPE DE PROFESSORES
- ESTACIONAMENTO GRATUITO
- BIBLIOTECA INFORMATIZADA

Prova dia 17 de Novembro
Inscreva-se até o dia **15/11**

INSCREVA-SE
WWW.FAAM.COM.BR
91 3255-2236

Mensalidades a partir de **R\$ 376,00**

Mérito concedido pelo Guia do Estudante à Faculdade da Amazônia.

MELHORES UNIVERSIDADES 2012
Ciências Contábeis
Faculdade da Amazônia-PA - Ananindeua
☆☆☆

BR-316, Km 07, Nº 590
Levilândia, Ananindeua-PA

Figura 5. Vestibular da FAAM. Disponível em: *Site da Faculdade da Amazônia*.

No anúncio publicitário acima, veiculado pela Faculdade da Amazônia, localizada em Ananindeua-PA, a imagem de profissionais em posição de uma corrida reforça o enunciado “chegue na frente da concorrência”, significando a educação superior como uma competição, uma disputa, onde vencerão no mercado de trabalho somente os melhores, e essa IPES seria a responsável em facilitar esse percurso.

O sentido apreendido nesta peça publicitária mais uma vez recorre à memória discursiva das competições esportivas: vence quem é o melhor, quem é o mais preparado. Na competição do mercado de trabalho, só os melhores terão emprego garantido, mas, para isso, devem se preparar na melhor instituição, neste caso, a faculdade em questão.

Entre as formulações linguísticas dessa peça, o enunciado “Cursos reconhecidos pelo MEC”. Parafraseamos a indagação de Foucault (2008, p. 140-150), por que foi dito isso e não outra coisa?

No período de veiculação desse anúncio, o contexto sócio-histórico daquele momento determinava, exigia este dizer, pois o Ministério Público Federal fechara

várias faculdades (e cursos) não reconhecidas no Ministério da Educação, e esta ação do MPF-PA frequentemente era veiculada pela mídia paraense.

Considerações finais

Neste trabalho, compreendemos de que maneira a prática discursiva adotada por determinadas instituições privadas de ensino superior atribuem sentidos à mercantilização da educação. Nos anúncios publicitários analisados, os ditos agenciam conceitos relacionados à competição, ao sucesso profissional e garantia de empregabilidade, significando a educação superior segundo uma formação discursiva pautada na garantia de lugar no mercado de trabalho. Os dizeres das peças publicitárias, aliados às imagens, buscam produzir o efeito de sentido: para obter sucesso no mercado de trabalho e ter garantia de sucesso, estude na instituição anunciante.

Ao publicar o artigo “Olha aí freguesia! Vende-se ensino superior, venha conferir!”, no site UOL Educação, o colunista/professor Guilherme Perez Cabral se propõe a descrever a banalização da mercantilização da educação superior nos dias atuais:

Estamos na época dos processos seletivos para ingresso em cursos de graduação, os chamados "vestibulares". Aproxima-se o período das matrículas. O "mercado da educação" se agita. Muita oferta, muita concorrência, muita propaganda. *A compra e venda de educação, no varejo, não se distingue mais do comércio de celular, TV por assinatura, pamonha.* O estudante, convertido em consumidor, deve ficar atento. (CABRAL, 2015) [Grifos nossos].

O sentido que se apreende é a busca do capital, em um processo cuja meta é o lucro. Igualar a oferta da educação superior à oferta de qualquer outro produto mercadológico implica reduzir a natureza do conceito de educação.

A educação, uma vez reduzida apenas à condição de mais um produto mercadológico a ser adquirido na cesta básica do capitalismo, de acordo com Mészáros (2006, p. 271-272), não é mais “[...] feita para os homens, mas para o sistema, pois aderida ao que Schiller considerava como 'a racionalidade daninha' [...] limitada à qualificação técnica de profissionais manuais e não manuais, à especialização que produz 'conselheiros', 'peritos', 'especialistas' para a máquina burocrática do capitalismo moderno”.

Entre múltiplas respostas, os efeitos de sentido dos anúncios publicitários que mercantilizam a educação superior nos apontam que estamos vivendo a materialidade da agenda neoliberal na prática. Nas palavras de Sanfelice (2001, p. 4), “uma história única e absoluta de liberdade e prosperidade, a vitória global do mercado, do neoliberalismo”, que rege as leis a serem seguidas, em que a educação “torna-se um produto a ser consumido por quem demonstrar vontade e competência para adquiri-la” (SANFELICE, 2001, p. 10).

Referências

- ALMEIDA, Andréa Carla Pereira dos Santos. A educação superior enquanto mercadoria no Brasil. In: **Anais do VIII Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Políticas Sociais no Século XXI**. SP: Marília, 2012.
- ATEM, Guilherme Nery; AZEVEDO, Sandro Tôrres de. A Ciberpublicidade: ensaio de sociosemiótica. In: TEIXEIRA, Lucia; CARMO JR, José Roberto (Orgs.). (Org.). **Linguagens na cibercultura**. 1. ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014, v. 1, p. 1-25.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: RJ. Zahar, 2006.
- CABRAL, Guilherme Perez. Olha aí freguesia! Vende-se ensino superior, venha conferir! **UOL Educação**, São Paulo, 23 nov. 2015. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/colunas/guilherme-cabral/2015/11/23/olha-ai-freguesiavende-se-ensino-superior-venha-conferir.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2017.
- CORACINI, Maria José. O discurso publicitário sobre escolas de línguas e a constituição da identidade. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 53-74, jan./jun. 2003.
- FOUCAULT, Michel. L'Archéologie du Savoir. Paris: Gallimard, 1969. Trad. bras. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise; BARONAS, Roberto (Orgs). **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. 2. ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2001.
- GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Análise do Discurso e mídia: a reprodução das identidades. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, Vol. 4, nº 11, 2007.
- MÉSZÁROS, Ivan. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- PIMENTEL, Ricardo. Aluno ou cliente? Uma questão de marketing. **O Estado do Paraná**, Curitiba - PR, 07 maio 2006.
- RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007.

SANFELICE, José Luís. Pós-modernidade, globalização e educação. In: LOMBARDI, José Claudinei. (Org.), **Globalização, pós-modernidade e educação**. Campinas: Autores associados, 2001.

SILVA, Jairo da Silva e. Análise do discurso publicitário: celebridades em propagandas de instituições de ensino superior. **Percursos Linguísticos**, v. 6, p. 77-93, 2016.

Artigo recebido em: 15/02/2017

Artigo aprovado em: 30/10/2017

“EM QUE MOMENTO SEREI UMA CRIANÇA?”: O DISCURSO DO PÓS-HUMANISMO E A MEDICALIZAÇÃO DO CORPO INFANTIL

Aline Fernandes de Azevedo Bocchi*

Bruno Monteiro Herculino**

Resumo:

*Este artigo tem por objetivo compreender o funcionamento de discursos sobre/da medicalização do corpo da criança, ou seja, estudar seus modos de formulação e circulação na constituição de um corpo infantil silenciado pela medicalização. Nele, intenta-se problematizar a relação entre as práticas de medicalização e o discurso pós-humanista, objetivando compreender como são constituídos os sentidos que significam os sujeitos e seus corpos. Para tanto, utilizaremos como pressupostos teóricos fundamentais a Análise do Discurso fundada pelo filósofo Michel Pêcheux, além da leitura da Psicanálise freudiana efetuada por Lacan. **Palavras-chave:** Pós-Humanismo; Medicalização; Corpo; Infância.*

Abstract:

The aim of this article is to understand how discourses work concerning the medicalization of a child 's body, i.e., to study the ways of formulation and circulation in the constitution of a child' s body silenced by medicalization. We attempt to problematize the relationship between medicalization practices and post-humanism discourse aiming to understand how meanings are constituted which mean the subjects and their bodies. To do this, we will use Discourse Analysis as fundamental theoretical presuppositions founded by the philosopher Michel Pêcheux, as well as readings from the Freudian Psychoanalysis carried out by Lacan.

Keywords: Post-Humanism; Medicalization; Body; Childhood.

* Bacharelado em Comunicação Social (Jornalismo) pela UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001). Mestrado em Ciências da Comunicação pela USP - Universidade de São Paulo (2006), com apoio Capes. Doutorado em Linguística pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas (2013). Pós-Doutorado pela mesma instituição com estágio na Université Paris 13, apoio Capes PNPd e bolsa Capes de Estágio no Exterior (2015). Atualmente é pesquisadora de Pós-Doutorado na Universidade de São Paulo, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, com financiamento Fapesp (2016/20876-6) e professora colaboradora no Programa de Mestrado Linguística da Universidade de Franca. Membro do Projeto de Pesquisa El@dis, Mulheres em Discurso e PHIM - Projeto História, Inconsciente e Materialidades. Contato: azevedo.aline@gmail.com.

** Discente do curso de bacharelado em Psicologia na Universidade de Franca – UNIFRAN. Bolsista Fapesp - Processo 2016/23118-5. Contato: brunomonteiro_h@live.com

Introdução

“Anda na terra como quem desabrocha. E não inventa remédios para ficar mais inteiro”

Manoel de Barros

Neste artigo, colocamos em discussão um importante tema contemporâneo, a medicalização da infância, suas formas de discursivização, por meio do exame de seus modos de constituição, formulação e circulação de sentidos (ORLANDI, 2012). Partimos de algumas questões, quais sejam: Por que a medicalização da infância se impõem com insistência na atualidade? Por que um remédio é fabricado e alçado à categoria de “cura” em determinada época e não outra? Quais são as razões de termos um surto de diagnóstico aqui e não em outro lugar? O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) está imbricado a essas questões acima colocadas, pois se apresenta como signo angular nesse processo de medicalizar nossas crianças (EDINGTON, 2012). O diagnóstico de TDAH vem crescendo abruptamente, tendo o Brasil com um dos países no qual mais se encontram crianças diagnosticadas (EDINGTON, 2012; MOYSÉS, 2013; GARDENAL, 2016; JERUSALINSKY, 2016). Onde há muitos diagnósticos de um “transtorno”, logo algum medicamento há de advir. Deste modo, deparamo-nos com o Metilfenidato, conhecido no mercado como Ritalina® (Laboratório Novartis) ou Concerta® (Laboratório Janssen-Cilag).

Interessa-nos compreender os processos que constituem sentidos para a infância, focalizando para tanto os sujeitos e seus corpos, significados a partir de uma ideologia da medicalização que impõe à criança um corpo performático e superpotente, uma infância eficaz nas quais elas se convertem em promessas de “futuro da nação”, produzindo assim, “adultos convenientes, isto é, convenientes para os ideais da sociedade que constituem” (CLASTRES, 1991, p. 137). Para problematizar esses processos, tecemos um percurso de leitura embasado nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso, particularmente da vertente desenvolvida a partir do pensamento do filósofo Michel Pécheux, e da Psicanálise freudo-lacanianana, especialmente no que tange à discussão sobre o corpo Real, Simbólico e Imaginário.

Trabalhamos com a hipótese de que esse processo de produção de um corpo compreendido para além da vulnerabilidade da carne está atrelado à filosofia do pós-humanismo, que consiste em uma discursividade que nega a finitude dos corpos, suas falhas constitutivas, produzindo como efeito o corpo-máquina, superpotente, infalível

e ilimitado (SANTAELLA, 2003). Consideramos, portanto, consoante Azevedo (2013, p. 101), o pós-humanismo como “um novo humanismo que se efetiva a partir do ideal de transparência do corpo e da sociedade, e que ocupa a imaginação profícua dos artistas e a mente dos teóricos dispostos a significar o corpo pela possibilidade da imortalidade”.

Tendo isso em vista, investigamos, neste artigo, os discursos sobre/da medicalização da infância que se formulam e circulam na materialidade digital, a partir da análise de recortes extraídos do Facebook, particularmente da *fanpage* oficial de Ritalina – TDAH e de charges selecionadas através de um trajeto temático (MALDIDIER; GUILHAUMOU, 2010, p.164) nos arquivos digitais. Analisamos, então, recortes extraídos da *fanpage* acima citada e de blogues brasileiros, compreendidos como sítios de significação (ORLANDI, 2012), de onde coletamos *posts* e charges referentes à medicalização da infância para a análise.

Essa seleção se deu pelas significâncias aí presentes, já que, como pontua Garcia & Sousa (2014, p.86), “no ciberespaço, haverá a divulgação e a circulação de outros dizeres que afetam o funcionamento da sociedade”. No caso no Facebook, consideramos que ele se caracteriza por ser um grande arquivo digital que produz efeitos de universalidade, por meio da constituição de um grupo imaginariamente homogêneo, isto é, de uma (com)unidade. No que diz respeito às *charges*, a escolha foi pautada por seu potencial sarcástico/irônico e sua posição crítica em relação ao tema de nossa pesquisa. Num primeiro gesto de construção do *corpus*, buscamos via Google pelas palavras-chaves “Medicalização da infância”, “Ritalina” e “TDHA” para a colheita das charges.

2 Nos entremeios da Psicanálise e da Análise de Discurso

“Só quem está em estado de palavra pode enxergar as coisas sem feitiço”

Manoel de Barros

A Psicanálise foi iniciada nos finais do século XIX pelos estudos do médico neurologista Sigmund Freud (1856-1939) que, implicado por um não saber sobre uma possível causa dos sintomas das histéricas, inicia uma jornada para desvendar o que estaria por detrás do sofrimento das internas do Hospital Salpêtrière. Devido a seus estudos clínicos com Charcot e sua técnica da hipnose, Freud começa a tecer sua

teoria sobre a etiologia sexual das neuroses (JORGE; FERREIRA, 2002). Em 1895, ele publica, juntamente com Breuer, os *Estudos sobre a histeria*, no qual descreve os sintomas apresentados por mulheres de diversas faixas etárias e classes sociais. Entre os mais recorrentes estavam a paralisia, a cegueira, a afonia, entre outros. No decorrer do desenvolvimento de seus estudos, Freud percebe que esses sintomas também funcionavam na mesma lógica que os sonhos, isto é, como retorno de algo que foi recalcado. Segundo Quinet (2003), Freud funda o inconsciente em três grandes obras: *A interpretação dos sonhos* (1996 [1900]), *A psicopatologia da vida cotidiana* (1996 [1901]) e *Os chistes e sua relação com o inconsciente* (1996 [1905]).

Deste modo, a psicanálise começa a estruturar-se como um novo saber sobre esse outro lugar, o inconsciente, logo um saber sobre o humano, saber este que rompe com o sujeito cartesiano. Como pontua Jorge e Ferreira (2002, s.p.): “Assim como Copérnico demonstrou que a Terra não é o centro do universo e Darwin retirou o homem do centro da criação, Freud descentrou a razão: o inconsciente é a Outra Cena que revela que o ser humano não possui domínio de si mesmo”. Lacan (1998 [1957], p.521), em sua leitura de Freud, irá nos dizer que “[...] penso onde não sou, logo sou onde não penso”, reformulando, assim, o cogito de Descartes.

Na década de cinquenta e sessenta, na França, Jacques Lacan (1901-1981), que com sua (re)leitura das obras freudianas, principalmente as supra citadas acima, e sob influência dos estudos do linguista Ferdinand de Saussure e da antropologia de Claude Lévi-Strauss, formula seu aforismo: “O inconsciente é estruturado como uma linguagem” (LACAN, 1988 [1964], p. 27). Neste retorno a Freud, Lacan (r)estabelece uma estrutura para o inconsciente, formalizando, assim, os mecanismos de condensação e deslocamento como metáfora e metonímia, respectivamente, a partir de articulações com os escritos do linguista Roman Jakobson e sua apropriação dos conceitos de significante e significado de Saussure. Conforme pontua Oliveira (2012, p. 110) “Lacan usou a topologia, possibilitando a demonstração da dinâmica dos significantes nos gráficos, isto é, a maneira pela qual as palavras se combinam no discurso do Sujeito para significar algo que não está consciente”.

Lacan, efetua, portanto, um corte epistemológico na história da psicanálise. Foi com a publicação do texto *Função e Campo da fala e da linguagem em Psicanálise* (1953 [1998]) que Lacan efetiva sua ruptura e prossegue com sua releitura dos pensamentos freudianos, realizando seu primeiro seminário: *Os Escritos Técnicos de Freud* (1986 [1953/1954]). Posteriormente, ele desenvolve o enodamento dos três registros: Real, Simbólico e Imaginário.

A Análise de Discurso de orientação francesa, mantém uma relação fundamental com a psicanálise freudo-laciana desde seus primórdios. Conforme Orlandi (2007a; 2008; 2010) e Mazière (2007), trata-se de uma teoria que se originou na França nos anos 60, a partir das pesquisas de Michel Pêcheux e seu grupo na École Normale Supérieure, cuja proposta teórica consistia em teorizar o discurso como objeto constituído no entremeio da Linguística, através do legado de Saussure, do Materialismo Histórico, especialmente representado na Teoria da Ideologia de Louis Althusser, e da Psicanálise de Lacan. Michel Pêcheux, profundamente afetado pela releitura de Marx efetuada por Althusser em seus escritos, bem como pelo retorno à Freud proposto por Lacan, teceu sua “teoria não subjetivista da subjetividade” (PÊCHEUX, 2009 [1975]) como forma de teorizar os processos ideológicos e inconscientes que constituem os discursos, definido como efeito de sentido entre locutores (PÊCHEUX, 2010 [1969]).

No Brasil, a leitura de Pêcheux, efetuada especialmente por Eni Orlandi e seu grupo, produziu desenvolvimentos interessantes da teoria, trabalhando sempre no entremeio (ORLANDI, 2007a) das disciplinas que a constituem. A linguística nos ensina, segundo Orlandi (2010, p.14), que a língua não é transparente, “ela tem sua ordem marcada por uma materialidade que lhe é própria”. Com o marxismo, aprendemos que a história é um processo contraditório cujo motor é a luta de classes. Já a psicanálise nos faz compreender o sujeito em sua opacidade, um sujeito descentrado, dividido, pois constituído pelo inconsciente. A partir disso, a Análise de Discurso vai propor um dispositivo teórico de leitura que se interroga: o que ler significa? Ela vai mostrar que para “ler” um discurso não basta passar da palavra à frase, conforme procedia a análise elaborada nos moldes de Harris (MAZIÈRE, 2007, p.14). E acrescenta: é preciso, pois, deslocar-se de terreno, “constituindo outra região teórica em que o sócio-histórico e o linguístico se relacionam de maneira constitutiva”. Em outras palavras, é preciso considerar a exterioridade como constitutiva do discurso, o que nos impõe observar as redes de memória que atravessam as discursividades, o primado do interdiscurso.

3 Corporeidade e Psicanálise: o corpo Real, Simbólico e Imaginário

“A língua era incorporante” (Manoel de Barros, p.318)

Como já vimos anteriormente, a psicanálise “nasce” de um não saber sobre o corpo, no caso, o corpo das histéricas. Deste modo, podemos dizer que ela, a psicanálise, é tributária do corpo. Mas, qual é o corpo que interessa à psicanálise? Antes de tentar responder a essa pergunta, consideramos fundamental trilhar os (des)caminhos do sintoma, uma vez que “o corpo se introduz na psicanálise pelo sintoma” (SOLER, 2010), ou seja, ele é um importante operador clínico no processo de análise. O sintoma pensado pela psicanálise difere, portanto, dos sentidos produzidos para este nome no campo da medicina. Isso porque ela concebe o sintoma como uma das formações do inconsciente, sendo as demais os sonhos, os chistes, os atos falhos e os lapsos. Trata-se de “[...] formações do inconsciente porque, por meio delas, o inconsciente irrompe, bate à porta, faz-se ouvir” (SANTAELLA, 2004, s.p.). Freud (1996 [1908]) irá nos dizer que o sintoma consiste no efeito de um conteúdo recalçado, ou seja, ele é conceituado como retorno do recalçado que demanda uma decifração, além disso, o sintoma, apresenta-se como uma realização de um desejo reprimido, (FREUD, 1996 [1917]).

Aprofundando-se nas tramas do inconsciente, Freud irá perceber que o sintoma resiste mesmo em processo de análise. Em consequência, ele o compreende e o define não como algo a ser eliminado, extraído do corpo ou do psiquismo, mas entendido e (re)significado, pois ele é porta(dor) de sentido. Daí a hipótese de que o sintoma talvez tenha um caráter incurável: eliminá-los não equivale a curar a doença: “a única coisa tangível que resta da doença, depois de eliminados os sintomas, é a capacidade de formar novos sintomas” (FREUD, 1996 [1917]).

Lacan (1995 [1957]; 1999 [1957]), concordando com as ideias freudianas, vai afirmar, no desenvolvimento de seu ensino, que o sintoma é uma metáfora, isto é, uma mensagem, um significante direcionado ao Outro. Como nos descreve Harari (2008, p. 166): “o sintoma é uma satisfação substitutiva; está posto no lugar de outra coisa”, isto é, ele se relaciona ao processo metafórico (condensação) no qual há a substituição de um significante por outro significante. Posto isso, o sintoma se desloca do lugar de

transtorno/desordem e se posiciona na ordem de significante (EDINGTON, 2012). Como pontua Santaella (2004, p.142) “Como significante, ele é da ordem de um saber, o saber inconsciente, que sabe do sujeito, sem que o sujeito saiba dele”. Em vista disso, o sintoma, estruturado como uma linguagem, é constitutivo do sujeito, “pois lá onde há sintoma, está o sujeito” (QUINET, 2006, p. 13) e como nos descreve Santaella (2004, p.143) “se o sintoma se dissolve, o sujeito mesmo perde o pé, desintegra-se”. Deste modo, a psicanálise, diferentemente da medicina, o toma como algo a ser (a)bordado, algo a ser escutado e entendido, dando-lhe uma nova significação.

O falante é um ser de significação, uma vez que na linguagem ele é falta-a-ser, porém quanto ao corpo, ele o tem. O que significa que com o corpo o sujeito não se identifica senão pela via do sintoma. O sintoma é o que dá corpo ao ser falante (ZUCCHI, 2014, p. 4).

Após essa breve passagem sobre o sintoma, partimos rumo à compreensão teórica do corpo. A produção de sentidos acerca do corpo teve historicamente formulações discursivas distintas. Segundo Barbosa, Matos e Costa (2011), o corpo tem sua historicidade entrelaçada com a história da civilização. Na Grécia antiga, o corpo era concebido como uma forma de idealização e glorificação de sua capacidade atlética e da fertilidade, isto é, “o corpo belo era tão importante quanto uma mente brilhante” (p. 25). Na era do cristianismo, encontra-se um corpo silenciado e proibido, já que o pecado permeava a vida dos povos. O corpo deveria ser castigado e escondido, enquanto a alma encontrava-se superior aos desejos da carne. Já na era moderna, o corpo é atravessado por outros sentidos, com a ideia cartesiana da separação mente-corpo, a influência do discurso médico-científico e o discurso capitalista. Tais atravessamentos produzem uma nova interpelação do humano e seu corpo que, deste modo, passa a ser passível de exploração, compreendido como uma máquina de acúmulo de capital (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2011, p. 28).

No que toca à psicanálise, o que se destaca é um corpo-linguagem, um corpo falante que produz um dizer, trazendo novas leituras e olhares sobre o corpo além das ideias desenvolvimentista, mecanicista e biologista que insistem em defini-lo. Freud já nos falava do corpo como manifestação de um dizer (ou não-dizer), partindo das observações e intervenções clínicas com as histéricas de Salpêtrière (FREUD, 1996, [1895]), como já vimos anteriormente: o psicanalista percebeu que os sintomas de conversão das internas consistiam em uma linguagem que demandava uma (de)cifração, um querer dizer, por meio de um corpo que fal(h)ava. Deste modo, as

históricas encontravam no corpo um modo de verbalizar seus sofrimentos, isto é, nos movimentos da carne surgiam os sintomas.

Lacan nos diz: “Dado que, por sermos seres de fala, submetidos à estrutura de linguagem, o organismo é in-corporado, transformando-se em corpo-sujeito, corpo afetado pelo significante, corpo-reificado (LACAN, [1975] 1998 *apud* EDINGTON, p. 23). Assim, não se trata de um corpo biológico, “dentro do qual se aninha um aparato físico-fisiológico, uma espécie de caixa semifechada de carne, sangue, ossos, músculos, nervos e órgãos” (SANTAELLA, 2004, p. 147), mas sim de um corpo letrado, linguageiro.

Enquanto o corpo biológico obedece às leis da distribuição anatômica dos órgãos e dos sistemas funcionais, constituindo um todo em funcionamento, isto é um organismo, o corpo psicanalítico obedece às leis do desejo inconsciente constituindo um todo em funcionamento coerente com a história do sujeito. (NETO, 2017, p. 2).

Foi através do conceito de pulsão que Freud fundou o psiquismo no corpo (NETO, 2017) como forma de situar a pulsão entre o que seria psíquico e o que seria somático, sendo, portanto, a pulsão uma força que exige do psiquismo sua ligação com o corpo. Há aí uma passagem do mundo instintivo para o mundo das pulsões, isto é, para o mundo das palavras, “as pulsões são, no corpo, o eco do fato de que há um dizer” (LACAN, 2007 [1976], p. 18). É através do desenvolvimento referente aos três registros nos quais os sujeitos falantes se encontram que Lacan estabelece a corporeidade Real, Simbólica e Imaginária.

Partindo do texto *Estádio do espelho como formador da função do Eu* (LACAN, 1998 [1949]), podemos traçar o corpo Imaginário como aquele que oscila entre o eu e seu modo de reconhecimento: “Ao se tomar pela imagem, o *infans* identifica-se com ela, mas essa imagem, de fato, não é ele” (SANTAELLA, 2004, p. 150). Posto isto, o Eu é um lugar de desconhecimento, uma vez que não tomamos o corpo como ele é, mas sim como gostaríamos que este fosse (MOREIRA, 2016). Contudo, é pela imagem que o corpo se unifica, logo o Imaginário tem uma função fundamental para uma apreciação desse corpo. Como bem pontua Castanet (2010) esse sujeito demanda um reconhecimento e um testemunho simbólico, ou seja, essa imagem do corpo necessita do posicionamento do sujeito no campo Simbólico e de um corpo Real, já que o Imaginário é a instância que irá fazer a costura do Real no Simbólico.

No que se refere a corporeidade Simbólica, um novo elemento aparece, isto é, o Outro, logo o significante. No Simbólico trata-se de um corpo atravessado e

marcado pela linguagem, que “marca a pele feito ferro quente no gado. O significante marca a carne.” (HOMEM, 2017, p. 11). Marca e mata, desencarnando esse corpo biológico, que segue uma (bio)lógica: “O corpo não se reduz ao organismo. O organismo é a carne dotada de vida. O corpo é próprio a cada um e depende da maneira pela qual o sujeito veste o organismo de um tecido de representação” (CASTANET, 2010, p.65). Só no Outro, lugar de alteridade, que o sujeito poderá encontrar seu lugar, pois o corpo Simbólico é aquele nomeado pelo sujeito. É através do corpo Simbólico que irá ocorrer a incorporação do corpo Real, deste modo, “o corpo, além de ser afetado pela linguagem, goza” (CUKIERT, 2004, p.232). Pois, elevando-se à uma rede de significantes, ele se relaciona com a lei e com o gozo. Dito de outro modo, precisa-se de um corpo para se gozar e, este corpo, é da ordem do Real.

O corpo Real é um corpo de sentido, composto de órgãos e ossos, mas que, entretanto, não se reduz a isso, pois sua existência está subordinada à linguagem, ou seja, ele só existe quando se fala nele/dele. É um corpo também afetado pelo inconsciente, um corpo Real que necessita tanto do Imaginário quanto do Simbólico para vivificá-lo. Como descreve Santaella (2004, p. 153): “Trata-se de um corpo real que, longe de se restringir à sua natureza físico-fisiológica, avança para o psíquico, devido ao fato cabal de que o ser humano é um animal que fala”. Como já tecemos anteriormente, o que faz a ligação entre a carne e o psíquico é a pulsão, portanto, o corpo Real é um corpo pulsional. Dito de outro modo, “o gozo entra em ação por intermédio da pulsão” (CASTANET, 2010, p. 61). Conforme nos descreve Santaella (2004, p. 142), o gozo não se confunde com o prazer, mas sim como uma espécie de prazer na dor “uma tensão excessiva que leva o corpo ao paroxismo do esgotamento”, mais especificamente “o gozo surgiria lá, onde o prazer encontra fim, quer dizer, na dor” (CASTANET, 2010, p.58).

Um corpo goza de si mesmo, ele goza bem ou mal, mas ele é aquele que esse gozo introduz em uma dialética em que é necessário incontestavelmente outros termos para que isso tome sentido, a saber, nada de menos do que esse nó. (LACAN, 1974 *apud* CASTANET, 2010, p. 66).

Isto posto, esse corpo apresenta-se como um discurso, como nos lembra Kehl (2016, s.p.): “São corpos-mensagem, que falam pelos sujeitos”, que se encontram nos três registros Real, Simbólico e Imaginário. Sujeito que fala e falha, que dá ao corpo

novas significações. Trata-se, portanto, de “um corpo discursivo, constituído de história, língua e atravessamentos inconscientes” (PATTI, 2014, p. 128).

Freud percebeu que as histéricas falavam com seus corpos mesmo sem saber o que diziam. [...] Fala também o corpo do obsessivo trabalhando para mortificá-lo. Fala o corpo fóbico medindo a distância em relação ao objeto de seus temores. Fala o corpo da anoréxica que gostaria de diminuí-lo até desaparecer. O esquizofrênico o mutila para calá-lo, o do adolescente o corta, o tatua. Tem o corpo exibido pela publicidade, o da droga que o estimula ou o adormece. O corpo do esporte que o exaure ao limite da dor; o corpo que se excita ou não; o corpo que se reproduz ou não; o corpo que se faz desaparecer, que se tortura, que se queima. E tem o corpo que se reclama: *habeas corpus*. (BRODSKY, 2016, p.43).

E o corpo do sujeito porta(dor) de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), o que nos diz? O que nos transmite? Que inscrições de hi(e)stória, memória e discurso esse corpo nos traz? Que corpo é esse que se reclama?

4 O pós-humanismo e a injunção à potência do corpo infantil

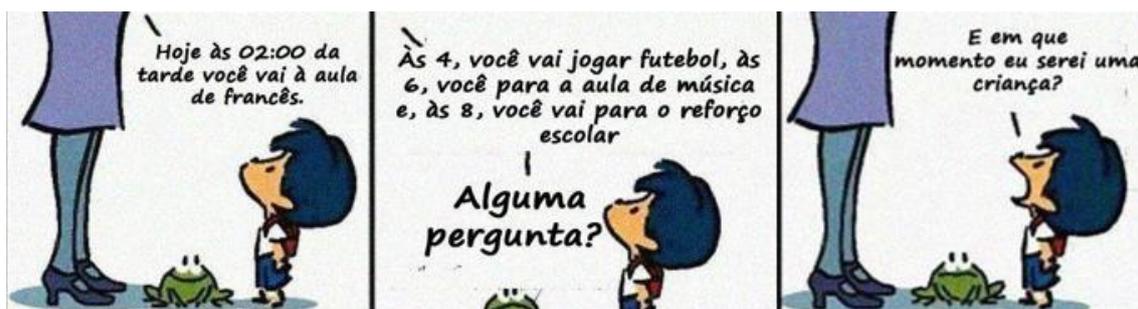
“Meu corpo não serve mais nem para o amor nem para o canto”
Manoel de Barros

No que tange ao pós-humanismo, Hayles nos diz que “o pós-humano representa a construção do corpo como parte de um circuito integrado de informações e matéria que inclui componentes humanos e não humanos, tanto *chips* de silício quanto tecidos orgânicos, *bits* de informação e *bits* de carne e osso” (HAYLES apud SANTAELLA, 2003, p. 192). É nesse emaranhado de carne e máquina que se funda o pós-humanismo. Santaella (2007) nos revela que a condição pós-humana, é aquela que diz respeito ao “destino biônico do corpo” (p.129), trazendo assim “[...] à natureza da virtualidade, genética, vida inorgânica, ciborgues, inteligência distribuída, incorporando biologia, engenharia e sistemas de informação” (p. 129), em seu discurso.

O corpo, no discurso pós-humano, adquire contornos de superpotência, tornando-se capaz de um funcionamento performático que sustenta as demandas de uma sociedade pós-biológica, ou seja, uma sociedade das máquinas capaz de contornar a vulnerabilidade e a precariedade da carne. Nesse contexto, os medicamentos tornam-se uma espécie de prótese para o alcance do corpo pós-

humano, impulsionando o sujeito na busca de um ideal da civilização. De acordo com Azevedo (2013, p.93), o medicamento “se constitui na prótese química que viria cumprir a satisfação de uma necessidade represada”, ou seja, há na medicalização uma produção de sentidos que funciona como forma de preenchimento de uma falta/falha própria ao sujeito, proporcionando a ele, assim, a sensação de um corpo completo, acabado e perfeito. Segundo Dias (2011), nas discursividades pós-humanistas o corpo tornou-se um empreendimento, entrando assim na lógica do mercado e do discurso capitalista, reduzindo-o a um produto a ser vendido/consumido. Desta forma, “é preciso medicá-lo prontamente para que ele esteja apto ao trabalho, ao lazer etc.” (DIAS, 2011, p. 63), ou seja, é preciso conformá-lo às demandas do mercado.

Essas injunções também são impostas às crianças, conforme observamos na análise do primeiro recorte (Recorte 1):



Recorte 1, selecionado no blog “Mãezíssima”

Disponível em: <http://www.maezissima.com.br/especial/perigosa-medicalizacao-da-infancia-reino-da-urgencia-e-da-falta-de-paciencia/>

Do processo de produção de sentidos que são legitimados nesse recorte, destacamos como a sociedade pós-humana alia-se ao poder do Mercado, preparando a criança para um futuro de trabalho, produção e eficácia, sustentado em um fazer com o corpo. Percebe-se, nesses dizeres, a produção de um corpo potente, um corpo máquina, capaz de realizar multitarefas: “aula de francês, jogar futebol, aula de música, reforço”. Nos dois primeiros quadrinhos, instala-se, nessa formulação, uma voz autoritária expressa particularmente pelo funcionamento do verbo ir conjugado no futuro do indicativo, “você vai”, indicando uma certeza do que, no futuro, se realizará. Ela não deixa, portanto, espaço para a dúvida.

Essa voz de um outro, possivelmente a mãe da criança, discorre acerca das tarefas da/para a mesma: consideramos, assim, essa “mãe” como representante de um Outro que, como descreve Oliveira (2012, p.114), representa “o lugar designado por uma autoridade subjetiva na vida do Sujeito”, que demanda diversos afazeres

para este sujeito e para seu corpo. Porém, no terceiro quadrinho a criança impõe uma fala questionadora, através de uma indagação que instala a dúvida: “em que momento serei uma criança?”. Percebe-se, aqui, uma questão direcionada ao Outro, questão que evidencia, nos modos de sua formulação, o desejo do sujeito.

Essa tirinha permite, assim, uma crítica ao processo ideológico de produção de sentidos de um corpo infantil que não falha, que não produz falta, um “super-corpo” que desempenha várias funções ao mesmo tempo, sem pausa. Enfatizamos que, no discurso capitalista-mercadológico, no qual se prioriza sentidos de “tudo poder”, do “tudo é possível”, ou seja, de completude, a medicalização funciona como um produto, capaz de tamponar a falta, promovendo a ilusão de um sujeito completo, perfeito.

Esse corpo imaginário, ou seja, perfeito e sem falhas, sempre irá demandar um reconhecimento do olhar do outro, ou seja, o sujeito encontra-se em total alienação. Segundo Cukiert (2004) trata-se da “forma como a imagem do corpo próprio, a partir do outro”, marca a constituição subjetiva “e a imagem assumida pelo sujeito” (p. 226). Em vista disso, a criança se identifica com essa imagem de um super-corpo e isto acaba afetando o corpo no registro simbólico, enquanto mapa de significantes, e no registro real, enquanto formas de gozar.

5 A medicalização da infância

*“O menino é hoje um homem douto que trata com física quântica.
Mas tem nostalgia das latas. Tem saudades de puxar por um
barbante sujo umas latas tristes”*

Manoel de Barros

Consideramos a medicalização da infância como um processo no qual a “(in)adequação comportamental tem sido identificada e tratada como síndrome, transtorno ou doença” (EDINGTON, 2012, p. 21), que atribui aos medicamentos o modo dominante para a resolução de problemas da vida. Desta forma, essa “inadequação” diz respeito à uma sociedade de máquinas, logo, um corpo além da carne que falha e adocece. Como pontua Dantas (2009, p. 564), “o uso abusivo de medicamentos na atualidade parece ser um dos traços significativos de nossa cultura ocidental”, na qual impera a convicção de que o mal-estar, bem como o sofrimento de

todo gênero, devem ser abolidos a qualquer preço. Entretanto, esse mal-estar é, em larga medida, constituinte do ser humano:

O sofrer nos ameaça a partir de três lados: do próprio corpo, que, fadado ao declínio e à dissolução, não pode sequer dispensar a dor e o medo, como sinais de advertência; do mundo externo, que pode se abater sobre nós com forças poderosíssimas, inexoráveis, destruidoras; e, por fim, das relações com os outros seres humanos. (FREUD, 2010 [1930], p. 21).

Diante disso, Freud, relata que o sofrimento se faz presente na vida dos seres humanos, já que temos que abdicar de nossas pulsões sexuais e agressivas para viver na cultura em que fomos “arremessados”, uma civilização constituída por normas e valores. Como bem coloca Santaella (2004, p. 144) “Enquanto as pulsões sexuais são parcialmente sublimadas e transformadas em ideais coletivos, as agressivas são recalçadas e transferidas para o supereu que as dirige contra o próprio indivíduo sob a forma de sentimento de culpa.”

Assim, o corpo é silenciado, denegando a dor, o medo e a impotência, tornando-se subjacente a máquina (AZEVEDO, 2013). No caso dos medicamentos, são eles que funcionam como uma tecnologia química para o alcance desse corpo potente. Em vista disso, esses ideais pós-humanos acabam por interpelar também a infância, demandando cada vez mais crianças alto performáticas e supereficazes como projetos para um futuro projetado por preceitos mercadológicos, isto é, relativos à (re)produção do capital.



Recorte 2, selecionado do artigo “Do que sofre a infância”, presente no site “Projeto Chutebol”.
 Fonte: http://www.projetochutebol.com.br/2014_07_01_archive.html

Nesse recorte (Recorte 2), podemos pontuar o processo de produção de novos sentidos para a criança. Os significantes “correr” e “gritar”, não se adequam mais a uma formação discursiva sobre a infância, sendo, assim, assinalados na fala do médico como um problema “grave”, situados fora de uma suposta normalidade. Isso

nos faz pensar, tendo em vista as contribuições de Canguilhem (1982), nas formas de determinação das categorias de normal e patológico. Para o filósofo, essas categorias não são determinadas pela realidade biológica em si, uma vez que toda a história da medicina baseia-se no estabelecimento de normas que dependem fundamentalmente da definição do normal: a medicina moderna, diz o autor, precisa conhecer o normal para dominar a doença. O que nos interessa do valioso pensamento de Canguilhem é justamente a forma como o autor reconhece que a normalidade não está diretamente relacionada ao normal biológico, mas a um conjunto de normas constituídas socialmente. Deste modo, a normalização da medicalização, na atualidade, obedece a uma demanda do consenso, que constitui um imaginário no qual algumas formas de medicalização são toleradas e, ainda, estimuladas. Assim, o alto desempenho exigido do corpo faz parte de uma normalidade construída imaginariamente, por meio dos processos ideológicos e históricos, com o objetivo de dar conta de demandas impostas pelo sistema produtivo.

A solução para o “correr” e o “gritar” da criança, ofertada pelo doutor, se resume a receitar alguns medicamentos, “para que ela se torne um dos nossos”. Nesta formulação, há a produção de um efeito de universalidade, por meio da constituição de um grupo imaginariamente homogêneo e completo, isto é, de uma (com)unidade, problematizando, assim, como esse enunciado interpela ideologicamente os sujeitos, pois funciona como um chamamento para que o leitor se identifique com os sentidos aí presentes. Esse efeito de homogeneidade silencia a alteridade do sujeito no discurso, a partir de um atravessamento que surge sem pedir permissão.

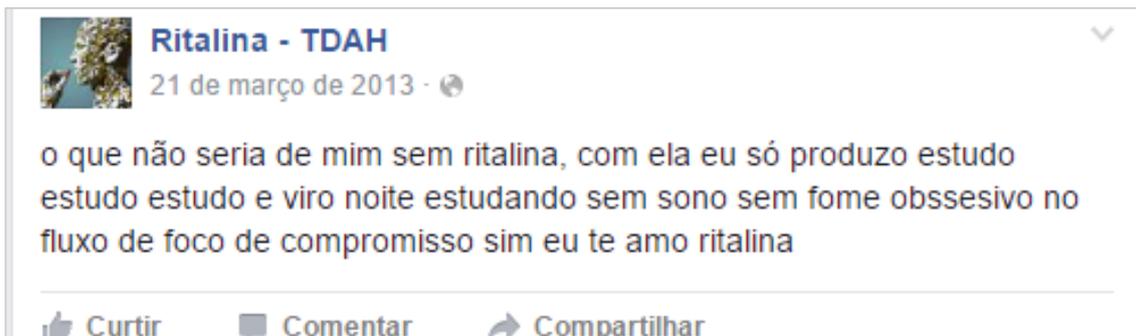
Na charge, também se produz um silenciamento, no sentido de que dizer algo é silenciar outros sentidos, interditados pelo efeito da proibição de um dizer (ORLANDI, 2007b). O corpo da criança é silenciado, ele “não devem correr e gritar”. Essa interdição toca o corpo da criança que não é sequer ouvido, como descreve Edington (2012, p. 71) “[...] estas crianças não são escutadas, nunca foram escutadas: uma mãe que não tira sua criança dos olhos, como ela pode escutar? Se não são escutadas, é a motricidade que vem tomar o lugar das palavras”. No recorte, percebe-se que em nenhum momento a criança fala, apenas o outro/Outro fala por ela, remetendo, assim, à etimologia da palavra *infans*, ou seja, aquele que não fala. Contanto, esse corpo silenciado é um corpo “que se reclama: *habeas corpus*” (BRODSKY, 2016, p. 43).

6 Vestígios do corpo na materialidade digital: escrita e sujeito

“Eu escrevo com o corpo”

Manoel de Barros

Partimos da noção de corpografia (DIAS, 2007) como aquilo que, a partir da inscrição da língua na materialidade digital, toma corpo através do afeto, ou seja, uma manifestação significativa na qual o sujeito inscreve sua corporeidade simbólica, através de um corpo real, atravessado pelo imaginário. Como descreve Dias (2007, s.p.) “A corpografia é, portanto, o simulacro da voz e do corpo na escrita. É por esse gesto que a escrita se ressignifica no ciberespaço para dar visibilidade a um sujeito que constrói modos de subjetivação pela/na escritura”. Observamos essas escrituras que escorrem pelos dedos e se materializam no espaço digital, compondo uma corpografia, no recorte (Recorte 3) extraído da *fanpage* “Ritalina – TDAH” no Facebook:



Recorte 3, selecionado da página oficial de Ritalina – TDAH no site do Facebook.
Disponível em: <https://www.facebook.com/Ritalina-TDAH-418869894858013/>

Tendo em vista o este recorte (Recorte 3), devemos enfatizar que o sujeito que escreve é um sujeito que se encontra em uma rede social virtual, inscrevendo-se nela para produzir sentidos para si e para seu corpo. Sujeito constituído pelo inconsciente e interpelado pela ideologia: como afirmou Pêcheux (2009 [1975]), o inconsciente e a ideologia estão materialmente ligados, entretanto, não se confundem.

Isso quer dizer que o sujeito se presentifica na rede virtual ao enunciar, construindo sentidos de linguagem e inscrevendo-se em redes de memórias. Deste modo, temos uma posição-sujeito no discurso, produzida a partir de uma inscrição em uma dada formação discursiva, no caso, uma formação discursiva favorável aos sentidos ideológicos produzidos pelo discurso médico, que, conforme Pêcheux (2009 [1975]), determina aquilo que pode e deve ser dito.

Em vista disso, o sujeito cibernético se constitui como um sujeito que ilude ser completo, já que esse “mundo virtual” produz a ilusão de que ali tudo pode ser dito e realizado. Os sentidos materializados no terceiro recorte remetem, deste modo, ao corpo pós-humano, qual seja um corpo “sem sono”, “sem fome”, “obsessivo no fluxo de foco”. Os significantes aí presentes evidenciam esse corpo sem falhas, auto performático e eficaz. Inscreve, também, um corpo adequado ao fluxo do mercado, que demanda dos sujeitos corpos-máquinas capazes de dar conta da produção acelerada e ininterrupta. As necessidades humanas básicas, como alimentar-se e dormir, são extinguidas com a medicação do corpo, pois os atos de comer e dormir são atividades que, além de demandar tempo, também são indicativos da vulnerabilidade de um corpo mortal que, nesse discurso, necessita ser silenciado. Assim, o que se percebe na produção de sentidos deste recorte é a mutação do corpo humano para o corpo-máquina, isto é, do corpo de carne e osso passa-se (ilusoriamente) ao corpo de silício.

Contanto, como já vimos a priori, o corpo sempre falha, sempre produz claudicação, pois há aí um sujeito dividido e incompleto. Esta falha é perceptível no enunciado, no qual observa-se a ausência de pontuações, particularmente o desuso das vírgulas, este sinal gráfico que representa as pausas prosódicas. Não reduzindo nossa análise a uma interpretação textual e gráfica, deslocamos essa falta de vírgula para uma falta (e sua conseqüente busca pelo tamponamento) relativa ao sujeito que enuncia. Deste modo, temos um enunciado sem pausa, uma voz sem falta, que produz silenciamentos, se inscrevendo no discurso da perfeição (completo, absoluto, total).

Também podemos observar que este sujeito goza de sua escrita, dessa corpo/grafia, por meio de um gozo fálico, ou seja, daquele que “se determina a partir da cifragem linguajeira do gozo corporal” (VALAS, 2001, p. 59), perceptível na escassez de pontuações na escrita rompendo com as normas sintáticas da linguagem, escrita que (supostamente) não produz furos, mas se esforça por tamponá-los. Nesta escrita suturada demonstra-se um gozo ininterrupto, um sujeito que ilude não ser dividido, em palavras que se formulam sucessivamente, sem pausa ou sem espaços. Assim, a sua obsessão pelo fluxo do foco se materializa na escrita, através de repetições, tais como: “estudo estudo estudo”. Deste modo, as pontuações, que entrariam para barrar essa escrita e funcionariam como ponto de basta do gozo do sujeito, são interdidas em favor de um sujeito sem limites.

Na formulação “o que *não* seria de mim *sem* ritalina”, percebemos como o ritual ideológico falha, se estilhaça. Há, na formulação, um “não” fora de lugar: “o que

não seria de mim sem ritalina”, um ‘não’ que evidencia um sujeito dividido, que possibilita um não saber, instaurando uma dúvida, a abertura para uma outra possibilidade de existência que não se sustente no uso do medicamento. Utilizando de paráfrases, podemos compreender melhor esse não: No enunciado “o que seria de mim sem ele?”, por exemplo, o pronome “ele” representaria o objeto perdido, objeto *a* como chamou Lacan (1998 [1960]; 2005 [1963]), podendo ser substituído imaginariamente por outro objeto que viria completar o sujeito em sua falta. No enunciado “o que *não* seria de mim *sem* ritalina”, o medicamento é explicitado como objeto de gozo do sujeito. O Eu (moi) sabe que aquele objeto não é o que o completará, mas mesmo assim ele acaba concordando (cinicamente) que o objeto do qual está gozando é o objeto que irá satisfazê-lo por completo (TFOUNI; PIMENTA; PATTI, 2013). Posto isso, como nos lembra Freud (1925) o sujeito reconhece o desejo recalcado, porém o nega. D’Agord (2006, p. 246) ao falar que Freud introduz uma nova escuta/leitura da negação, diz: “[...] a negativa seria uma forma de tomar conhecimento do recalcado, como que uma suspensão (*Aufhebung*) do recalque, mas sem aceitação (*Annahme*) do que foi recalcado”. O sujeito sabe que é um ser faltante, um falta-a-ser, entretanto, interpelado ideologicamente, ele se imagina a partir de um ideal de completude.

Para finalizar, pontuamos como alguns marcadores de negação, tais como o “não” e o “sem”, assinalam a dimensão ideológica na constituição dos discursos e dos sujeitos, como explicita Fedatto (2015, p. 96): “Quando introduzimos a dimensão político-ideológica na reflexão sobre a negação, podemos pensar também que o *não* pode instaurar uma polêmica inconciliável entre posições-sujeito que não se escutam”. Assim, podemos considerar que, no discurso que ostenta a medicalização, entre a posição-sujeito que ama a ritalina e a posição-sujeito que a desdenha não há conciliação possível: a negação introduz, assim, a polêmica, isto é, se estabelece visões que representam posições-sujeitos determinadas por formações discursivas contraditórias (INDURSKY, 1990). A autora irá desenvolver o processo de negação que expõe o repúdio, a refutação e a recusa do outro e a partir de suas elaborações, ponderamos que os marcadores de negação “não” e “sem” remetem, no enunciado, a essa recusa a uma posição-sujeito não medicalizada.

Ainda, a inscrição da negação dá a ver, pelo equívoco que ela produz, a contradição: ao dizer-se pela negação, na tentativa de recusar a alteridade, denegando com veemência seu outro, o sujeito tropeça em sua fala, instaura nela um momento no qual a enunciação falhante se mostra cortada pelo ritual ideológico que

não se cumpre. O que se evidencia no enunciado é a falha do ritual ideológico, demonstrada nessa impossibilidade de o sujeito tornar-se completo através da medicação, materializada na expressão “o que *não* seria de mim *sem* ritalina”. Ela abre espaço para pensar um outro lugar para o sujeito, um lugar onde a interpelação pelo discurso médico falha. A negação, assim, aparece como traço da divisão constitutiva do sujeito.

7 Considerações Finais

“O menino de ontem me plange”

Manoel de Barros

Neste artigo, esforçamo-nos para compreender a constituição de sentidos para o corpo da criança, particularmente os sentidos produzidos nos/pelos discursos que conclamam a medicalização da infância. Neste percurso, examinamos sua relação com outros discursos, tais como o discurso capitalista, o discurso mercadológico e, por fim, o discurso pós-humanista, compreendidos como interligados por uma rede de relações ideologicamente constituída. Nossas análises mostram que os discursos da/sobre a medicalização da infância se assentam em uma injunção: eles constroem sentidos que (re)significam a infância a partir de uma demanda social por crianças dóceis, quietas, “robotizadas”, constituindo, assim, um processo de (en)formagem do corpo infantil que visa à alta performance e a um corpo superpotente.

A partir das análises tecidas neste texto, podemos afirmar que os medicamentos se apresentam como uma ortopedia para o alcance de um ideal da civilização, ou seja, a criança passa a ser um projeto empreendedor, visando a alta eficácia na sociedade pós-biológica, isto é, em uma sociedade das máquinas, dos

ciborgues (HARAWAY, 2000). Ocorre, assim, a mortificação de um corpo considerado impotente, objetivando a vivificação de um corpo máquina. Porém, esse corpo ilusoriamente “maquínico” e perfeito sempre sofre claudicação, evidenciando assim, sua incompletude, sua falta, logo, sua imperfeição.

Com isso, podemos problematizar a relação ideológica que se tece entre diagnósticos exacerbados, fatores mercadológicos e medicalização da infância, através da compreensão de um processo discursivo que tem por efeito transformar o corpo infantil em uma máquina. O sujeito criança, interpelado pelas discursividades que prometem a alta performance e a eficácia, moldado a partir de um ideal de infância, se constituem em sujeitos através de uma prática corporal que medicaliza seu o corpo, configurando uma espécie de anestesia social da infância.

Referências

- AZEVEDO, Aline Fernandes de. **Cartografias do corpo:** metáforas contemporâneas da sutura e da cicatriz. 2013. 191 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto De Estudos Da Linguagem, Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2013.
- BARBOSA, Maria Raquel; MATOS, Paula Mena; COSTA, Maria Emília. Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. **Psicologia & Sociedade**, 23(1). 2011.10 p.
- BARROS, Manoel. **Manoel de Barros:** Poesia Completa. São Paulo: Leya, 2010. 496 p.
- BRODSKY, Graciela. Meu corpo e eu: Em análise se fala do corpo, ou melhor, na psicanálise fala o corpo. In: O corpo falante: sobre o inconsciente no século 21. **Revista Cult**. n. 211. 2016. 3 p.
- CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. 154 p.
- CASTANET, Didier. Os corpos contemporâneos. **Revista Stylus**. n. 20. 2010. 24 p.
- CUKIERT, Michele. Considerações sobre o corpo e linguagem na clínica e na teoria laciana. **Psicologia USP**, 15(1/2). 2004. 16 p.
- D'ARGORD, Marta. A negação lógica e a lógica do sujeito. **Ágora**, v. IX. n. 2. 2006. 17 p.

DANTAS, J. B. Tecnificação da vida: uma discussão sobre o discurso da medicalização da sociedade. **Fractal: Revista de Psicologia**, 21 (3), p. 563-580, 2009. 18 p.

DIAS, Cristiane. A língua em sua materialidade digital. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 3, 2007, Porto Alegre. **Anais do SEAD: Seminário de estudos em Análise de Discurso**, Porto Alegre: 2007.

_____. **O digital: cidade, cultura e corpo: a velocidade do mundo**. Campinas, SP: Unicamp, 2011.

EDINGTON, Vera Lucia Tourinho. **A medicalização da infância: uma leitura analítica**. 2012, 98 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

FEDATTO, Carolina Padilha. Falar de si na rede: um espaço para quem (não) sou. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 12, n. 1, 2015. 27 p.

FREUD, Sigmund (1895). Estudos sobre a histeria. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (1893-1895)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 2.

_____. (1917). Os caminhos da formação dos sintomas. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (1916-1917)**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996. v. 16.

_____. (1900). Interpretação dos sonhos. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (1900-1901)**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996. v. 4-5.

_____. (1901). A psicopatologia da vida cotidiana. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (1901)**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996. v. 6.

_____. (1905). Os chistes e a sua relação com o Inconsciente. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (1905)**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996. v. 8.

_____. (1908). Fantasias histéricas e sua relação com a bissexualidade. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (1906-1908)**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996. v. 9.

_____. (1930). O mal-estar na civilização. In: **Obras completas: Volume 18. O mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias à Psicanálise e outros textos. (1930-1936)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 18.

- GARCIA, Dantielli Assumpção; SOUSA, Lucília Maria Abrahão. Ler o arquivo hoje: a sociedade em rede e suas andanças no ciberespaço. **Conexão Letras**, v.9, n.11, 2014. 15 p.
- GARDENAL, Isabel. **A ritalina e os riscos de um genocídio do futuro**. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2013/08/05/ritalina-e-os-riscos-de-um-genocidio-futuro>>. Acesso em: 06 de abril de 2016.
- HARARI, Roberto. **O Psicanalista, o que é isso?** 1. ed. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2008. 236 p.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no fim do século XX. In: SILVA, Thomaz Tadeu da (Org.). **Antropologia do ciborgue**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 87 p.
- HOMEM, Maria Lucia. Lacan urgente: o analítico em tempos de estreitamento. In: **Revista Cult: Jacques Lacan além da clínica**. n. 8. 2017. 3 p.
- INDURSKY, Freda. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. **Caderno de estudos linguísticos**. Campinas, 1990. 6 p.
- JERUSALINSK, Julieta. **A era da palmatória química: responsabilidade social e medicalização da infância**. Disponível em: <<http://vida-estilo.estadao.com.br/blogs/criancaem-desenvolvimento/a-era-da-palmatoria-quimica-responsabilidade-social-e-medicalizacaoda-infancia/>>. Acesso em: 06 de abril de 2016.
- JORGE, Marco Antônio Coutinho; FERREIRA, Nádia Paulo. **Freud, criador da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. 87 p.
- KEHL, Maria Rita. **Com que corpo eu vou?** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mas/fs3006200209.htm>>. Acesso em: 06 de agosto de 2016.
- LACAN, Jacques (1963). **O seminário, livro 10: a angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- _____. (1949). O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 93-103.
- _____. (1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 238-364.
- _____. (1953-1954). **O seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

- _____. (1957). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 496-533.
- _____. (1957). **O seminário, livro 4**: A relação de objeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- _____. (1957). **O seminário, livro 5**. As formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- _____. (1964). **O seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- _____. (1969-1970). **O seminário, livro 17**: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- _____. (1960). Subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 807-828.
- MALDIDIÉ, Denise & GUILHAUMOU, Jaques. Efeitos do arquivo. A análise de discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 161-183.
- MAZIÈRE, Francine. **A Análise do Discurso**: história e práticas. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. 130 p.
- CLASTRES, Guy. A criança no adulto. In: MILLER, Judith (Org.). **A Criança no Discurso Analítico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. 180 p.
- MOREIRA, L. E. V. **Uma brevíssima apresentação do corpo para a psicanálise**. Disponível em: < <https://lacaneando.com.br/uma-brevissima-apresentacao-do-corpo-para-a-psicanalise/> >. Acesso em: 12 de novembro de 2016.
- MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. Controle e medicalização da infância. **Desidades**: n. 1. ano. 1. 2013. 11 p.
- NETO, Fuad Kyrillos. **Psicanálise e corpo na contemporaneidade**. Disponível em: < http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/iii_congresso/temas_livres/psicanalise_e_corpo_na_contemporaneidade.pdf >. Acesso em: 21 de janeiro de 2017.
- OLIVEIRA, Joyce Bacelar. O inconsciente lacaniano. **Psicanálise & Barroco em revista**. V. 10, n. 1, 2012. 11 p.

ORLANDI, Eni P. “Análise de Discurso”. In: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Susy (Orgs.). **Introdução à Ciências da Linguagem**. Discurso e Textualidade. Campinas: Pontes, 2010.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007a. 100 p.

_____. **Discurso e texto. Formulação e circulação de sentidos**. Campinas: Pontes, 2012.

_____. Maio de 68: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes Editores, 2007b.

PATTI, Ane Ribeiro. **O morto feito (de) vivo: silenciamento (d)e-feito maternidade**. 2014. 359 f. Tese (Doutorado em Ciências, área: Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP, 2014.

PÊCHEUX, Michel (1969). Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas (São Paulo): Editora da Unicamp, 2010. Cap. 3, p. 59-158.

_____. (1975). **Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. 317 p.

QUINET, Antônio. O campo do gozo e seus discursos. 1. ed. In: QUINET, Antônio. **Psicose e Laço Social: esquizofrenia, paranóia e melancolia**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2006. 237 p.

_____. **A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 162 p.

SANTAELLA, Lúcia. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. **Revista Famecos**. n. 22. Porto Alegre, 2003. 10 p.

_____. O corpo como sintoma da cultura. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**. V. 1, n. 2, 2004. 17 p.

_____. Pós-humano – por quê? **Revista USP**. n. 74. p. 126-137. São Paulo, 2007. 12 p.

SOLER, Colette. O “corpo falante”. **Caderno de Stylus**. Edição bilíngue. n. 1. 2010.

TFOUNI, L. V.; PIMENTA, L.; PATTI, E. R. Onde se encontra a felicidade? A propaganda e o vazio do desejo. **Discurso, teoria y análisis**, v. 33, p. 119-138, 2013.

VALAS, Patrick. **As dimensões do gozo:** do mito da pulsão à deriva do gozo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2001

ZUCCHI, Márcia. **Esse estranho que nos habita:** o corpo nas neuroses clássicas e atuais. Opção Lacaniana. ano. 5. n. 14. 2014.

Artigo recebido em: 04/06/2017

Artigo aprovado em: 07/12/2017

GÊNERO E ESTILO EM SEMIÓTICA: ANÁLISE DE ENCARTES DE ALADDIN, DA WALT DISNEY

Mário Sérgio Teodoro da Silva Junior*

Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo explorar as afinidades entre os conceitos de estilo, em semiótica discursiva, exposto por Norma Discini, e de gênero, também em semiótica, a partir da visão de Jacques Fontanille. Ao serem colocados em aplicação nos encartes e menus interativos de edições de home video do filme Aladdin, da Walt Disney, percebe-se a solidariedade entre os vieses teóricos e como eles, com intermédio do conceito de estereótipo de Dominique Maingueneau, nos estudos do discurso, revelam um percurso de construção e abstração da identidade estilística de um enunciador.

Palavras-chave: *Discurso; Estilo; Gênero; Semiótica; Sincretismo; Texto.*

Abstract:

This work pretends to explore similarities between two theoretical concepts in Discursive Semiotics: style, proposed by Norma Discini, and genre, by Jacques Fontanille. Once applied on the analysis of covers and menus from different editions of the movie Aladdin, by Walt Disney, we can note how both theoretical views are alike and, put together to Dominique Maingueneau's concept of stereotype, the three of them constitute a process of construction and abstraction of the enunciator's identity.

Keywords: *Discourse; Genre; Style; Semiotics; Syncretism; Text.*

Introdução

Recentemente, na área da semiótica discursiva, de origem greimasiana, Discini (2015) propôs uma ampla teorização de estilo e, há um pouco mais de tempo, Fontanille (1999) o fez com o conceito de gênero. Ambos os estudos mostram-se solidários mediante uma leitura cuidadosa.

* Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (*campus* de Araraquara). Estudante membro do GPS-UNESP - Grupo de Pesquisa em Semiótica da UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Bacharel e Licenciando em Letras, com formação em língua francesa, pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (*campus* de Araraquara). Contato: junior.marioteodoro@gmail.com.

Discini propõe levar a semiótica *standard* e tensiva para a área da fenomenologia e explorar, juntamente às questões de enunciação, o conceito de corpo e suas manifestações, acercando nosso campo teórico ao da filosofia. Já Fontanille, dentro de sua proposta dos níveis da expressão, leva a semiótica rumo ao campo da cultura e dos discursos no seio da vida social. Ora, ambas são tentativas de aproximar uma ciência da linguagem preocupada com a organização formal e imanente do texto a, por um lado, o pensamento *per se*, enquanto substância da linguagem e enquanto ideologia e, por outro, ao uso prático que se faz da linguagem. Se pudermos, de alguma forma, coarticular essas reflexões em uma análise integral, poderemos, certamente, ter uma visão bastante ampla, nem por isso menos precisa, do objeto que tanto nos interessa: o sentido.

De fato, o sentido tem uma circulação natural entre o campo sociocultural e o campo ideológico, circulação mediada pela formalização sistêmica proporcionada pelo percurso gerativo da expressão proposto por Fontanille (2008), que coloca, de forma gerativa, integrada e em interações sincopadas, níveis de manifestação do discurso, indo dos signos, aos textos-enunciados, objetos-suportes, cenas predicativas, estratégias e formas de vida (cf. FONTANILLE, 2008, p.20).

Dedicamo-nos, inicialmente, à aplicação do trabalho de Discini a um dado *corpus*, os filmes de animação musical dos estúdios da Walt Disney, como projeto de pesquisa de mestrado *O estilo Disney de cantar histórias* (cf. SILVA JUNIOR, 2017)⁶. Neste trabalho, especificamente, tentaremos demonstrar como o gênero e o estilo estão interligados em um percurso peculiar, que se completa com a proposta teórica de Maingueneau sobre o *ethos* discursivo (1997; 2008).

1 Tópicos teóricos

1.1 *Ethos*

O *ethos* discursivo de Maingueneau, termo ressignificado a partir do *ethos* da retórica clássica, aponta para o caráter do enunciador (ou orador, seja qual for a terminologia adotada), salientando a voz e o tom, mas também coloca em foco o

⁶ Projeto de pesquisa do curso de Mestrado Acadêmico, realizado no Programa de Pós-Graduação de Linguística e Língua Portuguesa da FCLAr/UNESP, orientação do Prof. Dr. Arnaldo Cortina, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em convênio com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (processo FAPESP Nº 14/17482-0).

papel do dito fiador, ou enunciatório, e o modo como este constrói, a partir da enunciação, a imagem ética daquele que enuncia.

A noção de corpo também é inserida e complexifica o conceito.

Mas o tom por si só, não recobre, em seu conjunto, o campo do *ethos* discursivo. O tom está necessariamente associado a um caráter e a uma corporalidade. O “caráter” corresponde a este conjunto de traços “psicológicos” que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer. [...] não se trata aqui de caracterologia, mas de estereótipos que circulam em uma cultura determinada. Deve-se dizer o mesmo a propósito da “corporalidade”, que remete à representação do enunciador da formação discursiva. Corpo que não é oferecido ao olhar, que não é uma presença plena, mas uma espécie de fantasma induzido pelo destinatário como correlato de sua leitura. (MAINGUENEAU, 1997, p. 46-47)

Vê-se que o termo não se resume a um corpo físico, porque analisar o *ethos* não se trata, afinal, de uma maneira de ler o mundo real e palpável, mas sim de ler o mundo dos discursos, o mundo do sentido. Por consequência, os corpos são corpos da semiosfera, corpos semióticos. Esses corpos têm também um policiamento tácito, igualmente identificado nas representações sociais estereotipadas:

Mais além, o *ethos* implica uma maneira de se mover no espaço social, uma disciplina tácita do corpo apreendida através de um comportamento. O destinatário a identifica apoiando-se num conjunto difuso de representações sociais avaliadas positiva ou negativamente, em estereótipos que a enunciação contribui para confrontar ou transformar. (MAINGUENEAU, 2008, p. 18)

Os *ethe*, enunciativos e enuncivos, constituem-se, dessa forma, a partir de estereótipos de voz, de tom e de corpo. São esses estereótipos que encontraremos ao analisar a constituições dos *ethe* apresentados no discurso Disney: o estereótipo de *ethos* do enunciador e o estereótipo do *ethos* enunciatório.

1.2 Estilo

Identifica-se o estilo de uma semiótica-objeto a partir do estoque de *configurações discursivas* (cf. GREIMAS; COUTRÉS, 2013, p. 87-89):

Um certo *estoque de configurações discursivas* é elemento catalisador do fato de estilo. [...] Nessas isotopias figurativas e temáticas e nesses papéis configurativos, firma-se a recorrência e firma-se a unidade, mas firma-se também o diálogo, pois daí

desponta a convergência ou a divergência com as vozes de um dado contexto sócio-histórico. (DISCINI, 2013, p. 65)

Ethos torna-se crucial para a compreensão da proposta de estilo de Discini, pois entendendo o estilo como **forma de dizer**, tal forma precisa, necessariamente, prender-se à imagem de um enunciador, de um *ethos*, a **forma de ser**. Mas o estilo resulta do sentido de uma totalidade de discursos familiares entre si: “Deve-se buscar o estilo na configuração interdiscursiva de uma totalidade de discursos enunciados.” (DISCINI, 2013, p. 28).

A dinâmica entre a totalidade de discursos e o enunciado-unidade é sistematizada pela oposição da dita Unidade integral (U_i), o *unus*, o enunciado, e a Unidade partitiva (U_p), o *nemo*, o não-enunciado, que se negam, respectivamente, em Totalidade partitiva (T_p), o *omnis*, o conjunto de discursos não identitários, e em Totalidade integral (T_i), o *totus*, o conjunto de enunciados identitários (ver gráfico 1):

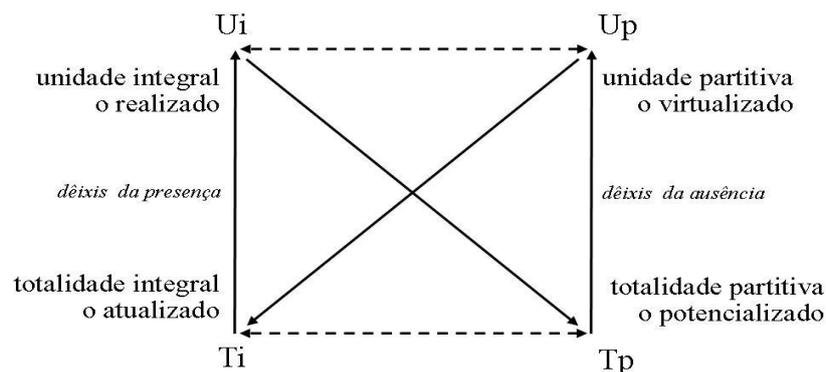


Gráfico 1: Presenças e totalidades, extraído de Discini (2015, p.57)

A relação mandatória é a que se estabelece entre *unus* e *totus*, respectivamente, a unidade integral e a totalidade integral. *Unus* é a unidade discreta com traços de individuação, já *totus* é o bloco inteiro de vários *unus* reunidos por suas semelhanças. O que autoriza o procedimento de se falar do estilo da totalidade a partir da análise da unidade é a ideia de que “O todo está nas partes e vice-versa, ao se tratar de qualquer estilo” (DISCINI, 2013, p. 48).

Portanto, *unus* e *totus* estão integrados. Os simulacros de identidade e alteridade são construídos no nível da totalidade, de onde também corporifica-se o *ethos*, mas os efeitos de sentido que daí despontam encontram-se na geração do sentido da unidade integral, do enunciado único, pois nela residem as configurações discursivas que se repetem, criando isotopias. Esse repertório de revestimentos discursivos, temas e figuras, e de papéis narrativos e temáticos, subjacente a uma

totalidade de discursos, configura as possibilidades enunciativas. No caso dos estúdios de animação Disney, é o modo como eles costumam enunciar, firmado por sua tradição de mais de cinquenta anos de repetição dessas configurações discursivas.

1.3 Gênero

Fontanille (1999), ao falar em gênero literário, define o conceito como resultante da junção, por meio de um princípio de congruência, de um tipo textual, que dá coesão à expressão, e de um tipo discursivo, que dá coerência ao conteúdo.

Os tipos textuais caracterizam-se pela conjugação de duas dimensões. A da brevidade do texto, sua qualidade mais ou menos longa ou breve, a depender do andamento da enunciação, isto é, o quanto ela dura. Essa duração, que pressupõe uma prática de leitura do texto, é medida na relação comparativa entre os enunciados produzidos em dado socioleto. Trata-se de uma avaliação socioletal sobre uma dimensão física e formal dos enunciados.

A outra dimensão é a da abertura/fechamento do texto, que se define pela relação entre as chamadas unidade de leitura e unidade de edição; a primeira corresponde ao consumo do enunciado em uma prática de leitura e a segunda, à forma como a edição apresenta o objeto ao leitor. O texto será fechado se as unidades coincidirem, isto é, se o texto se apresentar da mesma única forma como ele pode ser lido, e será aberto se elas divergirem, se a leitura puder escapar da forma de edição, se o leitor puder ler os “pedaços” do enunciado independentemente, ou se a edição for seriada, com vários textos-enunciados compondo a leitura integral. Os tipos textuais gerados pela união dessas duas dimensões estabelecem-se da seguinte maneira (ver tabela 1).

Abertura/Brevidade	Breve	Longo
Aberto	Fragmentação	Recursividade
Fechado	Concentração	Desdobramento

Tabela 1: Tipos textuais, adaptado de Fontanille (1999, p.163)

Já os tipos discursivos caracterizam-se em duas instâncias. Uma relativa à modalidade de enunciação, que pode ser (i) de tipo persuasivo, quando estabelece entre enunciador e enunciatário um fazer-assumir/fazer-aderir; (ii) de tipo incitativo, do fazer-querer/fazer-dever sobre o enunciatário; (iii) de tipo de habilitação, estabelecendo o fazer-saber/fazer-poder; (iv) e de realização, relativo a um fazer-

ser/fazer-fazer. A outra instância é relativa aos valores socialmente avaliados vinculados nos discursos, a partir da união da adesão do enunciatário e da extensão da manifestação desse tipo de discurso na sociedade, que pode ser organizada da seguinte forma (ver tabela 2).

Extensão e quantidade/ Intensidade da adesão	Forte	Fraca
Restrita	Valores Exclusivos	Valores Discretos
Ampla	Valores Participativos	Valores Difusos

Tabela 2: Tipos discursivos a partir da avaliação dos valores discursivos, adaptado de Fontanille (1999, p. 165)

Por fim, para compreensão mais apropriada do gênero, é preciso ter em mente também os níveis de pertinência do objeto-suporte e da cena predicativa envolvidos na significação total no texto-enunciado analisado, como veremos adiante.

2 Gênero e estilo em Aladdin

Aladdin, filme de 1992, faz parte de uma série de animações musicais produzidas pela Disney na década de 1990, que ganharam grande reconhecimento de público e crítica e, dessa forma, tornaram-se produtos extremamente apelativos para o mercado, gerando itens derivados dos filmes, como brinquedos, roupas, etc. A própria venda do filme, como é comum hoje em dia, se dá por meio de edições, de DVD, *Blu-ray* ou outras formas de mídia de vídeo, cada um com uma especificidade, com uma característica única.

Para falar de gênero, como já dito, escolhemos trabalhar com a objetividade dessas edições, e não propriamente com o filme, que faz parte do *corpus* de pesquisa de mestrado. Tomamos uma edição de 2002, no Brasil divulgada como *Edição Especial de DVD duplo* e, nos EUA, pertencente à linha das *Platinum editions* dos filmes dos estúdios de animação da Walt Disney, e outra edição de 2015, em *Blu-ray*, da linha das *Edições diamante*⁷.

A edição em DVD possui dois discos. Um, chamado de disco 1, com o filme apenas, e o disco 2, com jogos para DVD e informações especiais, incluindo um documentário sobre os bastidores do filme. A edição em *Blu-ray* possui apenas um disco com o filme e informações especiais, incluindo filmagens dos bastidores e

⁷ Cf. *List of Walt Disney and Buena Vista video releases*. Wikipedia. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_Walt_Disney_and_Buena_Vista_video_releases Acesso em: 25/11/2015.

depoimentos do elenco e equipe do filme. As fotografias das capas, dos discos e dos menus seguem-se abaixo, com os apontamentos mais importantes sobre sua constituição apontados nas legendas.

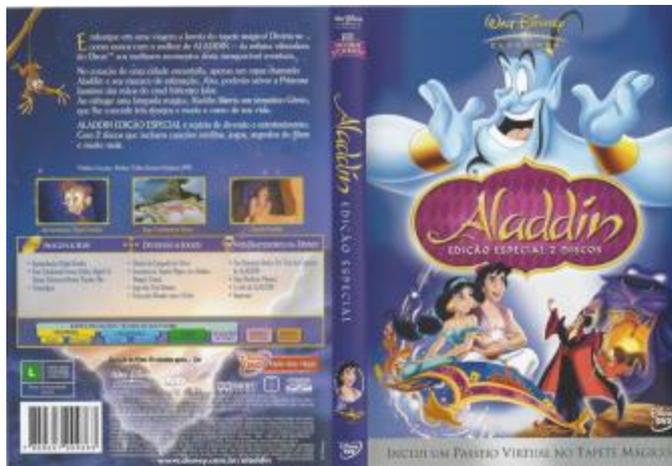


Figura 1: A capa da edição em DVD. Note-se a fuga do tapete da caverna, o brilho centralizado e, na parte traseira, o espaço acima das nuvens.



Figura 2: Os discos da edição em DVD. Note-se o espaço acima das nuvens, o brilho concentrado na lâmpada e a própria figura da lâmpada.



Figura 3: O menu do disco 1 da edição em DVD. Note-se a figura da lâmpada e a figura da caverna, ambas figuras continentais.



Figura 4: O menu do disco 2 da edição em DVD. Novamente, as lâmpadas, dessa vez elas próprias aprisionadas.

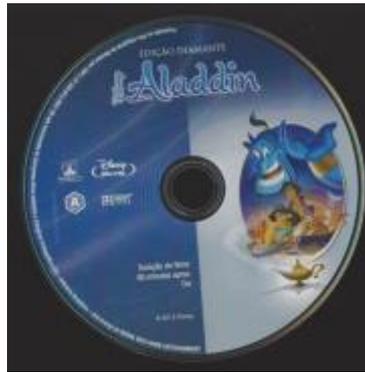


Figura 5: O disco da edição em Blu-ray, que duplica a capa da edição.



Figura 6: A capa da edição em Blu-ray. Note-se a lâmpada, o brilho e a fuga de um espaço oval continente.



Figura 7: O menu da edição Blu-ray. Note-se o ator emoldurado pelas pedras, distante do horizonte do palácio.

No tocante às configurações discursivas, notamos a forte recorrência de algumas oposições temáticas, como /proximidade/x/distanciamento/, /contenção/x/liberdade/, que relacionam-se a um programa narrativo, que está implicado pela imagem, $(S \cap O_{\text{continente}}) \rightarrow (S \cup O_{\text{continente}})$, pois os actantes pressupostos pelos atores representados estão escapando de lugares apertados para lugares abertos; trata-se da metáfora da lâmpada, do aprisionado para o livre, que ora figurativiza-se no horizonte, ora figurativiza-se no acima-das-nuvens, etc.

Há ainda uma variação na categoria luminosa. Áreas mais claras relacionam-se ao estado eufórico de disjunção com o objeto-continente, e áreas mais escurecidas, ao estado disfórico de conjunção com esse objeto.

Essas configurações discursivas fundam um estilo no enunciado, que se manterá na totalidade de enunciados para ser, de fato, estilo. A totalidade de *Aladdin* serão os enunciados afins, que levem a assinatura do filme. No nosso caso, cada edição do filme é uma Unidade integral, e seu conjunto é uma Totalidade integral, que abrange outros produtos, como vestuário, brinquedos, atrações nos parques Disney, etc., sempre com referência ao filme-enunciado *Aladdin*, núcleo dessas configurações.

Quanto ao gênero, nota-se a seguinte estrutura dos enunciados levados em conta em conjunto, tanto capa, quanto disco e menus:

- **Edição Especial DVD duplo:** tipo textual de recursividade (aberto e fechado); modalidade enunciativa de persuasão; valores participativos (extensão ampla e intensidade forte), com discursos nômades presentes no menu, que tem uma modalidade enunciativa de habilitação, e nos trailers e no encarte, que têm uma modalidade enunciativa de incitação.
- **Edição diamante Blu-ray:** tipo textual de desdobramento (longo e fechado); modalidade enunciativa de persuasão; valores participativos (extensão ampla e intensidade forte), com discursos nômades presentes no menu, que tem uma modalidade enunciativa de habilitação, e nos trailers e no encarte, que têm uma modalidade enunciativa de incitação.

A única diferença entre a edição DVD e *Blu-ray* é o tipo textual, que no primeiro é recursivo, por se tratarem de dois discos, ou seja, a leitura pode ler as partes da edição integral separadamente. A modalidade enunciativa é a persuasiva, pois os elementos analisados pretendem reforçar o contrato fiduciário do filme, fazer aderir aos valores enunciados. Os valores, por sua vez, são participativos, pois têm uma extensão ampla devido a sua popularidade, e uma intensidade de adesão forte, já que o enunciatário ideal do filme deve assumir tais valores como verdadeiros de forma enfática.

Quando integramos as características dos objetos-suportes e da prática envolvida, conseguimos chegar a um gênero que chamamos de *home video*, a prática de consumo doméstico do filme, divergente, por exemplo, da exibição em salas de cinema ou o consumo *online* de vídeo (ver tabela 3).

Nível de organização da expressão	Características textuais e discursivas
-----------------------------------	--

Texto-enunciado	<i>Home video de Aladdin</i> ↑	Recursividade/Desdobramento textual, discurso persuasivo, valores participativos, grande número de gêneros nômades; ↓
Objeto-suporte	Dois discos, encarte de DVD/ Um disco, encarte de <i>Blu-ray</i>	Dois discos/um disco, mapa de extras e configurações, lista de capítulos, menu interativo (ênfase nos extras);
Cena prática	↑ A prática de assistir a um filme de ficção ou de documentário em casa; a prática de jogar jogos digitais.	↓ O entretenimento: assistir a um filme longo e documentários longos em um aparelho de DVD/ <i>Blu-ray</i> ; jogar os jogos; ler os impressos.

Tabela 3: As propriedades textuais, objetais e práticas do gênero de *home video*.

O *home video* é pertinente como gênero porque a integralidade de todas as propriedades materiais e sensíveis aponta para o corpo do arqui-enunciário, o público geral da Walt Disney, que tem a disposição sensível para assistir a filmes de ficção e de documentário longos, a recorrer de um disco ao outro, de guardar o encarte, de ter a sensibilidade de reconhecimento das diferenças de luminosidade, etc.

O gênero pode dar o acabamento necessário para a compreensão da dimensão do corpo semiótico do sujeito da arqui-enunciação. As características que circulam na prática e no objeto estão previstas no texto, no menu e nas instruções, nas dimensões materiais, etc. A essas isotopias do percurso gerativo da expressão e do conteúdo discursivo, chamamos configurações discursivas.

Elas também estão presentes no estilo, que passa a implicar um corpo imaginário habilitado à prática de *home video*. Essa integralização, por outro lado, tem um estágio mais além, de uma abstração mais estendida das configurações discursivas até que se chegue a uma forma virtual de sentido, a que corresponde o termo estereótipo apontado por Maingueneau no começo deste trabalho, o estereótipo identificado no “conjunto difuso de representações sociais”.

3 Gênero, estilo e estereótipo

Retomando a Unidade partitiva, chamada de fato de estilo, notamos como ela é referida como produto de abstração da presença de um *ethos* em conteúdo memorizável socialmente:

A partir do todo potencializado, a unidade virtual projeta-se, em princípio, como “parte reconhecível” e “constituente do conjunto” [...]. Conforme um “conteúdo da memória” firmado como abstração feita da integralidade ou como abstração feita da carne discursiva, compatível com a atualização e com a realização da quase-presença, dá-se a ver a unidade virtual. [...] O fato de estilo expressa, como enunciado formal, o que é recorrente nas moralizações relativas ao perfil social do ator. (DISCINI, 2015, p. 59-60)

Podemos reformular o quadrado das unidades e totalidades proposto por Discini (2015, p.57), inserindo a acepção de estereótipo de Maingueneau no lugar no fato de estilo, pois trata-se de uma representação difusa proveniente da abstração da Unidade integral, o filme (ver gráfico 2).

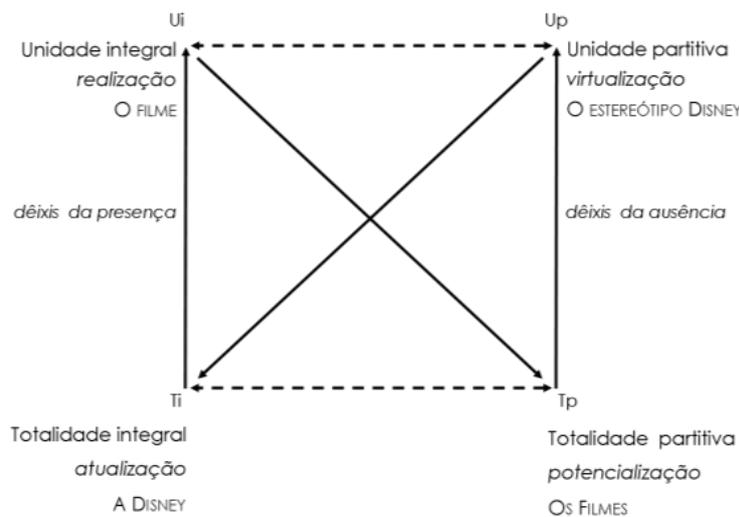


Gráfico 2: Percurso do estilo formulado a partir de Discini (2015, p.57)

Observe-se a negação da Unidade integral (Ui), de máxima densidade da presença corpórea do *ethos*, em Totalidade partitiva (Tp), em que as semelhanças entre os enunciados são potencializadas, resultando em um conjunto de filmes distintos. De Tp afirma-se a Unidade partitiva (Up), o fato de estilo de Discini que associamos ao estereótipo de Maingueneau, pois trata-se de uma forma difusa de fácil circulação no meio social, sempre virtual. O estereótipo é atualizado em Totalidade integral (Ti), em que os enunciados se unificam segundo seu estilo, ganham um

arquienunciador preciso, ganham *ethos* denso e, em nosso caso, é o momento em que ganham a assinatura Disney pelos estúdios de animação. Por fim, a totalidade se realiza novamente em *Ui*, o filme propriamente dito, a origem e o fim de um percurso de abstração/generalização e densificação/especificação.

Entendemos a acepção de gênero de Fontanille como um ápice de materialidade, uma vez que nos faz refletir sobre o suporte material, sobre as interações práticas e sobre a expressão textual, o gênero apenas pode existir no nível da Unidade Integral, pois em *Ui* ele é realizado e os corpos do enunciador e do enunciatário têm máxima densidade de presença, a carne é semiotizada pelo discurso e passa a significar dentre as estratégias gerais da enunciação. O gênero, unidade realizada, é potencializado e, após, virtualizado em estereótipo, que sintetizará, em uma espécie de “conteúdo da memória”, não apenas os elementos de ordem do conteúdo e da expressão que vimos, mas também os elementos de ordem prática e objetal.

Isto quer dizer que a prática, definidora do gênero, finaliza o sentido do filme pretendido pelo arquienunciador, pois o uso estava prescrito no próprio texto, seu consumo está na representação social desse consumo, no arquienunciador da totalidade desse discurso e no próprio enunciado real. Em outras palavras, a integralidade (entre os níveis da expressão e os estágios do estilo) do filme — mantendo em mente o termo integral como utilizado por Discini — está no uso do texto.

Articular as noções de gênero, de estereótipo e de estilo (ver gráfico 3) é um meio de levar a análise semiótica para o campo cultural com precisão. É ainda articular a análise semiótica, de base textual, a uma análise do discurso, de preocupação sociocultural e política, de forma sistematizada e gerativa, o que gera o máximo grau de coesão para a semiótica-objeto que o analista pretende estudar.

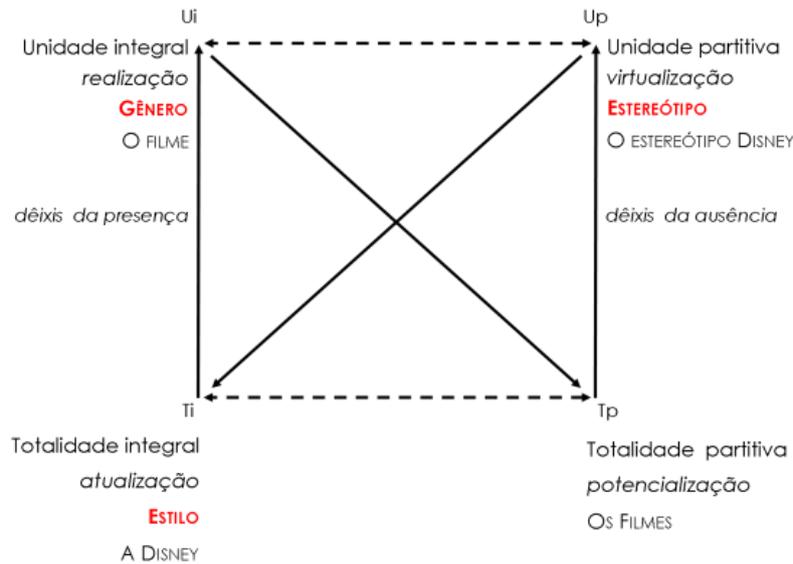


Gráfico 3: O percurso do estereótipo ao gênero, a partir de Discini (2015, p.57).

4 Considerações finais

O discurso é um objeto fluído e multifacetado que a semiótica discursiva tem tratado de modo sistemático e gerativo, a fim de entender seus mecanismos internos de produção de sentido. Pregou-se, por muito tempo, a necessidade do trabalho de análise na imanência textual. Recentemente, tem-se entendido que a imanência não pertence apenas ao texto, ao enunciado palpável e maleável, e sim a uma complexidade de elementos relacionados em uma estrutura integral.

Falamos, então, em semióticas-objeto, e não em textos simplesmente. No nosso caso, falamos em uma prática relacionada ao vídeo de consumo doméstico do filme *Aladdin* dos estúdios da Walt Disney. Note-se que integram essa semiótica-objeto a prática (assistir), o objeto (DVD, *Blu-ray*), o texto (o filme) e uma forma de ser (Walt Disney), a forma de vida, arqui-enunciador de estilo ou formação ideológica, a depender da abordagem.

Vê-se, assim, a necessidade de uma análise da expressão do discurso sistemática e gerativa, tal qual a nivelção do conteúdo já estabelecida em semiótica, e, sobretudo, que a integralidade desses níveis (texto-objeto-prática-forma de vida/estilo) seja levada em conta nas análises. O que fizemos neste trabalho foi propor um modelo de análise dessa natureza, que parta da materialidade e do gênero, das configurações discursivas greimasianas, e abstraia o discurso ao nível da totalidade, do estilo e do *ethos* de presença corpórea, e entre, por fim, ao campo cultural, do estereótipo e das “quase-presenças” nomeadas por Discini.

Referências

- ALADDIN**. Direção de Ron Clements e John Musker. Produção de Ron Clements et al. Burbank: Walt Disney Animation Studios, 1992. 1 DVD [Edição especial DVD duplo, 2002] (90 min.), son., color.
- ALADDIN**. Direção de Ron Clements e John Musker. Produção de Ron Clements et al. Burbank: Walt Disney Animation Studios, 1992. 1 disco Blu-ray [Edição diamante, 2015] (90 min.), son., color.
- DISCINI, N. **O estilo nos textos: história em quadrinhos, mídia e literatura**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- _____. **Corpo e estilo**. São Paulo: Contexto, 2015.
- FONTANILLE, J. **Sémiotique et littérature**. Essais de méthode. Paris: PUF, 1999.
- _____. Práticas semióticas: imanência e pertinência, eficiência e otimização. In: DINIZ, M. L. V. P.; PORTELA, J. C. (orgs.). **Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias**. Bauru: UNESP/FAAC, 2008. p.17-76.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. De FredaIndursky. 3ª ed. Campinas: Pontes; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- _____. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008. p.11-29.
- SCHWARTZMANN, M. N.; PORTELA, J. C. A noção de gênero em semiótica. In: PORTELA, J. C.; BEIVIDAS, W.; LOPES, I. C.; SCHWARTZMANN, M. N. (Orgs.). **Semiótica: Identidades e diálogos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 69-98.
- SILVA JÚNIOR, M. S. T. da. **O estilo Disney de cantar histórias**. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa), Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150753>>. Acesso em: 25 Nov 17.

Artigo recebido em: 26/07/2017

Artigo aprovado em: 20/11/2017

SOBRE DEFICIÊNCIA E ALGUMAS POSSIBILIDADES DE SENTIDOS

Andressa Marchesan*

Resumo:

Neste artigo, propomos um estudo sobre algumas possibilidades de sentidos do termo “deficiência”, a partir de diferentes materialidades discursivas, a saber: o Estatuto da Pessoa com Deficiência, dois dicionários, Novo Aurélio Século XXI e Dicionário Houaiss, e uma tira que aborda a deficiência. Seleccionamos essas materialidades a fim de observar como a deficiência está sendo significada em cada uma delas, bem como investigar se e como os sentidos estão inscritos no imaginário social ou se eles produzem sentidos outros. É a Análise de Discurso de linha francesa que dá sustentação teórico-metodológica para esse trabalho. Os resultados apresentados são ainda parciais e demonstram que “o sentido sempre pode ser outro” (ORLANDI, 1996, p. 64), está em aberto, o que remete a dois movimentos dos sentidos: nos dicionários, os sentidos estão inscritos no imaginário social, que tende à marginalização, enquanto que as demais materialidades produzem sentidos outros, que remetem à inclusão.

Palavras-chave: Análise de discurso; Sentidos; Deficiência; Dicionários; Estatuto.

Abstract:

In this article we propose a study concerning some possibilities of meaning for the word “disability” considering some discursive materials, for instance: the Statute of the Person with Disabilities, the New Aurélio Século XXI and the Houaiss Dictionary, and also a comic strip, which approaches the subject of disability. We select these materialities in order to observe how the deficiency is being signified in each of them, as well as to investigate if and how the senses are inscribed in the social imaginary or if they produce other senses. It is the Discourse Analysis of French line that gives theoretical and methodological support for this work. The results obtained are still partial and show that “the meaning can always be different” (ORLANDI, 1996, p. 64), is open, which refers to two meanings of the meaning studied: in the dictionaries, the meanings are inscribed in the imaginary social, which tends to marginalization, while the other materialities produce other meanings, which refer to inclusion.

Keywords: Discourse analysis; Sense; Disability; Dictionaries; Statute.

* Mestranda em estudos linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, na Universidade Federal de Santa Maria, RS. Contato: andressa.marchesan92@gmail.com.

Introdução

As palavras significam de forma diferente dependendo das condições de produção e das formações discursivas em que se inscrevem. Os sentidos não estão fechados, fazem efeitos diferentes em interlocutores diferentes (ORLANDI, 2015a).

Como o discurso se relaciona com outros discursos, ou seja, “os sentidos resultam de relações” (ORLANDI, 2015a, p. 37), o presente artigo tem como objetivo observar os sentidos que o termo “deficiência” pode ter, a partir de um discurso jurídico, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de dois dicionários: *Novo Aurélio Século XXI* e o *Dicionário Houaiss*, e de uma tira que aborda a deficiência, a fim de investigar se os sentidos estudados estão inscritos no imaginário social ou se eles produzem sentidos outros.

É a Análise de Discurso de linha francesa (AD), fundada por Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil a partir de Eni Orlandi que dá sustentação teórico-metodológica para esse trabalho, pois se preocupa com o “funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua” (ORLANDI, 2015a, p. 19).

O *corpus* constitui-se da Lei Federal nº 13.146, mais conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, criado em julho de 2015 e que entrou em vigor em janeiro de 2016, de dois dicionários: *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*, 3. ed. (1999) e *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009) e de uma tira que aborda a deficiência, disponível na internet. No decorrer da análise podem surgir outros termos que estão relacionados a ele.

O critério utilizado para constituir nosso *corpus* foi o seguinte: selecionamos o Estatuto da Pessoa com Deficiência, por sua relevância e legitimidade acerca do tema da deficiência; o dicionário Aurélio foi escolhido por ser conhecido e ter um grande destaque no meio linguístico e o dicionário Houaiss foi escolhido por ser mais recente.

Os dicionários são instrumentos linguísticos, que podem ser tomados como objetos discursivos, o que nos ensina Nunes (2006). Esse objeto tem unidade, isso produz efeitos de sentido entre os sujeitos. Segundo Orlandi (2002), um desses efeitos é a completude, este efeito foi o nosso critério para escolher os dicionários como *corpus*. E a tira que aborda a deficiência foi selecionada por apresentar a deficiência de uma forma singular, tendo como condições de produção o seguinte: foram três amigos com deficiência que decidiram criar as tiras “Super Normais” para

falar sobre a deficiência de forma diferente, sem estereótipos ou preconceitos, mostrando que são pessoas comuns. O desenhista Rafael Cardoso é quem cria as tiras a partir de histórias contadas pelos amigos.

Resumindo: selecionamos essas diferentes materialidades discursivas a fim de observar como a deficiência está sendo explicitada em cada uma delas, bem como investigar se os sentidos estudados estão inscritos no imaginário social ou se eles produzem sentidos outros.

O termo “deficiência” nos interessou por acreditarmos que ele compreenda um sentido relacionado ao corpo e ao sujeito assim designado e é exatamente esta relação que pretendemos desenvolver durante a elaboração da nossa dissertação intitulada provisoriamente como *O funcionamento da noção de sujeito-corpo no discurso do e sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência*. Há imagens historicamente produzidas e que são socialmente partilhadas do que seria uma pessoa com deficiência.

A metodologia adotada foi a seguinte: estudo teórico da Análise de Discurso, da Lexicografia Discursiva e da história da deficiência; investigação de como aparece o sentido do termo deficiência no Estatuto, nos dois dicionários e na tira selecionada.

1. Uma breve história da palavra deficiência

Conforme Mazzotta (1999), ao longo da história, percebemos que a questão da pessoa com deficiência passou da “marginalização” para o assistencialismo e deste para educação, reabilitação, integração social e, recentemente, para a inclusão social. Já Amaral (1995) ressalta que esse percurso não ocorreu de uma forma linear, pois essas posturas ainda convivem entre si e também direcionam políticas públicas.

Ao estudarmos a história da deficiência observamos que a “marginalização” existia e estava geralmente relacionada à ideia de que deficiências físicas/mentais e doenças eram causadas por maus espíritos, demônios ou um castigo por pecados cometidos.

Conforme Pacheco e Alves (2007), na Grécia Antiga havia a valorização do corpo belo e forte, o que favorecia a luta em guerras. Conforme Schewinsky (2004), aquele que não correspondesse a esse ideal, era marginalizado, ou até eliminado.

Segundo Aranha (1995), com o surgimento do Cristianismo, passou-se a ver o homem como um ser racional, criação de Deus, e os deficientes passam a ser acolhidos e cuidados. Atitudes de extermínio são reprovadas. Criam-se asilos e

hospitais com o intuito de abrigar, proteger, entretanto estes locais os excluía da convivência social.

Apesar de ter abrigos para pessoa com deficiência e/ou doentes, ainda era frequente a marginalização da pessoa com deficiência. Isso pode ser explicitado pelo fato de que a medicina e os hospitais não funcionavam conjuntamente na Idade Média. Conforme Aranha (1995), com o avanço da medicina houve o favorecimento de uma leitura organicista da deficiência, isto é, passa-se a vê-la como um problema médico e não mais como um problema teológico.

O autor ainda destaca que a partir da Revolução Industrial e do modo de produção capitalista que valorizava o potencial produtivo das pessoas, a pessoa com deficiência começou a ser vista como potencialmente capaz de executar tarefas em indústrias. É no século XX que houve a educação para pessoas com deficiência na política educacional brasileira, entretanto o mau uso das classes especiais passou a ser mais um movimento de segregação do que de inclusão.

Recentemente surgiu a inclusão social, um movimento duplo, em que indivíduo e sociedade mobilizam-se para mudanças. Conforme Bartalotti (2001), a inclusão social apoia-se no princípio de igualdade, não negando as diferenças existentes, na igualdade de direitos para que todos possam participar da sociedade.

Por muito tempo, a deficiência estava relacionada a castigos divinos, seres amaldiçoados, explicações sobrenaturais, que segregavam ou excluía a pessoa com deficiência da sociedade. Aos poucos, altera-se a associação da deficiência de algo divino, para um desvio biológico e, deste, para um aspecto social.

Como afirma Orlandi:

[...] não se nasce uma pessoa com deficiência [...] torna-se pessoa com deficiência, em um processo que envolve o indivíduo, seu assujeitamento, sua individuação pelo Estado, as imagens que o envolvem socialmente, e o modo como ele se identifica e é identificado, significado, etc. (2015b, p. 191, grifo da autora).

A forma como este sujeito se identifica ou é identificado como pessoa com deficiência resulta de um processo longo e complexo de identificação, na qual ele é significado pela ideologia que o interpela. Ao falar sobre deficiência, estamos tratando da questão da produção de sentidos sobre a palavra e seus funcionamentos em diferentes materialidades discursivas.

2. Sobre o dicionário

Inicialmente, é necessário lembrarmos que o dicionário se apresenta em um efeito de completude, a ilusão que contém todas as palavras da língua. “Esta ilusão remete o leitor a possibilidade de domínio do sujeito sobre ela e sobre os sentidos que pode/ deve produzir” (PETRI, 2009, p. 29). Esse efeito de completude deve-se ao fato de que a língua, que está no dicionário é “comum” a todos que pertencem àquela nação. A representação fiel do dicionário remete a uma língua imaginária, homogênea, completa, sem falhas, de todos.

O dicionário faz parte do imaginário da língua nacional, pertence ao que Orlandi (2009, p. 18) chama de “língua imaginária” como um sistema fechado, com normas, que tem unidade, esta língua difere da chamada “língua fluida”, que não tem regras fechadas, é a língua em funcionamento, que está acontecendo. O dicionário traz os sentidos da língua imaginária em detrimento da língua fluida, pois aquela apresenta os sentidos contidos na língua estável, completa, sem falhas, com unidade, conforme Orlandi (2009).

A Análise de Discurso (AD) não trabalha com a língua como um sistema fechado, mas como um sistema acontecendo em práticas sociais, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas (ORLANDI, 2015a). A língua é capaz de falhas, não há como atingir o real da língua de modo pleno, daí afirmarmos que o sentido pode ser outro. Tendo em vista que a questão central desse trabalho são os sentidos de deficiência, trabalharemos com a AD e com a Lexicografia Discursiva a fim de investigarmos se os sentidos de deficiência estão inscritos no imaginário social ou se produzem sentidos outros.

Orlandi destaca que a “Lexicografia Discursiva vê, nos dicionários, discursos” (2002, p. 103) e que ao tomarmos o dicionário como discurso, possivelmente encontraremos indícios do modo como os sujeitos histórico-sociais produzem linguagem. Ao ler o dicionário em uma perspectiva discursiva consideramos que “não há palavra, não há sentido, sem interpretação, sem ideologia” (ORLANDI, 2002, p. 107). Percebemos que há sentidos que surgem e se consolidam, mas simultaneamente eles podem sempre ser outros, estão sujeitos a equívocos, a deslizamentos de sentidos. Assim, no presente trabalho tomaremos os dicionários

como objetos discursivos que trabalham na manutenção e na atualização de sentidos da e na língua.

3. Sobre as formações imaginárias e o sentido

Para a AD, o sentido está no entremeio, não está fixado como essência das palavras, nem pode ser qualquer um, pois há a determinação histórica. O sentido está em aberto. As palavras não tem sentido nelas próprias, derivam os sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. Os sentidos são sempre determinados ideologicamente. Eles resultam de relações, pois um discurso tem relação com outro discurso, não há um início absoluto e nem um final para o discurso.

A não-transparência do sentido revela que o sentido tem sua materialidade, e se constitui em um processo que envolve a língua, a história e a ideologia conjuntamente. Os sentidos não se esgotam imediatamente, fazem efeitos diferentes para interlocutores diferentes. Como afirma Orlandi (2015a), sentidos não estão completos, constituídos definitivamente, eles funcionam sob o modo da relação, da falta, do movimento e do entremeio.

As formações imaginárias “designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1997, p. 82, grifo do autor), o que capacita o lugar social de cada um no discurso, ou seja, temos uma imagem da posição sujeito do locutor, da posição sujeito do interlocutor e a imagem do objeto do discurso. Por exemplo, ao nos dirigirmos a pessoa com deficiência, temos a imagem do que seja uma pessoa com deficiência e a imagem do que seja uma pessoa sem deficiência, do que se pode falar a uma pessoa com deficiência.

Embora o dicionário seja um reconhecido instrumento linguístico que pode produzir um efeito de completude, isso está sujeito a falhas, pois o que os sujeitos têm como imagem de um termo *x* pode estar ou não incluída na definição indicada pelo dicionário. Vimos acima que os sentidos estão em aberto. É com a análise que investigaremos como aparecem as formações imaginárias e as possibilidades de sentidos no interior das definições a serem analisadas.

Na AD a metodologia não segue um modelo já constituído previamente, ela é constituída ao longo do estudo, no processo de ir e vir do *corpus* a teoria e/ou vice-versa, tendo em vista a movimentação assumida pelo discurso. Esse é o movimento

do pêndulo, tal como desenvolvido por Petri (2013). A autora afirma que é no movimento de ir e vir que o pêndulo agita os processos de produção de sentidos sobre o *corpus*, movimentando a contemplação do analista e o movimento de análise. Será nesse movimento de ir e vir que seguiremos em nosso artigo, pois apresentaremos a teoria, em seguida traremos a análise do nosso corpus, sendo que esta retomará em seu processo a teoria.

4. O termo deficiência e algumas possibilidades de sentidos em diferentes materialidades discursivas

Iniciaremos nossas observações apresentando a definição de deficiência do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é a seguinte:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, art. 2).

O que observamos logo de início é que o Estatuto não traz a definição de *deficiência* no sentido geral do termo, mas ressalta os direitos da pessoa com deficiência perante a sociedade, ou seja, ao inserir uma definição mais restritiva, o Estatuto direciona-se para uma visão de inclusão social, na qual destaca a igualdade de direitos para todos.

Na definição proposta pelo Estatuto, os termos que mais chamam a atenção, são: o substantivo “impedimento”, o adjetivo “longo” e o substantivo “prazo”. O primeiro termo revela, conforme consulta ao *Novo Aurélio Século XXI*, um obstáculo ou o “estado de quem, por doença, licença ou por outra causa, se acha impedido de exercer as suas funções” (FERREIRA, 1999, p. 1081). O adjetivo “longo” e o substantivo “prazo” remetem a um extenso, demorado período de tempo, ou seja, um obstáculo que se tem a extenso período de tempo.

Ao definir pessoa com deficiência como “aquele que tem impedimento de longo prazo”, que relacionado a uma ou mais barreiras, pode obstruir a sua plena participação na sociedade em igualdade de condições com os demais, há uma minimização do caráter negativo vinculado historicamente à pessoa com deficiência, pois a deficiência aparece aqui relacionada a barreiras vindas da sociedade.

Aqui a deficiência está relacionada a barreiras, ou seja, ela não é delimitada isoladamente, o que revela o papel fundamental da sociedade, espera-se que esta

realize mudanças e remova barreiras que impeçam a participação efetiva da pessoa com deficiência e em igualdade de condições com os demais. Isso retoma o que já foi citado anteriormente durante a história do termo deficiência, a inclusão social, sua mais recente perspectiva.

Ainda cabe retomar o conceito de formações imaginárias para refletirmos sobre a imagem que envolve a pessoa com deficiência socialmente. No Estatuto, há uma perspectiva social da imagem da pessoa com deficiência, aponta-se a sua efetiva participação na sociedade em iguais condições com os demais. Também podemos pensar o sentido de deficiência que está presente no Estatuto. Como afirmamos acima, os sentidos estão em aberto, e aqui há um sentido mais voltado para a inclusão social, para a expectativa que temos sobre a sociedade, produzindo um sentido outro.

Agora apresentaremos a definição de deficiência presente no *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa* e no *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. A definição que o Novo Aurélio apresenta é a seguinte: “**Deficiência**. [Do lat. *deficientia*.] **S. f. 1.** Falta, falha, carência. **2.** Imperfeição, defeito. **3. Med.** Insuficiência (3). [...]” (FERREIRA, 1999, p. 614).

Nesta definição, percebe-se a relação de deficiência com o defeito, a imperfeição, ou seja, há uma expectativa socialmente construída sobre o que é perfeito ou imperfeito. Como a definição aponta para o sentido de imperfeição, cabe ressaltarmos o sentido de perfeição apresentado neste dicionário: “**perfeição**. [Do lat. *perfectione*.] **S. f. 1.** O conjunto de todas as qualidades; a ausência de quaisquer defeitos. [...] **4.** O mais alto grau de beleza que pode chegar alguém ou algo” (FERREIRA, 1999, p. 1543).

Ao relacionar a deficiência com a falta, a imperfeição e o defeito esta definição retoma uma perspectiva histórica de deficiência, relacionando esta ao corpo. Retoma a perspectiva da marginalização na qual se valorizava o corpo belo e forte. Conhecendo esta perspectiva histórica podemos destacar que a definição do dicionário *Novo Aurélio* de deficiência e de perfeição, retomam o trabalho ideológico, que é um trabalho da memória e do esquecimento, a impressão do sentido-lá, ao esquecermos quando foi dito deficiência é que o sentido de deficiência produz seus efeitos. Quando o dicionário Aurélio traz essa definição, com esse sentido está retomando algo que já foi dito em outro momento histórico, sem perceber que o está fazendo.

Agora, indicaremos a definição do dicionário *Houaiss*, que é a seguinte:

Deficiência S. f. 1. MED insuficiência ou ausência de funcionamento de um órgão [...] **3.** p.ext. perda de quantidade ou qualidade; falta, carência [...] **4.** p.ext. perda de valor; falha, fraqueza [...] ETM lat.tar. deficientia, ae 'falta, enfraquecimento'. SIN/VAR Ver sinonímia de *imperfeição*. [...] ver tb. sinonímia de *perfeição* (HOUAISS, 2009, p. 606).

Inicialmente o que percebemos nesta definição do *Houaiss* é que há vários sentidos para o mesmo termo, ou seja, apresenta uma definição abrangente, desde o sentido médico até o sentido de perda de valor. Apesar destes sentidos, não há uma definição no sentido de algum tipo de impedimento de longo prazo. A própria definição indica que se verifique os termos perfeição e imperfeição. Por isso, iremos trazer o termo perfeição a fim de complementar à definição acima:

Perfeição s. f. 1 o mais alto nível numa escala de valores. [...] **5.** pessoa ou coisa sem defeito [...] **7.** TEOL estado ou condição de quem está livre de pecados [...] ETIM lat. perfectio, onis [...] (HOUAISS, 2009, p. 1472).

Um dos sentidos de perfeição refere-se à pessoa ou coisa sem defeito, o que remete a perfeição, a algo ou alguém sem defeito e a imperfeição, a algo ou alguém com defeito, este sentido de defeito pode ser relacionado a um dos sentidos de deficiência acima, que aponta a falha. Assim como a definição apresentada pelo *Novo Aurélio Século XXI*, aqui também remete deficiência a uma perspectiva histórica relacionada ao corpo, a perspectiva de marginalização, na qual se cultuava o corpo belo e forte. Ao inserir o sentido de defeito, revela-se uma expectativa histórica, na qual o corpo ideal perante a sociedade seria aquele que não apresenta defeitos ou imperfeições.

Esta relação da deficiência a falha, ao defeito, a imperfeição apresentada pelo dicionário *Houaiss* remonta um sentido que já foi dito em outro momento histórico do termo deficiência, sem perceber que o está praticando. Como afirma Orlandi, os sentidos resultam de relações, pois um discurso tem relação com outro discurso, não há um início absoluto e nem um final para o discurso. Os dois dicionários revelam o sentido presente no imaginário social. Esse efeito de uma palavra puxar outra palavra trabalhado nas análises dos dicionários remete ao “movimento de sentidos do efeito palavra-puxa-palavra” desenvolvido por Petri e Scherer (2016).

Por último, observamos o termo deficiência na tira abaixo:



Disponível em: <https://www.deficiente.com.br/component/k2/item/1248-amigos-criam-tirinha-para-falar-sobre-deficiencia-fisica-e-ser-humano>

Inicialmente, observamos que há uma denominação da deficiência de forma implícita e relacionada às imagens. O substantivo feminino “visão”, o advérbio “além” e o substantivo masculino “alcance”. O primeiro termo relacionado ao segundo e ao terceiro revela ao leitor uma visão distinta do imaginário social, não é uma visão qualquer, mas uma visão que vai além do alcance, o termo visão adquire outro sentido além do seu sentido comum de enxergar, ver. O sentido de enxergar produz deslizamentos, remete a um sentido outro, ver está significando aqui sentir o mundo e assim vê-lo além do alcance que a visão “comum” abarca.

O outro termo relevante é o adjetivo “modificado” relacionado ao verbo “nasceu” junto à imagem de uma cadeira de rodas. Esses termos demonstram que a personagem da tira nasceu com uma alteração física em relação ao considerado socialmente como corpo “normal”, este sentido se explicita através da imagem da cadeira de rodas relacionada ao verbo “nasceu” e ao adjetivo “modificado”. Este adjetivo minimiza o sentido marginalizado produzido historicamente sobre deficiência. A tira ressalta que as personagens são normais e que a transformação deve acontecer ao redor, ou seja, na sociedade. Assim como no Estatuto, também se ressalta o papel fundamental da sociedade, pois se espera que esta realize mudanças, removendo barreiras.

Além da interpretação dos sentidos, outro fator importante são as condições de produção. Na tira, são três amigos com deficiência que decidiram criar as tiras “Super Normais” para falar sobre a deficiência de forma diferente, sem estereótipos ou preconceitos, mostrando que são pessoas comuns. O desenhista Rafael Cardoso é quem cria as tiras a partir de histórias contadas pelos amigos.

Após termos conhecimento sobre as condições de produção da tira, observamos que os sentidos produzem outro processo de significação, pois deficiência está significando algo para pessoas com deficiência que não vai significar

comumente para outra pessoa, em outras condições. As condições de produção aqui podem alterar o sentido de deficiência. Na tira, o sentido de deficiência remete para a imagem voltada a um aspecto social diferenciado, produzindo um sentido outro daquele presente no imaginário social de senso comum apresentado até então, que tende historicamente à exclusão e à marginalização.

5. Considerações finais

Os resultados obtidos são ainda parciais e demonstram que “o sentido sempre pode ser outro” (ORLANDI, 1996, p. 64), está em aberto, não está completo, nem constituído definitivamente. A partir dessa possibilidade de sempre ser outro, o sentido do termo deficiência apresentou duas acepções nas diferentes materialidades estudadas: nos dicionários, uma imagem voltada para o defeito, elencando sentidos mais voltados para as oposições entre perfeição e imperfeição, reiterando os sentidos inscritos no imaginário social, que é historicamente produzido, que tende à marginalização. Enquanto que a tira e a definição do Estatuto produzem sentidos outros, que remetem à inclusão, apresentam uma imagem voltada ao aspecto social, produzindo um sentido outro daquele presente no imaginário social de senso comum apresentado até então, que tende historicamente à exclusão e à marginalização.

Portanto, os sentidos apresentados nos dicionários reiteram os sentidos inscritos no imaginário social, que tendem a marginalização e a exclusão, enquanto que as demais materialidades produzem sentidos outros. Nosso próximo passo é empreender uma reflexão mais profunda que nos dê a conhecer as implicações destas possibilidades de efeitos de sentidos no discurso sobre a deficiência no Brasil do século XXI.

Referências

- AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência**: em companhia de Hércules. São Paulo: Robe Editorial, 1995.
- ARANHA, M. S. F. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. **Temas em Psicologia**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 63-70, 1995.

- BARTALOTTI, C. C. A Terapia Ocupacional e a atenção à pessoa com deficiência mental: refletindo sobre integração / inclusão social. **Revista Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 361-364, out./dez. 2001.
- BRASIL. Lei 13146, de 06 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- NUNES, José Horta. **Dicionários no Brasil**: análise e história – do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes; São Paulo: FAPESP; São José do Rio Preto: FAPESP, 2006.
- ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015a.
- _____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- _____. Lexicografia discursiva. In: **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002, p. 101-119.
- _____. **Língua brasileira e outras histórias**: Discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.
- _____. Linguagem e educação social: a relação sujeito, indivíduo e pessoa. **Rua**, v. 2, nº 21, p. 187-198, nov. 2015b.
- PACHECO, K. M. B.; ALVES, V. L. R. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. **Acta Fisiátrica**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 242- 248, dez. 2007.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia Mariani [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 61-161.
- PETRI, V. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de discurso. In: PETRI, V.; DIAS, C. (Orgs.). **Análise do Discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.
- _____. Reflexões acerca do funcionamento das noções de língua e de sujeito no *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*. In: **Línguas e**

instrumentos linguísticos. Campinas: Capes-Procad - Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2009, n. 23/24, p. 25-35.

PETRI, V.; SCHERER, A. O funcionamento do político na produção de sentidos: o dicionário como trajeto de leitura... In: GRIGOLETTO, E.; STOCKMANS DE NARDI, F. (Orgs.). **A Análise do Discurso e sua história:** Avanços e perspectivas. Campinas, SP: Pontes, 2016.

SCHEWINSKY, S. R. A barbárie do preconceito contra o deficiente: todos somos vítimas. **Acta Fisiátrica**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 7-11, abr. 2004.

Artigo recebido em: 31/07/2017

Artigo aprovado em: 26/10/2017

SENTIDOS EM TRÂNSITO: POSSÍVEIS FORMAS DE SOCIABILIDADE A PARTIR DO COMANDO “CURTIR”, NA REDE SOCIAL FACEBOOK

Diego Henrique Pereira*

Resumo:

A assim chamada evolução tecnológica e seus processos históricos têm produzido derivas nas formas de sociabilidade entre os sujeitos. Este trabalho busca analisar o funcionamento discursivo de redes sociais, de modo a compreender, a partir dos dispositivos teóricos e analíticos deste campo da ciência (Análise de Discurso), os sentidos de sociabilidade que se produzem na rede social Facebook. Tomou-se como recortes de análise materiais relativos à mesma rede mencionada anteriormente. A relevância da pesquisa reside na busca pela compreensão dos sentidos e mecanismos de sociabilidade, das diferentes e não estanques formas de “sociabilidade” na materialidade desta rede, por meio da compreensão da produção de sentidos no discurso. O sentido, ao poder sempre vir a ser outro, pela constituição, formulação e circulação, produz, por um lado, efeitos de controle e tentativa de contenção de deriva nos processos e formas de sociabilidade e, por outro, produzem dispersões, derivas, espaços de significação nos quais novos sentidos podem se produzir.

Palavras-chave: *Discurso; Facebook; Sociabilidade; Curtir.*

Résumé:

La soi-disant évolution technologique et ses processus historiques ont produit des dérives dans les formes de sociabilité entre les sujets. Ce travail vise à analyser le fonctionnement discursif des réseaux sociaux, afin de comprendre, à partir des dispositifs théoriques et analytiques de ce champ de la science (analyse du discours), les significations de la sociabilité qui sont produites dans le réseau social Facebook. Des matériaux ont été prises dans le réseau mentionné ci-dessus. La pertinence de la recherche réside dans la recherche de la compréhension des sens et des mécanismes de sociabilité, des formes différentes et non scellées de «sociabilité» dans la matérialité de ce réseau, à travers la compréhension de la production de significations dans le discours. Le sens, pour pouvoir toujours en devenir un autre, par constitution, formulation et circulation, produit d'une part des effets de contrôle et tente de contenir la dérive des processus et des formes de sociabilité et, d'autre part, produit des dispersions, dérives, espaces d'importance dans laquelle de nouvelles significations peuvent être produites.

* Mestre em Ciências da Linguagem e doutorando do Programa de Pós Graduação em Ciências da Linguagem, da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás). Contato: diego@professordiegopereira.com.br

Mot-clés: *Discours; Facebook; Sociabilité; J'aime.*

Iniciando o movimento de análise

O homem, mesmo vivendo em milhares de espaços distintos, compartilha um mesmo espaço virtual, através das redes sociais de relacionamento, produzindo um efeito de proximidade, muitas vezes não existente, mas que constitui sujeitos e busca configurar novas formatações e regimes de sociabilidade. Transitar entre os espaços virtuais sugeriria ao homem maior poder de interação, possibilitando a maior interpretação e significação de si e do outro.

Este artigo busca compreender discursivamente o funcionamento de alguns ícones/comandos presentes na rede social *Facebook*, bem como a produção de sentidos que funcionam a partir desses comandos. Busca ainda analisar discursivamente as relações balizadas pelas redes sociais, de forma particular no *Facebook*, e seu funcionamento na produção de sentidos.

Trilhar os caminhos propostos pela Análise de Discurso é levar em consideração o sujeito enquanto efeito do discurso, demonstrado por este campo teórico em sua não transparência. Todavia, ponderar a opacidade tanto da linguagem, quanto do sujeito, “coloca-nos” a analisar os movimentos dos sentidos. O jogo dos sentidos funciona no trânsito entre sujeitos, discursos e sentidos, pois não existe discurso sem sujeito, e nem sentido sem discurso; daí considerar a não transparência na linguagem é fundamental para a Análise de Discurso.

Serão tomados como *corpus*, recortes como ferramentas, recursos e disposições gráficas, ícones de direcionamentos e outros materiais relativos ao funcionamento do *software online* da referida rede. Assim, acerca das diferentes formas de interação e sociabilidade no *Facebook*, mostrar-se-ão as possíveis derivas produzidas pelo comando ‘Curtir’, e ícones do comando ‘Reagir’.

Diferentes Formas de Sociabilidade no *Facebook*

A circulação dos discursos nas redes sociais, inclusive aquelas que funcionam em ambientes virtuais, produzem sentidos (co)relacionados à objetividade dos processos, em que a brevidade se torna comum em uma relação trabalhosa; em que a massificação dos relacionamentos incide na ilusão da facilidade de que, através de

‘apenas um clique’, todas as complexidades estarão resolvidas – principalmente, aquelas que se movimentam ao redor das diferenças.

O *Facebook* surgiu a partir de uma experiência do jovem Mark Zuckerberg em Harvard, que na ocasião buscava desenvolver um *site (software)* que media a popularidade das pessoas, através de comparações entre perfis, buscando evidenciar diferentes posições-sujeito, refletindo sua particularidade (traços da personalidade), sendo reais ou imaginários (KIRKPATRICK, 2011).

Quando se fala de materialidade, além da produção de evidências dos sentidos, ela também representa, mas não somente, a parte material do discurso – o espaço em que circulam e se fazem presentes os processos discursivos. Falar sobre redes sociais é mais uma forma de buscar compreender o complexo funcionamento das relações interpessoais; pois neste espaço funcionam novas formatações, diferentes posições sujeitos e sentidos nas mais diferentes materialidades, principalmente quando tomamos como foco o discurso digital.

Na rede social virtual – *Facebook* –, percebe-se o movimento da identidade na relação sujeito e projeção individual que está baseada em diversos fatores para que esse movimento seja possível, por exemplo, o capitalismo, que produz sujeitos de consumo; o hedonismo que mostra a capacidade do sujeito buscar sem medidas o prazer como o bem supremo. Identidades são produzidas na ilusão de serem controladas a partir das formas em que são descritas/escritas, faladas ou representadas através das redes sociais. Logo, percebe-se que, no ambiente virtual, os usuários (aqueles que se inscrevem na posição de utilizar a rede) recorrem da escrita – linguagem escrita para ‘ser’ – logo, para pertencer (‘ser’) a grupos sociais é preciso se inscrever nos mesmos como participantes ou simpatizantes das mesmas ideias ou formações ideológicas. Percebe-se o jogo dos sentidos e o movimento dos sujeitos na relação indireta – entre linguagem, pensamento e mundo; no entanto, identidades transitam na rede na velocidade da tecnologia, na qual o sujeito se constitui a partir da ilusão do ‘poder ser’ o que quiser.

Atualmente, as redes sociais virtuais, de forma especial o *Facebook*, possibilitam-nos indiretamente a realizar estas escolhas baseadas em comparações e julgamentos. Na rede, temos a oportunidade de realizar estas escolhas de maneira sutil, funcionando inclusive, através do ‘Curtir’, ou até mesmo ‘deixar de curtir’ conteúdos e perfis.

Analisando este comando ‘Curtir’ discursivamente, uma nova maneira de percebê-lo é colocada em funcionamento, pois a superficialidade linguística

relaciona-se à textualidade de tal ícone, à discursividade que o mesmo produz. Portanto, analisar o comando ‘Curtir’, é transitar pelo jogo dos sentidos, observando os processos que os produzem, evidenciando as inúmeras possibilidades de produção de efeitos de sentido. Diversas possibilidades de sociabilidade são colocadas em funcionamento da rede social virtual *Facebook*. A rede, por sua vez, busca ‘controlar’ ou ao menos ‘abarcando o controle’ a partir de comandos cujo acionamento é disponibilizado de forma simples e eficaz. Porém, percebe-se que comportar-se de forma ‘indiferente’ (não estar na relação) às postagens de outros usuários da rede, pode produzir um efeito de ‘indiferença’ (mesmo que ilusório), violando a ‘impressão’ de dominância e controle daqueles que postam, pois no momento em que se deixa de curtir postagens de ‘amigos’, como são chamados os usuários do *Facebook* – uma relação de ‘não reciprocidade’ é produzida.

No advento das redes sociais virtuais, derivas são produzidas nos efeitos de sentido em relação aos comandos que o *Facebook* disponibiliza; pois considerando a linguagem um sistema aberto, muitas possibilidades se edificam na produção de evidências. A Figura 1 exibe um recorte que mostra o comando ‘Curtir’, que se encontra disposto abaixo de cada postagem, podendo ser acionado a qualquer momento, tornando assim possível o funcionamento de vários efeitos de sentido, assim mostrando o linguístico (verbal) tentando administrar os sentidos.

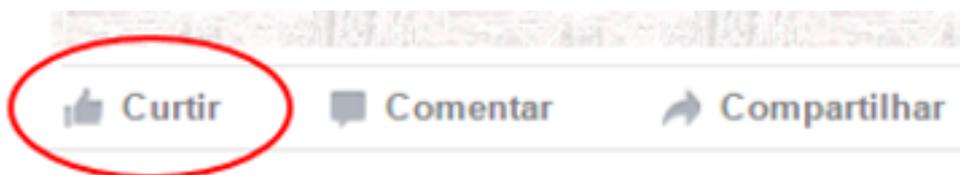


Figura 1 – Recorte 1: Ícone curtir na página do *Facebook* (2016)

Do lado inferior esquerdo de cada postagem – seja ela na forma de texto, imagem ou vídeo –, encontra-se o comando nomeado pelo próprio *Facebook* de ‘Curtir’, acompanhado com o ícone figurado por uma mão com o polegar levantado, indicando o sinal de positivo; um signo linguístico que retoma a memória do ‘joia’, do ‘positivo’. A partir de processos parafrásticos (o mesmo) e polissêmicos (o diferente), o discurso se produz à medida em que o interdiscurso afeta a formulação, ou seja, ao dizer algo, outros discursos afetam e funcionam naquilo que ‘enunciamos’. Dá-se aí, o que a Análise de Discurso propõe como constituição histórica dos sentidos.

Considerando a memória do dizer, o indicativo do sinal de positivo, ao ser representado simbolicamente pelo ‘joia’, pode-se recorrer a uma interpretação possível que se orienta em direção a ‘gostar’. Interpretação que pode se sobrepor a outros sentidos, que por sua vez continuam funcionando e produzindo sentidos. Analisando linguisticamente, a palavra ‘curtir’ funciona em uma relação sinonímica com a palavra ‘gostar’, que, traduzido da palavra inglesa *like*, deriva para diversas possibilidades de sentidos, filiando-se também a diferentes discursos.

A manifestação da opinião em relação a qualquer postagem na rede social virtual *Facebook* pode ser feita através do comando ‘Curtir’, este que não se cerca somente no sentido de ‘Gostar’, mas produz derivas em diferentes formações discursivas. No Brasil, o comando é nomeado como ‘Curtir’, diferentemente da maioria dos países do continente americano e europeu, mesmo com língua diferente da língua inglesa, que mantém o ícone com o nome *‘like’*. Verifica-se, então, que a modificação do nome do comando orienta as interpretações possíveis sobre ele no contexto brasileiro, fazendo com que os sentidos deste comando tomem novos rumos, novas possibilidades de sentidos que não se cercam na associação do gostar; mesmo funcionando aí esse pré-construído. A partir de um esquema parafrástico, percebe-se o movimento dos sentidos, desta forma mostrando mais uma vez que a relação mundo, pensamento e linguagem não é direta. Os processos simbólicos trazem à análise um olhar diferenciado, o olhar com que a Análise de Discurso constitui seus dispositivos teóricos e analíticos (ORLANDI, 2007).

Observam-se no esquema parafrástico da Figura 2, na sequência, elementos hedonistas presentes nas derivas propostas na série da esquerda, em que o ‘gostar’ inicia esse movimento no jogo dos sentidos, uma vez que a ideia de que para o ser viver a completude da vida é preciso usufruir a ‘felicidade’ constantemente. Percebe-se que a felicidade, muito mais que uma situação da vida, passa a ser elemento que protagoniza a identidade do sujeito, formando assim aspirações para que o mesmo se formule enquanto um ‘sujeito de conquistas’.

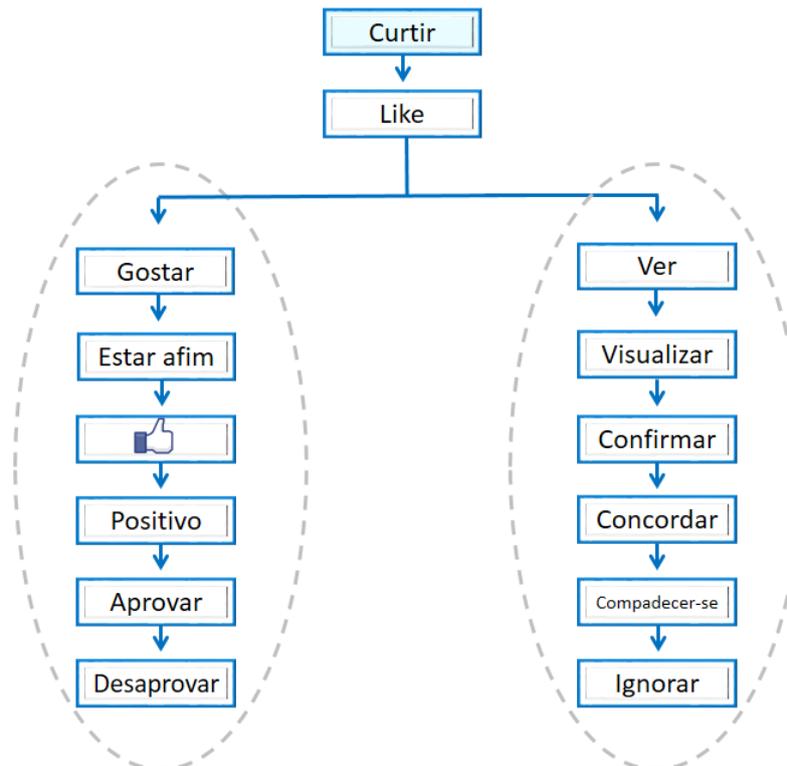


Figura 2 –Esquema de paráfrases do comando 'Curtir'

Baseado na busca de prazer, o sujeito vive a tensão entre a 'felicidade' vinda do prazer e a ausência de contrariedades que delimitam ou até mesmo impedem que as situações prazerosas venham à tona. Porém, quanto mais o sujeito tenta diminuir o 'sofrimento', colocado em contraponto com o prazer, mais frustrado o mesmo se torna, uma vez que a vida é feita também de situações não muito agradáveis, que o sofrimento é natural e dominante. Verifica-se que o sujeito nas redes sociais, projeta uma identidade ao mesmo tempo livre de sofrimentos (quando convém), mas na contramão do bem-estar proporcionado pelo prazer, onde a associação com a fruição, faz produzir sujeitos e sentidos hedonistas.

Segundo Costa (2011), o homem se produz como um ser ansioso frente aos sofrimentos naturais da vida; e em cada possível situação da falta de prazer, ele reage como produtor do mesmo a partir de alguma falha de conduta, e/ou cumprimento de obrigações. Tratar-se-ia do 'Discurso Hedonista' – que representa a busca constante do sujeito pela aprovação de outros sujeitos, como se houvesse necessidade de receber através de um gesto positivo de confirmação, e/ou aprovação do conteúdo ou até mesmo do usuário. Esse seria o imaginário mobilizado pelo comando 'Curtir'.

Contudo, além de derivar-se para o sítio do 'Hedonismo/Externalização da Subjetividade', produz efeitos de sentidos distintos daqueles analisados no esquema

de paráfrases acima, em que o ‘Like’ pode deslizar para o ‘Ver’. Além da visão fisiológica do homem – retratada como um dos cinco sentidos humanos –, essa análise busca compreender os possíveis sentidos do ‘ver’, mobilizado recentemente pelo esquema de paráfrase que produz os seguintes deslizes: ver; visualizar; confirmar; concordar; compadecer-se; ignorar.

Verifica-se nesse esquema parafrástico que diferentes sentidos podem ser produzidos a partir da externalidade do discurso – interdiscurso; colocando em funcionamento uma série de processos discursivos e efeitos de sentido (ORLANDI, 2015a), dentro do ‘Discurso de Vigilância’. O esquema de paráfrases exposto mostra esse movimento do mesmo e do diferente, da paráfrase e da polissemia trabalhando na produção e circulação do dizer.

Considerando o movimento dos sentidos, é impossível afirmar a literalidade de um enunciado, que pode deslizar-se ou/e deslocar-se por diferentes direções no discurso; sendo assim, o enunciado ‘ver’ pode deslizar para o ‘visualizar’, que seguindo o jogo dos sentidos, deriva para outros prováveis. O interdiscurso, no processo de produção dos possíveis sentidos de ‘Curtir’, perpassa a memória do ‘gostar’, da ‘aprovação do outro’, a partir do que ele diz em tal rede através de suas postagens. No entanto, o usuário, sempre ‘livre’ para postar, também possui uma liberdade para ‘Curtir’, ou deixar de curtir postagens de outros usuários; sendo as duas ações produzidas por inúmeras possibilidades.

Compreende-se que o ‘Curtir’ apela para uma memória discursiva relacionada à aprovação, afinal, o usuário pode acionar o comando do ‘Curtir’, silenciando assim outras formas do gostar, a não ser pela aprovação, assim censurando outros sentidos (ORLANDI, 2015a).

O ícone ‘Curtir’ no *Facebook* propõe também a circulação do sentido ‘gostar de’, ou pelo menos, os usuários são inseridos em condições de produção que possibilitam seu acionamento. Logo, percebe-se que o modo como o *Facebook* se organiza, e a suas ferramentas etc., possibilita que tal pré-construído possa entrar em funcionamento, a fim de articular a ilusão da unicidade desse sentido (gostar), em que a aprovação é materializada através do acionamento do comando.

Dentre as várias direções que os sentidos de ‘Curtir’ podem tomar, que, neste campo teórico, tratar-se-á como noção de deriva, atentar-se-á a duas formações discursivas, que se movimentam na evidência e silenciamento de alguns sentidos, para que outros circulem e, assim, fazendo funcionar processos de significação. Logo ‘Curtir’, que é verbo transitivo direto, exige um complemento – objeto direto; porém

percebe-se que no comando o objeto não é explicitado; permitindo um espaço equívoco pela elipse do complemento.

Quando se aciona o botão ‘Curtir’, pode-se fazer circular o sentido de ‘aprovar’, concordar com o elemento postado, demonstrando afinidade não somente ao conteúdo postado (que podem ser muitos), mas também àquele que posta. A aprovação pode sofrer deslizamentos significativos, possivelmente sendo assinada tanto pelo ícone ‘Curtir’, quanto pelo ícone ‘Compartilhar’ – sentido de uma escala mais apurada do ‘aprovar’; ou seja, de tanto que se aprova, também compartilha. Desconsiderar as condições de produção dos discursos é o mesmo que dificultar a interpretação de outras direções para os sentidos, pois além de se tratar de uma importante parte do processo discursivo, esta mobilização ajuda na interpretação das formulações do dizer.

O assujeitamento ideológico é aquele em que o sujeito se inscreve em uma formação discursiva e, desta forma, se identifica a um sítio de sentidos e não outros, fazendo funcionar processos ideológicos por meio de práticas. Funcionando de forma a interpelar o indivíduo em sujeito, a ideologia produz evidência a partir da constituição dos sujeitos e dos sentidos. A forma de compreender o mundo e suas relações sociais coloca o sujeito frente a formações discursivas variadas, e são elas a serem abordadas neste trabalho, representando as diferentes classes sociais, representada pelos bens materiais instaurados por este regime econômico.

No espaço digital/virtual, a influência do Estado Capitalista torna-se perceptível através das postagens dos usuários da rede *Facebook*, na qual circula, além de grupos específicos baseados na situação socioeconômica, um bombardeio de publicidade que tem tomado o espaço de interação entre as pessoas, evidenciando aspectos financeiros como divisor de grupos de referência, ou seja, só pertence quando tenho. A partir da aprovação, engendrada pelo comando ‘Curtir’, uma espécie de aprovação circula entre os sítios de formações discursivas relacionadas à afinidade, ou melhor, ao curtir a postagem de um usuário, os sentidos podem ser diversos, mas também podem funcionar como ‘ponte’ para a pertença a um grupo de referência. Pertencer a uma formação discursiva, em suma, é filiar-se a redes de sentidos, assim, integrando o discurso a sua exterioridade (interdiscurso) que funciona na relação dos já ditos; ou seja, a estratificação de sentidos engendrados por uma memória, aqui chamada de memória discursiva (ORLANDI, 2007).

A opacidade de “curtir” produz uma série de equívocos, fazendo com que o sentido deslize entre ver, visualizar, confirmar, concordar, compadecer-se, ignorar

(sentidos que consideramos, neste trabalho, que se filiam ao ‘Discurso de Vigilância’). Portanto, ao acionar o ícone ‘curtir’, o sentido de mostrar que o conteúdo foi ‘visto’ também pode ser considerado um efeito de sentido. É possível observar que nem sempre, quando se curte alguma postagem no *Facebook*, o sentido comum de ‘gostar’ *‘like’* é colocado em circulação, pois, por conta das projeções sociais, o comando também pode ser acionado porque a postagem está ligada a alguém com quem busco estabelecer uma ‘relação’.

Segundo Nunes (2013), na especificidade da busca da relação entre o clique e o ‘gostar’ é determinante que haja um gesto que os coloque em funcionamento, ou seja, há uma injunção (do sujeito) a se clicar em determinada postagem. Sobre esta injunção ‘clicar-gostar’, compreendemos que este gesto se efetua no sentido de obrigatoriedade e pressão das circunstâncias – ou interesse específico.

Negroponete (2006) parte do princípio de que o gesto de ‘clicar’ e ‘curtir’ é estruturante da relação sujeito com a materialidade virtual, sendo que tal gesto inscreve simbolicamente o sujeito nesta relação. O autor é citado por Nunes (2013, p. 327), considerando que esse gesto é uma “propriedade que funda uma evidência: quando se está navegando, lendo em tela, falando com alguém no *Facebook* há injunção ao clicar!” A quantidade de curtidas de uma postagem no *Facebook* pode representar a popularidade tanto do conteúdo postado, quanto do usuário que posta.

Outro possível efeito de sentido do comando ‘Curtir’ é o de ‘importar-se’, ‘compadecer-se’, ou até mesmo o ‘ignorar’ – este último que circula no contraponto do sentido de compadecimento. Diferentes efeitos de sentidos podem ser produzidos a partir do comando ‘Curtir’, logo a possibilidade de uma postagem ser vista e não ser curtida faz funcionar possivelmente o efeito de ‘neutralidade’ – ou seja, fazendo com que o usuário seja indiferente à postagem de outro usuário, seja por qual for o motivo do não acionamento. O silêncio atravessa as palavras dando sentido às mesmas; portanto, não tratar-se-á o silêncio como ausência de palavras, ou como pausa da fala, mas como parte do processo de produção de sentidos (ORLANDI, 2015b). Verifica-se que a partir do silenciamento do enunciado ‘Curtir’, outros sentidos são colocados em funcionamento, mesmo não estando linguisticamente inscritos, mas funcionam como se estivessem materialmente presentes; aspecto retratado na próxima análise – a do ‘Não Curtir’. O esquema de paráfrases que segue na Figura 3 apresenta uma possível relação entre ‘Curtir’ e ‘Não curtir’.



Figura 3 – Esquema do batimento, curtir e não curtir

O ‘não curtir’ remete a uma memória de depreciação em relação à opinião alheia, principalmente em uma rede social com a dimensão do *Facebook*, na qual escolher o comando ‘não curtir’ em relação às postagens alheias faria funcionar a desaprovação de tal postagem ou de seu conteúdo.

No sítio dos sentidos que se relacionam com a ‘desaprovação’, a ‘afronta’ pode produzir sentidos de ‘repulsa’, ou até mesmo, ‘condenação’ da postagem, no esquema, na sequência. No mesmo, percebe-se o funcionamento da ‘intolerância’ das ‘diferenças’, sejam elas sociais, intelectuais, culturais ou, até mesmo, socioeconômicas; situações que são injungidas ao postar um conteúdo em que a ‘livre expressão’ é articulada. O incômodo daquele que vê pode ser uma forma de discordar, como pretexto para críticas ou até processos de segregação previstos pelo *Facebook* – por exemplo, por meio de outros comandos como ‘ocultar atualizações’ ou ‘não quero mais ver isso’, ‘bloquear’ ou ‘denunciar’ – como na Figura 4.

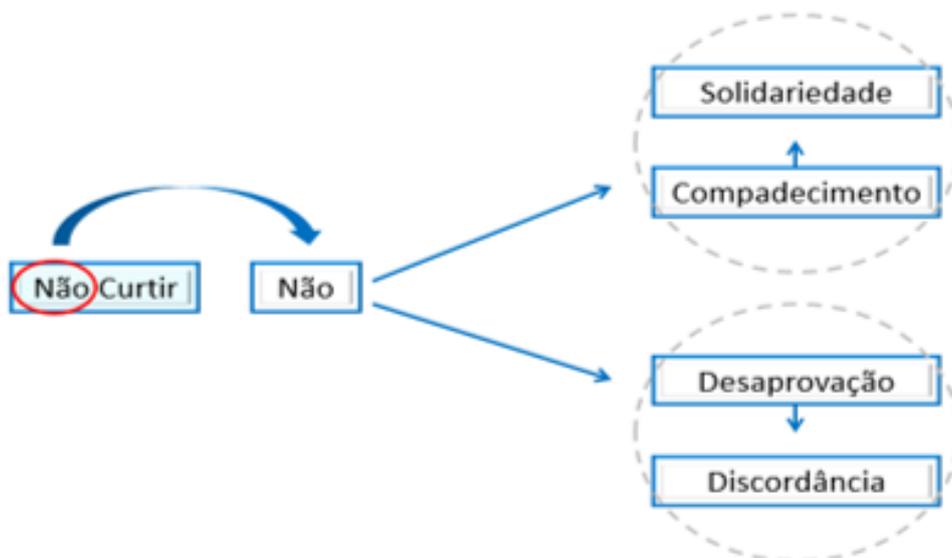


Figura 4 – Esquema de formações discursivas do ‘Não Curtir’

Segundo Orlandi (2015b), o silêncio não é transparente, mas é fundador, ao mesmo tempo em que trabalha as ambiguidades, tanto quanto as palavras. O estar em silêncio, não necessariamente, produz o sentido de abster-se do dizer; pelo contrário, silenciar-se pode dizer bem mais do que as palavras podem expressar.

Mesmo não havendo o comando icônico no *Facebook* do ‘não curtir’, isso não impede, muito menos apaga a memória da censura; pelo contrário, ela funciona na repressão da ‘livre expressão’, do dizer algo querendo dizer outro, pois este outro circula na memória do dizer.

Busca-se exemplificar o funcionamento da paráfrase ‘não curtir’, tomando como material de análise o recorte 2, que segue na Figura 5, em que um usuário do *Facebook* posta em seu perfil uma imagem com os dizeres em letras maiúsculas e garrafais ‘O Brasil vai mudar quando o povo entender que herói... É isso aqui e não isso aqui’.



Figura 5 – Recorte 2: Postagem do ‘usuário X’ – ‘Curtir versus Não Curtir’
Fonte: Página do *Facebook* (2016)

O ‘é isso aqui’ refere-se à imagem da esquerda na qual é possível observar um homem, possivelmente, escrevendo fórmulas em um quadro-negro. Já o ‘e não isso aqui’ refere-se à imagem da direita na qual é possível observar Neymar, famoso jogador da seleção brasileira com seu uniforme.

Ao realizar essa postagem, com diferentes materialidades significantes, o usuário assume uma posição em relação à situação do Brasil – de (des)valorização da

educação, uma vez que a imagem à esquerda mobiliza uma outra memória, a do professor convencional – lecionando a partir de anotações no quadro-negro. O contraponto entre o professor e o jogador de futebol é colocada na relação da posição-sujeito ‘herói’, pois o ponto de paridade e diferença entre os dois sujeitos está justamente ligado à maneira que a sociedade ‘povo’ representa cada um.

Os aspectos econômicos, ou financeiros dos diferentes cargos representados no recorte, é silenciado pelo *status* dos próprios cargos (relação de poder), pois na textualidade apresentada acima, não é mencionado, diretamente, o salário do professor e do jogador, mas, o mesmo está dito através do interdiscurso; ou seja, a memória do dizer. O discurso materializado pela palavra ‘herói’, mostra-nos o funcionamento de, ao menos, dois processos discursivos: o herói da luta, da batalha, do sofrível; e o herói que usufrui do *status* da vitória. Ressalta-se que ambos podem ganhar ou perder no seu trajeto.

Uma segunda interpretação possível do sentido de ‘curtir’ aqui está relacionada ao ‘compadecimento ou solidariedade’. O ‘não curtir’ materializado no ‘curtir’ também pode ter o sentido do ‘lamento’, do compadecimento às questões dos outros, pois quando se ‘curte’ a postagem do outro, não necessariamente o sentido de ‘gostar’ está em funcionamento, mas diferentes sentidos podem ser produzidos a partir desta formação discursiva mencionada há pouco (compadecimento).

Em suma, o discurso, bem como a língua é um sistema aberto, onde os sentidos não estão em seu interior já prontos, mas, sim, circulam na mesma intensidade da ideologia. Por isso, não se pode reduzir a produção de sentidos ao funcionamento da língua mais o contexto, mas a processos sócio-históricos que circulam nos discursos, inclusive compreendendo de uma forma constitutiva a produção de sentidos, não sendo reduzidos como uma correlação entre sujeitos e sentidos (ORLANDI, 2015a).

Considerando a linguagem dinâmica, e o discurso sempre em curso, é importante ressaltar que durante a escrita desta pesquisa onde as análises do ícone (‘icons’ que significa ‘ícones’) ‘Curtir’ já estavam sendo elaboradas, um novo ícone é colocado em funcionamento, ou ao menos disponibilizado pela rede social virtual *Facebook* para utilização, o ‘Reagir’. O comando que ‘coloca-nos’ frente a uma nova perspectiva discursiva em relação ao ‘curtir’, pois sendo uma nova formulação, o ícone é representado por várias imagens já utilizadas no meio digital – os ‘*emoticons*’, que do inglês ‘*emotions*’ significa emoção; palavra que mobilizará uma série de

paráfrases que mostram o movimento dos sentidos, o que de fato interessa aos analistas de discurso.

Podemos considerar que a utilização de figuras/ícones promove a ilusão de se estar no controle dos sentidos (ORLANDI, 2011). No entanto, a partir da Análise de Discurso, é possível perceber a não contenção dos sentidos, muito menos seu controle, já que a linguagem está em uma relação não-linear com o sujeito, pensamento e mundo.



Figura 6 – Recorte 3: ‘Emoticons’ que buscam representar o ‘reagir’
 Fonte: Página do Facebook (2016)

Este recorte mostra uma nova ferramenta do Facebook, colocada em circulação no ano de 2016, tempos depois dos usuários deste software terem a possibilidade de acionar o ícone ‘curtir’, assim podendo ‘retratar’ (mesmo que ilusoriamente) possíveis sensações.

Associado ao comando ‘curtir’, o comando ‘reagir’ (como é nomeado pelo próprio Facebook) funciona como uma espécie de ‘extensão’ do ‘curtir’, associando-se a outros ditos (inter) relacionados ao enunciado – interdiscurso. Quando se posiciona o mouse sobre o dispositivo ‘curtir’ em alguma publicação, aparece em fileira horizontal as imagens dos emoticons. Portanto, é importante salientar que não existe um ícone/comando próprio para o ‘reagir’ – ele encontra-se dentro do ‘curtir’, de forma a compartilhar de alguma maneira um sítio discursivo.

Ao descrever algo, o sujeito busca tomar o sentido como único, ou seja, através da descrição é engendrada uma espécie de ‘garantia’ de que aquilo que se diz é transparente em relação à “intenção” de quem disse. Porém, através do estudo em Análise de Discurso, chega-se à fundamentação teórica de que a linguagem é atravessada por diferentes elementos, assim a tornando não transparente e repleta de equívocos. Percebe-se, então, na utilização de ícones, imagens, figuras (os emoticons) uma tensão entre o verbal e o não-verbal, daquilo que diz como imagem e do que diz enquanto palavras. Por trabalharem com diferentes materialidades, os discursos

propõem a circulação de diversos sentidos a partir dos deslizamentos e deslocamentos.

O poder midiático faz uso de imagens, figuras, cores, buscando a significação, ou até uma (re) significação de elementos que circulam nos meios de comunicação, independentemente de sua materialidade. Segundo Orlandi (2011), os sentidos não são estanques e, na relação entre sujeito, interpretação e significação, há dominação e resistência de sentidos. Pensar em sentidos dominantes é trabalhar de uma outra forma a literalidade que, também como memória do dizer, produz incompletudes no jogo dos sentidos. Os fenômenos linguísticos colocam a própria linguagem na dinamicidade do simbólico, quebrando, assim, o paradigma da literalidade, do sentido estar colado nas palavras.

O primeiro ícone desta série de ícones, nomeados pela rede social virtual *Facebook* como ‘Reagir’ é composto pelo próprio ‘curtir’, simbolizado por uma mão com o polegar levantado, remetendo à memória de ‘positivo’. Logo em seguida, um coração branco dentro de um círculo rosa é acompanhado pelo enunciado ‘amei’.

De todos os ícones representados pelo ‘reagir’, o terceiro é materializado por um *emoticon* sorrindo, normalmente utilizado em aplicativos de mensagens *online* e bate-papos de redes sociais – este utiliza da onomatopeia ‘haha’ como nomeação. A expressão ‘uau’ acompanha o *emoticon* figurado pela relação com a surpresa, na qual um rosto ‘boquiaberto’ atenua uma expressão facial bem delineada. O próximo ícone exibe um *emoticon* com traços de ‘cabisbaixo’/‘abatido’, inclusive com uma lágrima saindo do seu olho direito – este vem acompanhado pelo enunciado ‘triste’. A última representação icônica dessa série de *emoticons*, é explicitada por um rosto ‘bravo’, com as sobrancelhas abaixadas, mostrando também o rosto avermelhado, como se estivesse ‘esquentado’ por uma ‘insatisfação’. Ao passar o cursor do *mouse* nesta figura, uma outra onomatopeia é apresentada: ‘grr’.

Uma vez que o processo discursivo conta com o funcionamento de elementos textuais e não textuais para a produção de sentidos, percebe-se então que a incompletude da linguagem deixa de ser velada no caso desse funcionamento específico na medida em que pela apresentação de diferentes materialidades significantes (imagens e palavras) deixa entrever a insuficiência de cada uma delas. É porque não basta a apresentação do *emoticon*, sujeito à múltiplas interpretações, que é necessário apresentar uma palavra associada a ele. Isso desfaz a completude de sentido.

Ao enunciar as palavras, associadas aos ícones de imagens, o *Facebook* silencia outras possíveis, que funcionariam como (co)relações entre reações e efeitos de sentidos. Desta forma, será analisado na sequência, os enunciados organizados no recorte 4, mostrado pela Figura 7 legendada, que acompanham os *emoticons*, bem como sua superficialidade linguística.



Legenda: ‘Curtir’ – Verbo regular em ação; ‘Amei’ – Verbo regular no indicativo/pretérito perfeito; ‘Haha’ – Figura de linguagem/onomatopeia; ‘Uau’ – Interjeição; ‘Triste’ – Adjetivo primitivo; ‘Grr’ – Figura de linguagem/onomatopeia em inglês; ‘Gratidão’ – Substantivo abstrato

Figura 7 – Recorte 4: Ícones, palavras e classes gramaticais
 Fonte: Página do *Facebook* (2016)

Observa-se ainda que, além dos seis ícones que buscavam representar de forma clara as possibilidades de reação, um novo ícone foi colocado em funcionamento no dia das mães de 2016, em tal rede social virtual, materializado por um desenho de flor na cor lilás, acompanhada pela palavra ‘gratidão’.

Após a data comemorativa do dia das mães, o ícone denominado de ‘gratidão’ desapareceu do rol de reações possíveis, evidenciando assim a ‘incompletude’ da linguagem no caso específico das reações do *Facebook*, pois se a mesma fosse transparente, não seria necessário criar um ícone temporário para representar a gratidão.

A utilização de diversas classes de palavras que, desfaz por um lado a homogeneidade da nomeação, faz funcionar um efeito de ‘exatidão’ do comando, às custas da variação de classes gramaticais. De certa maneira seria como se o usuário

suposto pela ferramenta, ao eleger um destes comandos, excluiu-se todas as outras possibilidades de ‘reação’, já que somente uma pode ser escolhida.

Ao possibilitar a escolha de diferentes classes gramaticais, porém a partir dos restritos enunciados e ícones, a ferramenta busca ‘amenizar’ a equivocidade do comando principal ‘curtir’ – ação que é ilusória de controle, quando se trata da dispersão da linguagem e dos discursos. Por não existir uma relação direta entre mundo, pensamento e linguagem, tampouco uma coincidência transparente entre ‘sentimento’ e ‘sentido’, verifica-se, então, que os sentidos sempre estão em fuga, jamais estão colados nos enunciados (ORLANDI, 2012).

Considerações Finais

Considerando as diferentes formas de sociabilidade e interação na referida rede social, observou-se que nem sempre o ‘Curtir’ de uma postagem coloca o ‘gostar’ em funcionamento, onde o mesmo pode produzir, inclusive, uma relação com o usuário que postou. Assim, os deslizos de sentido do ‘Curtir’ ao modo do ‘ver’ movimentam-se no discurso de ‘visualizar’, considerando as condições de produção da rede social, a partir das derivas do ‘Curtir’, e não necessariamente o sentido de gostar.

A circulação dos discursos nas redes sociais perpassa pela materialidade digital, pelo funcionamento dos sentidos, na ilusão de que com ‘um só clique’ a massificação dos relacionamentos, de suas diferenças e complexidades, se resolvam. Segundo Orlandi (2011), mesmo sabendo que os sentidos não são estanques, pensar em sentidos dominantes é trabalhar de uma outra forma a literalidade que, também como memória do dizer, produz incompletudes no jogo dos sentidos.

Conclui-se que a discursividade que funciona no ambiente virtual utiliza de materialidades significativas para produzir sentidos, verificando-se que a linguagem não é transparente, nem tampouco linear, sendo justamente nesta opacidade que o discurso se constrói. A produção de sentidos nas redes sociais sofre constantes deslizos, considerando a relação entre o interdiscurso e a formulação enunciativa do intradiscurso.

Referências

COSTA, Jurandir F. A Externalização da Subjetividade. **Encantos e Contos**, 2 abr. 2011. Disponível em: <<https://encantosemcontos.wordpress.com/2011/04/02/a-externalizacao-da-subjetividade/>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

KIRKPATRICK, David. **O efeito Facebook**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

NEGROPONTE, N. **A vida digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NUNES, Silvia R. O discurso infográfico e a produção de uma posição-sujeito leitor de informação infografada. **Revista Ecos**, v.15, n. 2, p. 323-348, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.

_____. Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso**. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, 2011.

_____. Eni Puccinelli. Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio. In: CARROZA, Guilherme; SANTOS, Miriam dos; SILVA, Telma Domingues da. (orgs.) **Sujeito, Sociedade, Sentidos**. Campinas: RG, 2012.

_____. Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015a.

_____. Eni Puccinelli. **Papel da Memória**. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015b.

Artigo recebido em: 09/10/2017

Artigo aprovado em: 15/11/2017

ENTRE A LACUNA JURÍDICA E O SILENCIAMENTO: A FAMÍLIA HOMOAFETIVA PARA O DIREITO BRASILEIRO

Adriana de Moraes Pereira Santos¹

Débora Raquel Hettwer Massmann²

Patricia C. Brasil³

Resumo:

Este estudo tem por objetivo analisar a linguagem jurídica e os processos de interpretação que se produzem a partir do texto jurídico-legislativo. A partir de uma posição teórico-analítica de entremeio que se sustenta, de um lado, nas ciências da linguagem e, de outro, nas ciências jurídicas, objetivo deste trabalho é analisar o funcionamento do discurso jurídica no que concerne aos laços familiares homoafetivos e compreender como a materialidade da lei, e as interpretações que daí derivam, fazem significar as uniões homoafetivas no âmbito do direito de família.

Palavras-chave: *Linguagem; Discurso; Direito; Família.*

Résumé:

Cette étude se propose à analyser le langage juridique et les processus d'interprétation qui sont produits à propos du texte juridique-législatif. Inscrit d'une part, dans les sciences du langage et, d'autre part, dans les sciences juridiques, l'objectif de ce travail est d'investiguer le fonctionnement du discours juridique dans les rapports familiaux homoaffectifs et de comprendre comment la matérialité de la loi, et les interprétations qui en découlent, signifient des rapports homoaffectifs dans le cadre du droit de la famille.

Mots-clés : *Langage ; Discours; Droit; Famille.*

Introdução

A presente reflexão se interessa pelos sentidos que são produzidos em torno de família, núcleo afetivo basilar na vida de qualquer cidadão e tem como escopo a linguagem jurídica e seus processos de interpretação. Inscrevemo-nos assim, numa

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL) da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS). Advogada e Pedagoga. Professora Universitária do Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação. Contato: adrianademoraes@fai-mg.br.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí PPGCL/UNIVAS (MG). Contato: debora.massmann@univas.edu.br.

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico (PPGDPE) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (Bolsista CAPES/PROSUC). Advogada. Professora Universitária na Faculdade de Direito da Devry/Metrocamp (SP). Contato: patricia.brasil@metrocamp.edu.br.

posição teórico-analítica de entremeio (MASSMANN e BRASIL, 2017, p. 49), a saber, aquela que, de um lado, apoia-se nas ciências da linguagem⁴ e, de outro, nas ciências jurídicas. Busca-se analisar o funcionamento da linguagem jurídica ante às “novas tendências” relacionadas aos laços familiares homoafetivos e compreender como a materialidade da lei, e as interpretações que daí derivam, fazem significar as uniões homoafetivas no âmbito do direito de família.

Em conformidade com nossa posição teórica que se estabelece entre os dois domínios disciplinares destacados acima, tomamos como ponto de partida para este estudo a noção de interpretação conforme os postulados da Análise de Discurso. A interpretação pode ter definições diversas uma vez que ela se coloca como um objeto de estudo para diferentes campos das ciências humanas. Daí a necessidade de dizermos que, neste trabalho, ela é tomada a partir de uma perspectiva discursiva. Ao dizer isso já nos distanciamos, por exemplo, da noção de hermenêutica jurídica, isto é, daquela disciplina que compõe a grade curricular dos cursos de Direito e trata das técnicas de compreensão e interpretação dos textos jurídicos (normas). Enquanto na hermenêutica a interpretação é concebida como uma técnica em que se atribui sentidos pré-estabelecidos às palavras em condições específicas, na perspectiva discursiva, compreende-se a linguagem como não transparente. Isso significa que “não há uma relação termo-a-termo entre linguagem/pensamento/mundo como se a relação entre as palavras e as coisas fosse uma relação natural e não linguístico-histórica” (ORLANDI, 2004, p. 64). A interpretação é tomada aqui então como um processo de produção de sentidos que é posto em funcionamento a partir da triangulação língua-sujeito-história.

1. Interpretação e ordenamento jurídico

De nosso ponto de vista, a interpretação não é técnica nem mesmo gesto de decodificação como se os sentidos já estivessem lá prontos para serem apreendidos. Como dissemos anteriormente, a interpretação é compreendida aqui como processo de significação suscetível de sofrer deslizes pelo efeito da história. Desse modo, não há como qualquer objeto simbólico produzir sentido sem que antes haja um gesto de interpretação do sujeito. Conforme destaca Orlandi (2004), “a interpretação está presente em toda e qualquer manifestação de linguagem”. Assim, à medida que

⁴ Mais especificamente, nos estudos desenvolvidos no domínio da Análise de Discurso, conforme proposto por Pêcheux (1969) e Orlandi (2002).

tomamos a noção de interpretação como um processo de significação (formulação e circulação de sentidos), passamos a compreender a linguagem jurídica para além dos efeitos de evidência. Em nosso olhar analítico-discursivo, a linguagem jurídica deve ser observada partir de uma perspectiva mais aberta em que os sentidos não são/estão evidentes, não se fecham. Para nós, os sentidos jogam com a ausência, com a incompletude, com os sentidos do não-sentido e com o equívoco (ORLANDI, 2004, p. 65).

Como gesto imprescindível para unir o sujeito à história e à produção de sentidos, a interpretação, conforme destaca Orlandi (2007), realizada pelo analista de discurso e pelo sujeito comum, movimenta-se de formas distintas: enquanto o gesto de interpretação do analista⁵ se apoia em um dispositivo teórico, o gesto interpretativo do sujeito de linguagem se sustenta em um dispositivo ideológico que produz efeitos de “evidência” pelo processo de identificação, pela sua inscrição em uma formação discursiva que proporciona às palavras sentidos compreendidos como transparentes. Ao analista, cabe trabalhar no entremeio, com as fronteiras das formações discursivas, com a opacidade da linguagem - a sua “não-evidência” - e assim, cabe a ele também preservar a vitalidade da relação do sujeito com a interpretação (ORLANDI, 2004).

Considerando que a interpretação é um processo contínuo e que todos os sujeitos de linguagem estão fadados interpretar - em alguns casos, inclusive, fazem isso sem saber que o fazem -, tomar a interpretação como um objeto de investigação implica, neste estudo, deslocar nosso ponto focal para além dos sujeitos de linguagem, isto é, faz-se necessário observamos o modo como as instituições regulam esses gestos. Para isso, toma-se aqui o ordenamento jurídico como uma instituição de regulação. Em outras palavras, cabe ao ordenamento jurídico apresentar de forma hierárquica o conjunto de normas (leis, jurisprudências, portarias, normativas, decretos, etc.) que, dentro do sistema jurídico brasileiro, estabelece os modos de interpretação e de aplicação de regras e princípios (dizendo sobre o que se interpreta, como se interpreta, quem interpreta e em que condições, onde se aplica, quem aplica, etc.). Busca-se através desta instituição normativa (e porque não dizer, coercitiva) regular e disciplinar as condutas do cidadão.

Tem-se assim que a legislação brasileira, parte integrante ordenamento jurídico, é compreendida aqui como discurso, isto é, “efeito de sentido entre os

⁵ Perspectiva na qual nos inserimos.

interlocutores” (PÊCHEUX, 1969, p. 98), ou ainda, como espaço singular de significação em que sujeito e sentido se constituem mutuamente.

2. Direito de família ou família de Direito?

Como os preceitos sociais, aplicados em cada época dão autoridade, estimulam e determinam os tipos de relações que devem ser aceitos por determinada sociedade, e também condenam tudo aquilo que escapa ao modelo convencional, observa-se, ainda hoje, imensos obstáculos quando se fala em novas configurações (arranjos) familiares. Esses obstáculos se tornam ainda mais visíveis quando a questão é a família homoafetiva. Para Massmann (2012), temos tido avanços significativos no que concerne à inovação legislativa de direitos homoafetivos, mas

Apesar do advento de novas formas de dizer e das tentativas de deslocamento de sentidos na terminologia empregada para designar as relações entre pessoas do mesmo sexo, nota-se que a sociedade ainda resiste. Ela ainda está impregnada de uma memória cuja gênese é o século XIX, época da origem do termo homossexual e de sua categorização que se fundou no que se pode chamar de “poder da Norma” (FOUCAULT, 1998). É através deste “poder da Norma” que as instituições de poder estabelecem o *normal* como coerção social. A força deste princípio regulador pode ser observada na sociedade atual que ainda não se desvencilhou desta memória histórico-ideológica que remete ao sentido de homossexual. (MASSMANN, 2012, p. 52)

Ou seja, todas as relações que “escapam” ao modelo tradicionalmente estabelecido como “norma” passam a ser vistas socialmente como não aceitáveis. No caso das relações homoafetivas, consideramos que o fato de elas existirem não está em questão e não é nenhuma novidade. A questão que se coloca atualmente é o fato de que as famílias homoafetivas têm reivindicados seus direitos, têm provocado o poder judiciário e a legislação a se manifestar em favor delas e a fazer valer seus direitos conforme previsto na Constituição Federal em seu Art. 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Ou seja, se a existência das famílias homoafetivas é incontroversa, o que é que está em questão? O que é que incomoda grande parte a sociedade brasileira? Para Dias (2014, p.37), o ponto central é a visibilidade das relações homoafetivas e as consequências disso. Nas palavras da Desembargadora, “As uniões homoafetivas não

são uma novidade, mas sua visibilidade sim, o que, na prática, as transmutam em fatos novos” (DIAS, 2014, p. 37).

Na história da humanidade, assistiu-se durante séculos a uma forte aproximação ideológica entre Igreja e Estado e assim, conjuntamente, essas instituições definiram aspectos da vida social, pessoal e política dos cidadãos. A coalisão Igreja e Estado também instituiu modelos familiares como se os afetos pudessem ser regulados (regulamentados? disciplinados?) por textos coercitivos de cunho jurídico-religioso. Um exemplo disso é a representação jurídica para a/da família brasileira que, por muito tempo, adotou como modelo a “Sagrada Família” e isso, de certa forma, foi materializado no Código Civil de 1916⁶ quando se institucionalizou um modelo familiar, a saber, a família como matrimonializada, patriarcal, heteroparental, biológica, compreendida como unidade de produção e reprodução e com caráter institucional. A exemplificação apresentada, a partir deste recorte no ordenamento jurídico, referente ao Código Civil de 1916, indica que a historicidade dos sentidos de família (e do Direito de família) é afetada e (re)significada pelas influências culturais, políticas e religiosas.

De fato, os sentidos de família e sua própria configuração estão em constante metamorfose, assim como os sujeitos, a sociedade e os sentidos. Essas transformações provocam novos paradigmas, novas formas de dizer, de significar, de interpretar a família e, sobretudo, de se legislar sobre seus direitos. No âmbito do ordenamento jurídico, de acordo com a Constituição Federal, cabe ao Direito de Família nortear, revisar, prescrever e julgar os dissensos e consensos dos relacionamentos familiares. Não se pode esquecer que o Direito de Família é constituído de um conjunto de normas que precisam ser interpretadas pelo legislador e pelas partes para ser investido em cada caso. Nesse sentido, o modo de fazer funcionar o discurso do direito de família põe em funcionamento o processo de produção de significação e o trabalho de interpretação de e sobre os textos normativos do direito de família.

É importante destacar que, nas ciências jurídicas, a interpretação, como já se destacou anteriormente, é compreendida como uma técnica, como gesto de decodificação imparcial⁷. Na prática, sabemos que o funcionamento é outro. Isso porque o sujeito não está imune (isento) à ideologia, à história e à memória (interdiscurso). Ao contrário, ele é interpelado por elas. Em outras palavras, podemos

⁶ Confirma < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm >. Acesso em 05 set. 2017.

⁷ Confira Mascaro (2015).

dizer que, na prática jurídica, os discursos são construídos para atender à premissa de que estão inscritos em universos (aparentemente) estáveis e, conseqüentemente, seus enunciados também o são (PÊCHEUX, 2008). Busca-se assim criar um efeito de imparcialidade e objetividade para a interpretação e “aplicação” da norma ao caso concreto. Já na prática de linguagem, em função da opacidade da língua, que produz deslizes de sentidos, um mesmo enunciado pode significar diferentemente. Tem-se assim que o processo de produção de sentidos (formulação e circulação) e o trabalho de interpretação nos levam a compreender que os sentidos não são exatos (ORLANDI, 2012, p. 4). Isso porque a interpretação “é aberta e a significação sempre incompleta em seus processos de apreensão” (ORLANDI, 2012, p. 4). Interpretar é, pois, questionar o funcionamento da linguagem na sua relação com a sociedade e considerar que a linguagem está sempre exposta ao equívoco:

Todo o enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis oferecendo lugar para a interpretação (PÊCHEUX, 2008, p. 53).

A partir das palavras do autor, compreendemos que, no funcionamento do discurso do direito de família, sobretudo, aquele relativo aos novos arranjos familiares, é preciso interrogar e analisar o elo existente entre a materialidade da norma jurídica, tomada aqui como universo logicamente estabilizado, e a exterioridade (sujeita ao equívoco) que nem sempre se fecha em um dizer, mas que se expande no silêncio. Este leque de incompletude, característico da linguagem, do simbólico, pode ser observado, por exemplo, na Constituição Federal de 1988, quando o legislador constitucional expõe em seu artigo 226 que:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

Neste artigo constitucional que trata de questões referentes à família, observa-se que o discurso jurídico, postando-se como “evidente”, como verdade, como universo estabilizado em que se pretende o controle da significação, mascara uma abertura no dizer que recorta aquilo que se diz e aquilo que não é dito: isto é, ao mesmo tempo que a Constituição Federal (1988) menciona “especial proteção à família”, ela não a define. Avançando na leitura deste artigo, verificamos ainda que, ao mesmo tempo que se fala de “casamento”, ele não é conceituado. Mais adiante, observa-se que a referência ao sexo do par só é discriminada quando se reconhece a “união estável entre o homem e a mulher” como entidade familiar, para que seja facilitada a sua “conversão” em casamento. Além disso, é importante destacar que, este mesmo artigo faz a inclusão do que passou a ser chamado de família *monoparental* – constituída por um dos pais e sua prole, sem finalidade reprodutiva (inovação em relação à legislação anterior).

É importante observar que dentre o rol das entidades familiares exemplificadas no texto constitucional neste artigo 226, não há nenhum dizer relativo às uniões homoafetivas. Chama a atenção o fato de que não se prescreve nenhuma proibição, mas também não se reconhece sua existência. Neste caso, não podemos esquecer que, conforme o legado do direito positivista, aquilo que não está na lei, teoricamente, é considerando fora do direito, ou seja, não existe juridicamente. Este não-dizer da/na lei sobre as uniões homoafetivas, ou melhor, este silenciamento, compreendido no âmbito das ciências jurídicas como uma lacuna⁸ no texto constitucional, provoca inquietudes e inúmeras possibilidades de compreender (ou não) como a família homoafetiva vai ser considerada na aplicabilidade da lei que deveria, em tese, protegê-la (cf. Art. 226, da Constituição Federal de 1998). É importante destacar que este silenciamento (apagamento?) em torno das uniões homoafetivas não decorre apenas da mera letra expressa da Constituição, mas também do modo como as uniões homoafetivas têm sido, historicamente, significadas por grande parte da sociedade: à medida que não se reconhece sua existência, não se admite sua visibilidade e, conseqüentemente, não há porque legislar sobre elas. Eis o silêncio institucionalizado, na memória do ordenamento jurídico, que se funda no próprio ato de silenciar.

⁸ De acordo com os teóricos do direito, a lacuna da lei é um vazio, uma brecha que existe no ordenamento legislativo, caracterizando-se assim, a inexistência de uma norma jurídica. Para Prado (1997, p. 162), a lacuna “caracteriza-se quando a lei é omissa ou falha em relação a determinado caso. Em uma palavra, há uma incompleição do sistema normativo”.

Analisando ainda o silenciamento constitucional em relação às uniões homoafetivas, observemos a seguir a posição de Maria Berenice Dias frente a essa lacuna jurídica;

O silêncio da Constituição sobre as uniões homoafetivas não permite afirmar que a base da sociedade é constituída apenas pela família heterossexual. Não há - e nem poderia haver - oposição expressa ao reconhecimento das relações não vincadas pela diversidade de gêneros dos parceiros. Nada ser dito sobre os pares do mesmo sexo não significa [...] exclusão destas entidades do âmbito jurídico – familiar, considerada principalmente a relação desta inserção como princípio da dignidade humana. (DIAS, 2014, p.113)

Ao se deparar com a lacuna na legislação, ou ainda, com o não-dito, o gesto de interpretação da desembargadora, que se inscreve na posição sujeito aplicadora da lei, abre assim possibilidade para a deriva, para a produção de outros/novos sentidos. O discurso de Dias sobre o artigo 226 da Constituição Federal aponta para um espaço simbólico marcado pela incompletude e pela sua relação com o silêncio. Dias (2014) nos orienta a observar possibilidades de interpretação, pois, como ensina Orlandi (2004, p. 18), “a interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é “materializada” pela história”. Ou seja, a interpretação se dá sempre de algum lugar da história, a partir de uma posição sujeito na/da sociedade e com uma direção de sentidos (o político).

A reflexão proposta por Dias, em seu gesto de interpretação em torno deste silenciamento das uniões homoafetivas na legislação brasileira, vai além do texto constitucional e encontra argumento favorável para essa mesma direção interpretativa nos dizeres do Código Civil⁹ em vigor:

O Código civil regulamenta fartamente sobre o casamento, dedicando-lhe 110 artigos. Nada diz sobre o sexo dos noivos. Entre os procedimentos para casar, não está prevista a diversidade de sexo do casal. Limita-se a afirmar que o casamento se realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o juiz, a vontade de estabelecer o vínculo conjugal¹⁰. Ou seja, fala da constituição da união e não de seus pressupostos. Reconhece a capacidade para o casamento, homem ao homem e à mulher com dezesseis anos¹¹ e afirma que, pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos

⁹ O Código Civil de 2002 apresenta a regulamentação acerca do casamento a partir do artigo 1511 e seguintes. Art. 1.511. O casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres **dos cônjuges**.

Art. 1.512. O casamento é civil e gratuita a sua celebração.

Art. 1.513. É defeso **a qualquer pessoa**, de direito público ou privado, interferir na comunhão de vida instituída pela família.

¹⁰ Art. 1.514. O casamento se realiza no momento em que **o homem e a mulher** manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados.

¹¹ Art. 1.517. **O homem e a mulher** com dezesseis anos podem casar, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil.

da família.¹² Estas são as únicas referências na lei civil ao sexo dos cônjuges, não havendo em nenhuma delas a previsão de que o casamento é exclusivamente entre um homem e uma mulher. (DIAS, 2014, p. 157)

A argumentação que sustenta o gesto de interpretação da desembargadora manifesta e destaca as falhas da lei infraconstitucional como sombra desolada daquilo que existe, ou melhor, sempre existiu, mas que não é, se quer, materializado na lei. Nesse sentido, a lacuna na/da legislação possibilita, aqui, não apenas retomar a memória discursiva, o interdiscurso, nos dizeres da norma e de alguns aplicadores da lei, como também pode produzir sentidos que põem em funcionamento preconceitos, intolerância e discurso de ódio. Essa mesma lacuna em torno das uniões homoafetivas pode também, por outro lado, remodelar e romper com os sentidos estabilizados (na sociedade e na legislação) e com os padrões que historicamente definem a instituição família.

3. Algumas considerações

A partir da reflexão proposta neste estudo, foi possível verificar que, mesmo sendo assegurada através do ordenamento jurídico, a “igualdade entre as pessoas” não acontece de fato. A discriminação e o preconceito se presentificam no devir memorável dos dizeres dos legisladores brasileiros, quando silenciam, na lei, os direitos das famílias homoafetivas, com o intuito de não dar visibilidade a esta forma de afeto e, sobretudo, a forma de constituição familiar. Ao analisar o funcionamento das lacunas jurídicas, presentes nas leis que regulamentam a união entre as pessoas (casamento e/ou união estável) na sociedade brasileira, deparamo-nos com o silenciamento. Este ato de silenciar pode ser compreendido como *não-querer-dizer* um fato que precede à materialidade da lei e que coloca como inexistente – já que se não está na lei é porque não existe – relações e afetos reais, propulsores de direitos e obrigações jurídicas.

Referências

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em:

¹² Art. 1.565. Pelo casamento, **homem e mulher** assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 set. 2017.

_____. **LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 09 set. 2017.

DIAS, M. B. **Homoafetividade e os Direitos LGBT**. 6. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

MASSMANN, D.; BRASIL, P. Mulher e vulnerabilidade no direito brasileiro: uma questão de sentidos. *In*: BERTOLIN, P. T. M.; ANDRADE, D. A. de; MACHADO, M. S. **Mulher, Sociedade e Vulnerabilidade**. Erechim: Deviant, 2017.

MASSMANN, D. A homoafetividade no discurso jurídico. **RUA** [online]. 2012, no. 18. Volume 1. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>. Acesso em 06 set. 2017.

ORLANDI, E. P. **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: Pontes, 2004

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes Editora, 6ª edição, 2011.

_____. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. *In*: DIAS, C. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital** [online]. Série e-urbano. Vol. 2, 2013. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/>. Acesso em 06 set. 2017.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **O discurso: Estrutura ou acontecimento**. 5.ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

_____. Análise automática do discurso. *In*: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014.

PRADO, L. Rs. Argumento Analógico em Matéria Penal. *In*: **Revista de Ciências Jurídicas** nº 01,1997.

SANTOS, A. de M. P. **Linguagem, psicanálise e direito: o declínio do nome-do-pai nas relações familiares**. Três Corações, MG: Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações, 2010.

Artigo recebido em: 11/09/2017

Artigo aprovado em: 20/11/2017

O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF (PT) E A CASSAÇÃO DE EDUARDO CUNHA (PMDB) EM COMENTÁRIOS NO FACEBOOK¹

Gabriel Reis Moraes Machiaveli²

Resumo:

O presente artigo tem o propósito de identificar e mapear os imaginários sociodiscursivos arregimentadas em comentários e réplicas de enunciados no site de rede social (SRS) Facebook, sob o pano de fundo de dois acontecimentos políticos: o impeachment de Dilma Rousseff (PT) e a cassação de Eduardo Cunha (PMDB). Utilizamos a Teoria Semiollingüística (TS) como método analítico destes imaginários sob a conceptualização de imaginários sociodiscursivos (CHARAUDEAU, 2007, 2015a, 2015b). Entendemos imaginários sociodiscursivos como dimensões tangíveis das representações sociais, divididas entre saberes de crença e conhecimento, movidas pelos sujeitos por meio das provas retóricas do pathos, ethos e logos. Para a interpretação dos ethé, utilizamos as contribuições de Maingueneau (2013; 2015). O ethos é uma noção discursiva que se dá no e pelo discurso. Constatamos, de início, que a arena ideológica proporcionada pelo Facebook ainda é tomada pelo discurso emocional da crença, não definindo caminhos para a solução de problemas, mas para a gestão do dissenso.

Palavras-chave: Imaginários sociodiscursivos; Ethos; Facebook; Redes Sociais.

Abstract:

The purpose of this article is to identify and map the social representations gathered in comments and replies of statements on the social networking site (SRS) Facebook, under the background of two political events: the impeachment of Dilma Rousseff (PT) and the Cassation of Eduardo Cunha (PMDB). We use Semiollingüistic Theory (TS) as an analytical method of these representations under the conceptualization of sociodiscursive imaginaries (CHARAUDEAU, 2007, 2015a, 2015b). We understand sociodiscursive imaginaries as tangible dimensions of social representations, divided between knowledge of belief and knowledge, moved by the subjects through rhetorical proofs of pathos, ethos and logos. For the interpretation of ethé we use the contributions of Maingueneau (2013; 2015). The ethos is a discursive notion that is given in and for discourse. We note, at the outset, that an ideological arena provided by Facebook is still taken by the emotional discourse of belief, not defining ways to solve problems, but to a management of dissent.

¹ Este artigo é a sequência de uma pesquisa iniciada no mestrado sobre os imaginários sociodiscursivos emergidos no site de rede social (SRS) Facebook, defendida em agosto de 2016.

² Mestre em Teoria Literária e Crítica da Cultura, pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ).

Keywords: *Sociodiscursive imaginaries; Ethos; Facebook; Social networks.*

Introdução

O presente trabalho pretende identificar e descrever os imaginários sociodiscursivos emergidos em comentários de usuários do site de rede social (SRS) *Facebook*, a partir de dois acontecimentos políticos e discursivos, movidos, sobretudo, pela classe política representativa; são eles: o impeachment de Dilma Rousseff (PT), ocorrido em 31 de agosto de 2016; e a cassação do ex-deputado e ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), ocorrida em 12 de setembro de 2016.

Os dois acontecimentos são pano de fundo de diversas discussões político-partidárias que ocorrem simultaneamente no cotidiano midiático e conversacional. Nosso objetivo é fazer saber quais são os conhecimentos e crenças de mundo arregimentados pelos usuários durante discussões sobre estes acontecimentos dentro do SRS *Facebook*. Para isso, coletamos manualmente um conjunto de comentários e réplicas sobre os dois fatos publicados na *fanpage* do jornal Folha de São Paulo. Foram coletados dois comentários (um sobre o impeachment e outro sobre a cassação), e dez réplicas de cada comentário. Como operação analítica, utilizaremos como suporte teórico-metodológico a Teoria Semiolinguística (TS), cunhada por Patrick Charaudeau (2007; 2008; 2015), e a sua conceptualização em torno dos imaginários sociodiscursivos. Os imaginários sociodiscursivos são apreensões de mundo acionadas pelos sujeitos a fim de alicerçar suas crenças e conhecimentos. Para que ocorra o entendimento mútuo entre os participantes do ato linguageiro, Charaudeau (2015b) ressalta a importância do discurso como transformação do real em significado e a transação entre este real significado como troca referencial entre os parceiros.

Os dois acontecimentos se desdobraram sobre diversas situações conflituosas, remanescentes desde o resultado das eleições presidenciais de 2014, em que Dilma Rousseff (PT) se reelegeu com cerca de 54 milhões de votos. De lá para cá, ocorreram manifestações que pediam seu impeachment, as quais ficaram mais evidentes, sobretudo, por grupos ligados *on-line*, como o Movimento Brasil Livre (MBL), Revoltados *On-line* e Vem pra Rua; e também por movimentos sociais em favor da manutenção do cargo majoritário escolhido nas urnas e em prol da Petrobrás, como o

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT), dentre outras centrais sindicais e movimentos sociais.

Neste percalço, o *Facebook* toou como uma arena ideológica, nos termos de Bakhtin (2006), em que diversas representações sociais foram disseminadas, transformando este espaço num palco de uma polarização política em que os usuários se confrontaram entre impedimento de Dilma e a cassação de Eduardo Cunha, tendo como base argumentativa o antipetismo, o discurso neoliberal (MIOLTELLO, 2001), a meritocracia, o socialismo, a igualdade, a equidade etc. Daí ressaltamos a necessidade em compreender este espaço recente de representação ideológica e pública, como legitimação de uma polarização direcionada, majoritariamente, tanto por agenciamentos da mídia convencional brasileira, como também por agenciamentos inversos, promovidos por uma desmediação³ de portais de notícias, como a participação política de atores dentro de sites de redes sociais.

1. Arcabouço teórico

Toda troca comunicacional necessita de visões de mundo para que a recepção ocorra de maneira completa. Se existem dois interlocutores que apresentam visões de mundo diferentes, existirão diversos ruídos referenciais que prejudicarão o destino da mensagem. Pensando dessa forma, todo ato de comunicar necessita de dois interlocutores capazes de decodificar a mensagem. A Teoria Semiolinguística (TS), cunhada por Charaudeau (2005; 2007; 2008; 2015a; 2015b), entende a percepção do mundo por meio do processo de transformação (o tornar-se significado a partir de um sujeito falante) e do processo de transação (o meu mundo sendo significado a um sujeito destinatário). Esta significação do mundo se dá por meio dos imaginários sociodiscursivos.

Segundo Charaudeau (2007), os imaginários sociodiscursivos são modos de apreensão do mundo que constituem dimensões tangíveis e observáveis do mecanismo das representações sociais, construídos a partir de significações dos objetos e dos fenômenos que são produzidos pelos seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em um real significante. São processos de simbolização do mundo feitos pela intersubjetividade, na ordem afetiva e racional,

³ Entende-se por desmediação o advento da internet, bem como os sites de redes sociais, que proporcionaram a possibilidade de outras vozes midiáticas neste espaço, gerando, no mínimo, um jogo duplo de olhares sob as posições da mídia convencional (TV Globo, FSP, Estado de São Paulo, etc.).

repousados em uma memória coletiva. Na ordem afetiva e racional, temos os tipos de saberes que os sujeitos falantes utilizam para arregimentar seus dizeres: o saber afetivo (*pathos*), o saber como imagem de si (*ethos*) e o saber como argumento racional (*logos*).

Esse sistema de pensamento, observa Charaudeau (2007, p. 55), se dá com base em uma Gênese dos Saberes (*Genese des savoirs*). Segundo o autor (2015, p. 199), os sistemas de pensamento são produtos de uma explicação global do mundo, isto é, lugar onde estão as representações de saberes de conhecimento e de crença que visam estabelecer um conjunto de teorias, doutrinas e ideologias capazes de fornecer uma explicação do mundo.

Os saberes de conhecimento, segundo Charaudeau (2007, p. 55), são envolvidos pela verdade, ou seja, pela experiência ou pela ciência. Por sua vez, os saberes de crença são carregados de uma descrição voltada no mundo, não permitindo ser verificável, isto é, não sendo possível conferir um saber em sua totalidade. O saber de conhecimento é dividido entre saber científico e saber de experiência. O saber científico é determinado pela sua provação a partir de um aparelho metodológico. É o conjunto de todas as teorias (físicas, químicas, sociológicas, dentre outras) que permitem ao sujeito falante emitir uma verdade sobre o mundo. Estas teorias são formas de assimilar o mundo que podem ser refutadas por outra evidência. Charaudeau (2015b, p. 199) explica que, “na medida em que é confrontado com proposições contrárias ou com resultados contraditórios, pode-se dizer que [o saber científico] é aberto, pois aceita o questionamento pela observação e pela crítica”.

As teorias, deste modo, são modos de apreensão do mundo representados por saberes institucionalizados pela ciência (como a gravidade; o sol ser uma estrela etc.) que podem ser refutados por outras proposições que comprovem a falha de determinada observação ou método.

Ao contrário do saber científico, o saber da experiência é o modo de experimentação socialmente partilhado e aprovado por um consenso, sem garantia de uma provação. O saber de experiência, assim sendo, é quando “qualquer indivíduo pode afirmar um saber de experiência que ele experimentou e pode-se supor que qualquer outro indivíduo na mesma situação vai experimentar a mesma coisa”⁴ (CHARAUDEAU, 2007, p. 56 – tradução nossa).

⁴ Original: “tout individu peut se prévaloir d’un savoir d’expérience dès qu’il l’a éprouvé et qu’il peut supposer que toute autre individu dans la même situation éprouvera la même chose”.

O saber da experiência é um saber universalmente partilhado. Quando estamos em um restaurante e um copo de vidro cai de nossa mesa, nós sabemos que provavelmente ele irá quebrar com o impacto no chão. Não é preciso nenhuma teoria para explicar que o copo, ao cair no chão, quebrará. Da mesma forma, as pessoas ao nosso redor, ao verem o copo caindo, também saberão que ele irá quebrar. O saber da experiência é um ponto de vista universal, em que por meio da empiria, outros indivíduos também podem partilhar do mesmo conhecimento.

Seguindo a *Gênese dos Saberes*, Charaudeau (2007, p. 56 – tradução nossa) define que os saberes de crença “não se relacionam com o conhecimento do mundo no sentido de que temos dado a ele, mas sobre as avaliações, apreciações, julgamentos sobre fenômenos, eventos e seres do mundo, seu pensamento e comportamento⁵”.

Sua estruturação se dá pela “revelação” – ambiente em que circulam as ideologias e doutrinas – e pela “opinião”, em que o sujeito busca validação pelo julgamento que realiza.

É preciso compreender o saber de revelação como um saber completamente fechado sobre uma “evidência” de saber e que seus discursos são suportados pela modalidade de evidência. São categorizados pela adesão e muitos discursos são operacionalizados a mascarar o saber de crença de revelação pelo saber de conhecimento. Esse mascaramento de uma doutrina ser transformada em teoria ou vice-versa (vemos a diferença entre o materialismo histórico e uma doutrina marxista⁶), se dá por meio de um jogo de estratégias discursivas propostas pelos doutrinadores.

O saber de crença também pode ser revestido através do julgamento de um fato do mundo. É o caso do saber de opinião:

A opinião resulta de um movimento de apropriação a partir de um objeto de conhecimento entre os saberes que circulam em grupos sociais. Este saber é, portanto, tanto pessoal e compartilhado, para que possa ser discutido. E mesmo quando aparece como uma enunciação generalizante, ou seja, como no caso dos provérbios, máximas e ditado, o sujeito sabe que esse conhecimento é

⁵ Original: “ne portent pas sur la connaissance du monde au sens que nous venons de lui donner mais sur des évaluations, des appréciations, des jugements à propôs des phénomènes, des événements et des êtres du monde, leur pensée et leur comportement”.

⁶ “Por exemplo, o marxismo pode ser considerado ora uma teoria, em função de sua tentativa de explicar sociopolítico-economicamente as sociedades ocidentais (o materialismo crítico), ora uma doutrina, na medida em que podia se referir a textos de um pai fundador (“uma religião da salvação”, afirma Morin, com seu profeta, Marx), ora uma ideologia, na medida em que respondia as aspirações humanas e afirmava princípios de vida (uma sociedade igualitária, sem classes)” (CHARAUDEAU, 2015b, p. 202).

questionável, a prova que todo provérbio responde a um contra-provérbio ⁷. (CHARAUDEAU, 2007, p. 58 – tradução nossa)

Esse movimento de apropriação do sujeito ocorre por meio de um engajamento entre os grupos sociais, seja por rejeição ou adesão. A opinião é exercida através da avaliação do outro e de uma instituição; é capaz de manter determinados imaginários (como o imaginário do *ser* político; seus valores e compromissos) e refutar outros. Ela está no campo da doxa e é exercida por uma aceitação de grupos.

O saber de opinião, de modo geral, é o modo de apreensão do mundo por meio de avaliação de um fato do mundo. Essa avaliação ocorre por meio de um conjunto de crenças de determinado grupo. Contudo, a opinião é estabelecida de diferentes formas; pode ser constituída de um saber universal, de um saber relativo, ou de um saber restrito, isto é, uma opinião comum, relativa e coletiva.

A opinião comum é constituída de uma crença universal. Ao contrário das doutrinas como saber de revelação, a opinião comum é fruto da doxa. O sujeito se apropria de ditados e provérbios para manifestar sua visão de mundo. Pode ser representada por meio do “Todo mundo sabe que...”, não colocando a posição do sujeito como questionador do outro. “Com a opinião comum, o sujeito falante não está a reivindicar uma posição particular pois ele apropria do julgamento da doxa”⁸ (CHARAUDEAU, 2007, p. 58 – tradução nossa). A opinião relativa, por outro lado, ocorre a partir da emanção de um sujeito individual ou de um grupo restrito, contra outro grupo ou outra opinião. “A opinião relativa é aquela que se exprime no espaço de discussão da democracia”⁹ (Idem, p. 59 – tradução nossa). Se assemelha ao conflito, por ser tomada sempre em favor ou contra determinado grupo. São variáveis e os sujeitos sabem que seu processo é circunstancial e crítico. Por fim, a opinião coletiva se manifesta a partir da referenciação de um grupo sobre outro. É o caso dos imaginários sobre o português representados em piadas, como se o português fosse o bobo e sempre o perdedor da piada. São saberes revestidos de avaliações sobre outros grupos. Charaudeau (2007) explica como o conjunto de crenças que os espanhóis têm dos franceses e vice-versa. De uma forma local, os brasileiros têm uma visão dos

⁷ Original: “L’opinion résulte d’un mouvement d’appropriation de la part d’un sujet d’un savoir parmi les savoirs circulant dans les groupes sociaux. Ce savoir est donc à la fois personnel et partagé, c’est pourquoi il peut être discuté. Et même, lorsqu’il apparaît sous une énonciation généralisante, comme dans le cas des proverbes, maximes et dictons, le sujet sait que ce savoir est discutable, à preuve qu’à tout proverbe répond un contre-proverbe”.

⁸ Original: Avec l’opinion commune, le sujet parlant n’a pas à revendiquer une position particulière car il s’est approprié le jugement de la doxa

⁹ Original: “L’opinion relative est celle qui s’exprime dans l’espace de discussion de la démocratie.”

argentinos e vice-versa. Isto é muito manifestado em jogos em que os dois países se enfrentam no futebol. São opiniões *essencializadas*.

A opinião coletiva é aquela que um grupo exprime a propósito de outro grupo. Ela consiste em colocar outro grupo em uma categoria definitiva e essencializante (...) trata-se de uma opinião com um forte valor identitário e que não se discute pois essencializa um grupo¹⁰ (CHARAUDEAU, 2007, p. 59 – tradução nossa).

Esse conjunto de saberes que descrevemos constitui a Gênese de Saberes proposta por Charaudeau (2007; 2015b). Apesar de não corresponder a uma análise globalizante ou verdadeira das supostas arregimentações dos sujeitos, compreendemos que cada sujeito ao tomar a palavra seu enunciado está carregado de conhecimentos e crenças de mundo compartilhados. Deste modo, enxergamos os imaginários sociodiscursivos como uma operacionalização capaz de mapear – por meio do discurso – não só os modos de apreensão de mundo dos sujeitos, mas as formas como os argumentos são formulados (*ethos; pathos; logos*) no fio do discurso.

O conceito de *ethos* que estudaremos neste trabalho condiz com o que Dominique Maingueneau (2013; 2015) cunhou de *ethos* discursivo, em referência ao conceito clássico de Aristóteles e aos avanços de Bathes¹¹ e Oswald Ducrot¹² (1984). A ideia de Maingueneau (2015) consiste em compreender o *ethos* como uma instância discursiva capaz de proporcionar ao enunciador a criação de uma imagem de si, como *ethos* visado, e que, a partir de uma instância subjetiva (fiador), ser capaz de gerar um tom (corporalidade sócio-histórica). Para cada *maneira de dizer* há uma *maneira de ser*, afirma o autor. Portanto, o *ethos* é uma noção discursiva, como explicado abaixo:

- o *ethos* é uma noção *discursiva*, ele se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala;
- o *ethos* é fundamentalmente um processo *interativo* de influência sobre o outro;
- é uma noção fundamentalmente *híbrida* (sociodiscursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica (MAINGUENEAU, 2015, p. 17).

¹⁰ Original: “L’opinion collective est celle qu’exprime un groupe à propos d’un autre groupe. Elle consiste à enfermer l’autre groupe dans une catégorie définitive et l’essentialisant. (...) il s’agit d’une opinion à forte valeur identitaire et qui ne se discute pas et qui essentialise un groupe”.

¹¹ Obra referenciada por Dominique Maingueneau (2013): BARTHES, Roland. L’ancienne rhétorique. *Communications*, n. 16, 1966, p. 212.

¹² Obra referenciada por Dominique Maingueneau (2015): DUCROT, Oswald. *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984.

Para garantia de um *ethos* efetivo, Maingueneau (2015) delinea uma configuração: *ethos* pré-discursivo, *ethos* discursivo (mostrado), *ethos* dito; todo esse conjunto de elementos são ligados a estereótipos concebidos em um ‘mundo ético’. Nesse ponto, podemos contrastar o postulado de Maingueneau (2013; 2015) ao conceito de imaginários sociodiscursivos de Charaudeau (2007; 2015b), uma vez que o destinatário o interpreta a partir das “representações sociais avaliadas positiva ou negativamente em estereótipos que a enunciação contribui para confrontar ou transformar” (MAINGUENEAU, 2015, p. 18).

Esse jogo de imaginários sociodiscursivos que envolve os interdiscursos¹³ dispostos em determinadas condições sócio-históricas ajuda-nos a compreender e a interpretar o *ethos*. Por isso, Charaudeau (2015b) observa alguns imaginários presentes em nosso cotidiano: o imaginário da modernidade como o conjunto de representações que grupos sociais constroem da maneira como percebem e julgam seu instante presente, com o objetivo de negar o passado e salientar o presente; o imaginário da tradição como um conjunto de representações acerca da origem dos valores basilares de uma comunidade, negando o progressismo da modernidade; o imaginário da soberania popular dividido entre o direito à identidade, igualdade e solidariedade.

2. Análise dos imaginários sociodiscursivos arregimentados em comentários

Pretendemos nesta seção identificar e descrever quais imaginários sociodiscursivos os usuários do SRS *Facebook* arregimentam para dar legitimidade aos seus dizeres. Para isso, coletamos um conjunto de comentários e réplicas¹⁴ entre os dias 27 e 28 de outubro de 2016 sobre os dois objetos de nossa pesquisa. Além da análise dos imaginários, também optamos por identificar léxicos que nos direcionam na constatação destes.

¹³ Entendemos por interdiscurso o jogo de relações que um discurso particular pode ter com outros gêneros de discursos, já ditos e complementados anteriormente à enunciação de um sujeito. Nas palavras de Charaudeau e Maingueneau (2016): “Todo discurso (...) tem a propriedade de estar em relação multiforme com outros discursos”. É a relação de um discurso particular com discursos anteriores, já ditos, transformados e complementados.

¹⁴ Foram coletados dois comentários sobre os dois acontecimentos e dez réplicas de cada. Com o objetivo de apreender um número de comentários e réplicas autênticos, optamos por escolher a opção “Principais comentários”, proporcionada pelo SRS *Facebook*.

É importante frisar que, antes mesmo de analisar os comentários e réplicas, a instância produtora (a FSP)¹⁵ já possui o poder em agenciar determinados pontos de vista e ressalvas propostas pelos usuários. Primeiro pelo próprio usuário ter que expressar sua opinião dentro da *fanpage* FSP; e segundo, por diversas teorias compreenderem o dinamismo que o interesse da imprensa reflete na agenda do público¹⁶. O veículo se reveste da transparência almejada pelo jornalismo, emprestando a credibilidade que o discurso jornalístico possui.

Por tratar de ambiente tecnológico, com suas regulações e restrições, sua situação de comunicação tende a se repetir nas demais análises, muito embora o ambiente concreto em que o sujeito comunicante digita seu enunciado não seja cabível de delimitar, como visto em Machiaveli (2016, p. 42):

Na situação da comunicação dos comentários analisados, temos um Eu-Comunicante como um usuário da rede social *Facebook*, podendo ser nomeado de *prosumer* (usuário-mídia) com acesso e capacidade de produzir informações a diversos Tu-Interpretantes sem estar em um meio de comunicação em larga escala. O Tu-Interpretante corresponde a outros usuários-mídia, também com acesso e capacidade de interpretação dos enunciados. Na esfera da enunciação, temos um Eu-Enunciador = provocador, que evoca um efeito de sentido sobre o fato, a conquistar um Tu-Destinatário capaz de compreender, reafirmar ou refutar sua argumentação. Do outro lado, temos os terceiros falantes, que o Eu-Enunciador também busca conquistar na arena discursiva dos comentários. Os terceiros são os usuários que visualizam os comentários e réplicas. Não têm relação direta com os interlocutores, mas são a principal “conquista” almejada. Enfim, os interlocutores debatem entre si buscando vencer o debate e influenciar os terceiros, que, muitas vezes, dialogam por meio de curtidas ou réplicas.

Portanto, cada usuário é um receptor e produtor de informação no SRS *Facebook*, tendo acesso a inúmeras enunciações e refutações. Na forma-enunciado que vemos na figura 1 (abaixo), há o comentário sobre o impeachment de Dilma (PT):

¹⁵ Neste trabalho utilizamos a sigla FSP para designar o jornal Folha de São Paulo.

¹⁶ Esta questão é complexa, entretanto, podemos salientar diversos trabalhos sobre teorias da comunicação que reforçam o agendamento midiático a longo prazo (ver MCOMBS; SHAW, 1972; LYCARIÃO; SAMPAIO, 2016; MACHIAVELI, 2016). Charaudeau (2015a) explica a dupla função de audiência da mídia: a da credibilidade e de captação. Para a última, a mídia utiliza categorias patêmicas e estereótipos para garantir maior alcance entre a população.



Fig.1. Comentário sobre o resultado da votação de impeachment de Dilma Rousseff (PT)

O comentário descreve o governo petista como um “império” dos maiores “traidores” do país. O substantivo “império” remete ao imaginário de soberania popular, por outorgar, digamos assim, a volta do Brasil às mãos de pessoas dignas de governá-lo. O imaginário da soberania popular é um imaginário patriótico e da democracia (o poder do povo). Nele é possível ver as representações de opiniões conflitantes. Os léxicos “nação” e “império” ressaltam a construção de um *ethos* patriótico com o uso da ironia – o uso das aspas tem dupla função: de citar a voz do próprio PT e de deslegitimá-lo – para legitimar o seu dizer. O verbo despejar no final do enunciado transmite também o imaginário sociodiscursivo de que o Brasil se livrou de estorvo (o verbo despejar como transitivo direto também pode significar o livramento de estorvos, obstáculos etc.), de um lixo a ser jogado fora para que o Brasil volte a crescer. A partir destas análises, concluímos que se trata de um saber de crença de opinião relativa.

Seguindo a análise, aparecem as primeiras réplicas ao comentário supracitado:



Fig. 2. Réplicas 1,2 e 3 ao comentário sobre o impeachment de Dilma (PT)

A primeira réplica é construída por indagações conflitantes em relação à opinião do primeiro locutor. Faz parte do imaginário do saber de conhecimento, o saber histórico. O enunciado transmite um efeito de sentido forjado por um *ethos* arrogante – de pessoa bem informada – sustentado pela agressão verbal, no caso a

refutação do outro. Mesmo tendo referenciado o saber histórico, o enunciado é construído como uma opinião relativa. A segunda réplica é dialógica por remeter à placa “Tchau querida”, exposta por diversos deputados federais, em ocasião da votação de aprovação do prosseguimento do processo de impeachment (G1, 2016). Ela se insere no interdiscurso de quem foi a favor do impedimento da presidente. A construção patêmica é de opinião relativa. Já a terceira réplica é representada pelo imaginário do anti-petismo, pois julga o enunciador da réplica 1 como “PTista” apenas por discordar do comentarista (figura 1). Sua construção é patêmica, com um *ethos* agressivo que produz o anti-*ethos* “PTista inútil” para legitimar o seu dizer. É composto pela opinião relativa no quadro de saberes de Charaudeau (2007).

As próximas réplicas (figura 3) são compostas pelo saber de crença de opinião relativa:



Fig. 3. Réplicas 4, 5 e 6 ao comentário sobre o impeachment de Dilma

O enunciado da quarta réplica é composto pelo *ethos* acadêmico (“sou formado em história”), pois indaga o locutor da réplica 1 a dizer quais são as fontes históricas de “seu comentário”. Já o enunciado da réplica 5 é composto por um *ethos* arrogante e agressivo. O locutor alicerça seu enunciado pelos imaginários da modernidade (CHARAUDEAU, 2015b), aquele que faz parte do interdiscurso da globalização, do neoliberalismo; e da Guerra Fria e da República Popular da China por enfatizar o caráter autoritário que existiu, segundo o enunciador, na União Soviética e na China. O enunciado 6 também é composto por um *ethos* agressivo, carregado de uma categoria patêmica (vontade de fazer seu adversário chorar).

Ressalta-se que as próximas réplicas também são compostas por agressões verbais em relação ao enunciado da réplica 1. Como vemos abaixo:

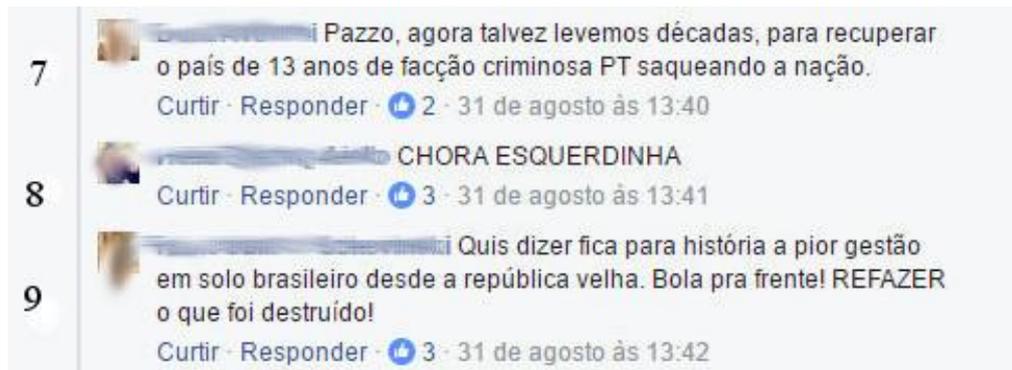


Fig. 4. Réplicas 7, 8 e 9 ao comentário sobre o impeachment de Dilma

A sétima réplica é representada pelo saber de crença de opinião relativa por adesão ao comentário da figura 1. É alicerçado pelos imaginários de que o Foro de São Paulo seria uma “facção” e que o governo petista representou um descontrole financeiro ao saquear as instituições públicas. A oitava também é de uma opinião relativa, composta por um *ethos* anti-esquerda, gerando um efeito de sentido de ódio (*pathos*) por estar de caixa-alta. É representada pelo imaginário de que o PT representa a esquerda brasileira, além de diminuir o sujeito da réplica 1 (figura 2) por ser mulher. Há uma disputa de gênero ao identificarmos que o diminutivo “esquerdinha” gera um efeito de sentido de superioridade do enunciador. Logo, a nona réplica também é de opinião relativa, embora transmita um *ethos* esperançoso, abordando imaginários sobre a República Velha. O léxico “REFAZER” em caixa-alta representa também o tom patêmico do enunciado. A última réplica coletada (figura 5) é composta pelo saber de crença de opinião relativa, sendo representada pelo imaginário de que o PT é igual à corrupção, gerando um efeito de sentido de comoção e alívio.



Fig. 5. - Décima réplica ao comentário sobre o impeachment de Dilma.

Salienta-se que as réplicas constituíram uma agressão verbal à opinião contrária indagada pelo enunciador da réplica 1. A maioria das réplicas são preenchidas por uma imagem de si agressivo contra o “infortúnio” governo petista que “saqueou” o Brasil. Em oposição a isso, também analisaremos os comentários e réplicas publicados sobre a cassação de Eduardo Cunha (PMDB). Segue-se o comentário:

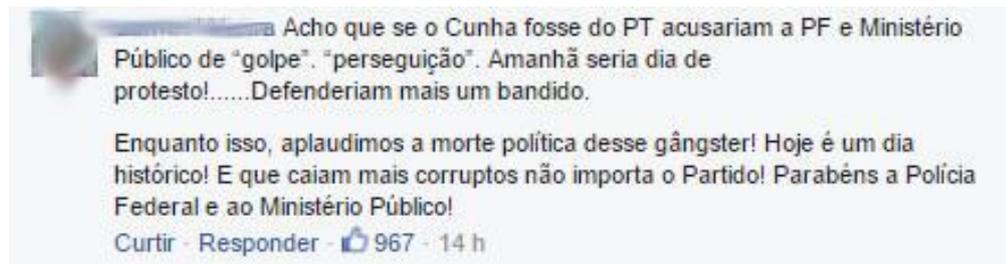


Fig. 6 - Comentário sobre a cassação de Eduardo Cunha (PMDB)

O comentário acima representa um efeito de sentido de que qualquer reivindicação do PT significa “golpe” e “perseguição”. Para legitimar o enunciado, há a construção de um *ethos* patriótico e esperançoso, regido pelos imaginários antipetista e contra corrupção. É uma opinião relativa que ressalta o interdiscurso sobre a má gestão petista.

A primeira réplica (figura 7) é uma opinião relativa por adesão à constatação do comentário sobre a “perseguição” e o “golpe” proferido pelos petistas. Desse ponto de vista, há o imaginário antipetista para confirmar a sua opinião.



Fig.7. Réplicas 1, 2 e 3 ao comentário sobre a cassação de Eduardo Cunha.

A réplica número 2 já é composta pelos imaginários de justiça e igualdade. O *ethos* aconselhador provoca um efeito de sentido de que o crime de Eduardo Cunha (PMDB) foi comprovado, e que a acusação contra Dilma não teria as mesmas evidências jurídicas. A próxima réplica é composta por um *ethos* arrogante, alicerçado pelo imaginário marxista da alienação (termo que designa a alienação do trabalho, isto é, uma cegueira e passividade em relação à sua venda como operário), sugerindo que o comentarista é alienado por não separar o PT da corrupção estrutural do Brasil.



Fig. 8. Réplicas 4,5 e 6 sobre a cassação de Eduardo Cunha.

O efeito de sentido da quarta réplica é de um *ethos* patriótico, embasando suas posições por meio dos imaginários anticorrupção e de soberania popular. O enunciador transmite um efeito emocional de alívio e esperança com a cassação de Cunha (PMDB). As construções etótica e patêmica se misturam aos imaginários para dar legitimidade e referência ao dizer. É um saber de crença de opinião relativa. A quinta réplica é forjada por um *ethos* de honesto, anticorrupção, sendo uma apropriação do discurso do comentarista (figura 6), que é indagada pelo enunciador da sexta réplica. O efeito de sentido visado da sexta réplica indica que quem pediu o *impeachment* de Dilma (PT) foram pessoas “cegas” que não compreendem a corrupção estrutural do Brasil. É composto por um *ethos* irônico do saber de crença de opinião relativa, carregado de representações contra as manifestações a favor do *impeachment* (“coxas”).

A sétima réplica (figura 9) configura o imaginário do analfabeto político. É preciso pensar em Bertolt Brecht e seu famoso texto sobre o analfabeto político¹⁷. Diz o poeta alemão: “pior analfabeto é o analfabeto político”, “ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos”. Além de uma categoria patêmica (“azia”), o Eu enunciador dessa réplica refuta o comentarista (figura 6) e todas as outras colocações dos enunciadores das réplicas, onde identificamos um *ethos* arrogante perante seus interlocutores. Sua argumentação é carregada também pelo imaginário da cidadania (onde aparecem as representações do dever e do direito do cidadão).

¹⁷ “O pior analfabeto É o analfabeto político, Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e o lacaio das empresas nacionais e multinacionais” (BERTOLD BRECHT – disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=493> Acesso em novembro de 2016.



Fig. 9. Réplicas 7, 8 e 9 sobre a cassação de Eduardo Cunha.

O enunciado da oitava réplica remete à um *ethos* indiferente à cassação de Cunha, embasando sua posição por meio do imaginário da igualdade e da justiça. É uma opinião relativa de que a cassação de Eduardo Cunha não foi vista como surpresa, mas como uma “obrigação” do Estado brasileiro à justiça. Na nona réplica há um *ethos* arrogante (“pior”; “quem”; “determinados políticos”), composto pelo imaginário de descrença à classe política. É uma opinião relativa carregada também por categorias patêmicas, como a abreviatura “pqp” que significa uma ofensa e um palavrão.



Fig. 10. Última réplica sobre a cassação de Eduardo Cunha.

A última réplica é composta por um *ethos* arrogante e irônico. O efeito de sentido é indagar o comentarista (figura 6) sobre a parcialidade de seus julgamentos. É patêmica por seu conteúdo estar no imaginário do golpe contra a democracia, legitimado pelo *impeachment* de Dilma (“golpistinha”). Seu argumento é arregimentado pelos imaginários da igualdade (“antecipar crédito suplementar é igualzinho desviar milhões para Suíça né?”) e da soberania popular, a democracia; por isso faz parte do saber de crença de opinião relativa.

Como vimos na análise, todos os comentários fazem parte do saber de crença de opinião relativa, no quadro de Saberes de Charaudeau (2007). Segundo o autor, é no espaço da democracia que ocorre estas opiniões divergentes carregados de diversos imaginários. Vimos que o imaginário anti-petismo norteou a maioria das réplicas, o que nos direciona para a criação de *ethé* não apenas a favor do Brasil, mas, principalmente, contra o governo petista.

Considerações finais

A análise dos imaginários sociodiscursivos não pode ser compreendida de uma maneira completa, sem entremeios e defasagens sobre as condições sócio-históricas do dizer, ainda mais quando estamos trabalhando com uma situação de comunicação em ambientes virtuais, como o SRS *Facebook*, que é instável e não delimitada. Portanto, o que podemos ressaltar neste trabalho são as arregimentações dos interlocutores para legitimar seus dizeres por meio de visões de mundo, seja subjetivas (saber de crença) e objetivas (saber de conhecimento), a partir da interpretação e descrição do analista.

O resultado da análise nos mostrou que os comentaristas alicerçaram seus dizeres, principalmente, em representações sobre o governo petista, transformando as trocas linguageiras em discursos de ódio contra quem discorde delas. Os dois comentários analisados (figuras 1 e 6) fazem parte do saber de crença de opinião relativa, segundo a gênese de Charaudeau (2007), em que os argumentos foram remetidos aos imaginários da soberania popular e o antipetismo. Indo de encontro aos comentários, a maioria das réplicas utilizaram o saber de crença de opinião relativa, sendo que apenas uma se embasou no saber de conhecimento.

Deste modo, vimos a refutação de um argumento sob o imaginário sexista e machista de superioridade do homem (figura 4), em que o enunciador utiliza o diminutivo “esquerdinha” para dar um tom de superioridade em relação à sua interlocutora. Vimos que o imaginário anti-petismo norteou grande parte dos comentários, muito deles com tom agressivo e de superioridade em relação ao interlocutor. Como na figura 2 em que o enunciador julga seu interlocutor como “PTista” apenas por discordar de opinião. Na figura 6 ocorreu o mesmo caso, em que o comentário indicou que toda reivindicação do PT seria golpe ou perseguição.

Portanto, a maioria dos comentários analisados trazem uma agressão verbal, seja ela de desqualificação ou refutação de seu interlocutor, não demonstrando atitudes que contribuiriam para a solução de problemas, como uma argumentação honesta sobre os dois acontecimentos políticos discursivos. A maioria das réplicas forma preenchidas por imagens discursivas agressivas contra o governo petista e também contra comentaristas que discordaram das opiniões. Como vimos em Charaudeau (2007), as opiniões de crença relativas fazem parte da democracia, entretanto, esse jogo de debater sem aprofundamento e visando desqualificar o outro não contribui para a evolução da nosso País.

À guisa de conclusão, a arena discursiva foi ocupada por um conjunto de *ethé* arrogantes e agressivos que não desenvolveram seus raciocínios, apenas reproduziram o indicado no interdiscurso das representações alicerçadas.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12^a ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2015a.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2015b.
- CHARAUDEAU, Patrick. Les stéréotypes, c'est bien, les imaginaires, c'est mieux. In: BOYER, Henri. **Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène**. Langue(s), discourse. v. 4. Paris: Harmattan, 2007. p. 49-63.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: os modos de organização do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. 3.ed, 2^a reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2016.
- MACHIAVELLI, Gabriel Reis Moraes. **As manifestações de março de 2015: a esfera pública, o discurso polêmico, e o jogo dos imaginários sociodiscursivos**. Dissertação (Mestrado). 106f. Programa de Mestrado em Letras (Promel). Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). Agosto de 2016.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Maria Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. – 6 ed. ampl. – São Paulo: Cortez, 2013.
- MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (org.). **Ethos Discursivo**. – 2. ed., 1^a reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015.

Artigo recebido em: 01/08/2017

Artigo aprovado em: 13/12/2017

Resenha: LABOV, W. **Padrões sociolingüísticos**. Tradução de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

RESENHA DO LIVRO PADRÕES SOCIOLINGÜÍSTICOS DE WILLIAM LABOV

Valéria Fonseca Leite*

Esta resenha baseia-se no livro publicado em 1972 **Padrões Sociolingüísticos** (*Sociolinguistic Patterns*), cuja versão brasileira, traduzida por Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso e publicada pela editora Parábola, foi publicada em 2008. Será dada maior ênfase aos primeiros capítulos, nos quais o autor descreve seu início como pesquisador e detalha suas pesquisas de mestrado e doutorado.

Antes, porém, de abordarmos o livro em questão, vejamos o que é Sociolingüística. Segundo Pagotto (2006) são três as grandes áreas da Sociolingüística:

- Teoria da Variação e da Mudança, também conhecida como sociolingüística quantitativa, que estuda de que maneira o sistema lingüístico, no seu núcleo gramatical é afetado pelas relações com a sociedade
- Etnografia da Fala, com foco no conhecimento das regras sociais que norteiam o emprego das formas lingüísticas, como parte do funcionamento social da comunidade
- Sociologia da Linguagem, cujo enfoque está nas relações macro da língua com a sociedade, para estudar como a língua se espalha por uma determinada comunidade e quais as relações entre esse espalhamento e as estruturas de poder. Dois nomes que se destacam são John Fishmann e Pierre Bourdieu.

* Mestre em Engenharia de Produção pela UNIFEI, doutoranda em Ciências da Linguagem no Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás) e professora no curso de Administração na Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Contato: valeria@unifei.edu.br.

Ainda segundo Pagotto, para que seja considerada Sociolinguística a abordagem precisa pressupor “autonomia do sistema linguístico para depois propor inter-relação com o mundo social” – “o sistema linguístico tem funcionamento próprio, independente do mundo social, embora submetido a ele”. (p.51)

A publicação original do livro Padrões Sociolinguísticos de William Labov representou o

[...] nascimento oficial de uma área dos estudos da linguagem que, desde então, não tem parado de se desenvolver em todo o mundo: a sociolinguística variacionista. Interessado, de início, em desvendar os enigmas da mudança linguística, William Labov acabou revelando a complexa relação desse fenômeno, diacrônico, com outro, sincrônico: a variação linguística. Labov parte do princípio que as línguas mudam porque variam; [...] as línguas mudam porque não existem "línguas", mas sim falantes de carne e osso, que vivendo em sociedades complexas, hierarquizadas, heterogêneas, mudam as línguas. Sendo assim torna-se impossível desvincular os fatos de linguagem dos fatos sociais. (orelha e todos os sítios que vendem ou divulgam o livro).

A Sociolinguística Variacionista traz a marca dos conflitos políticos e ideológicos. Labov criou um instrumental teórico capaz de aniquilar o mito da "deficiência verbal" das classes sociais subjugadas (e, no caso específico dos Estados Unidos, dos negros), estabeleceu a lógica gramatical inegável dos dialetos considerados "não padrão", isto é, das formas de falar das comunidades excluídas do poder e do controle social. (idem)

Mas, quem é William Labov? Primeiramente um pesquisador internacionalmente reconhecido, uma das personalidades mais influentes da linguística moderna. Foi o segundo a receber o *the British Academy's Neil & Saras Smith Medal for Linguistics* – uma medalha de reconhecimento por sua contribuição à Linguística. Recebeu também a medalha *Smith Medal* – prêmio anual por dedicar uma vida aos estudos da linguística – antes de Labov apenas Noam Chomsky havia recebido este reconhecimento.

Labov nasceu em 1927. Foi um químico industrial por dez anos. Graduou-se em Inglês e Literatura em Harvard em 1948. Em seu mestrado, descrito no capítulo 2 deste livro, Padrões Sociolinguísticos, estudou diferenças regionais e de classe na pronúncia da língua inglesa na ilha Martha's Vineyard, em Massachussets a partir de 1961. Em seu doutorado, cuja tese foi concluída em 1964, com seu orientador e amigo Uriel Weinreich, Labov focou nas formas de quantificar variação fonética. Foi professor na Columbia University de 1964 a 1971. Desde 1971 é professor do departamento de linguística da Universidade da Pensilvânia. Labov já recebeu

diversos títulos de doutor honorário. Em 1985, Labov recebeu o título da faculdade de humanas da Universidade Uppsala na Suécia; em 1990 da Universidade de Liège, na França, em 1998 da Universidade de York, em 2005 da Universidade de Edinburgo e em 2007 da Universidade de Paris. Foi casado com a socióloga Teresa Gnasso Labov e desde 1993 é casado com a sociolinguista Gillian Sankoff. Desde 2014 está aposentado, apesar de ainda estar atuante.

Labov foi um pioneiro na abordagem de investigar a relação entre língua e sociedade e desenvolveu o campo de estudos que veio a ser conhecido por sociolinguística variacionista.

Segundo ele, a forma como uma língua é falada (e escrita) difere entre indivíduos como também em situações vividas pelo mesmo indivíduo. Labov argumenta que estas diferenças não são apenas normais como também necessárias para o funcionamento de uma língua. Esta visão desafia o pensamento tradicionalmente dominante e a prática na teoria da linguística, desde Ferdinand de Saussure a Noam Chomsky. Sua metodologia se distingue de outras dentro da sociolinguística devido ao emprego de métodos quantitativos.

Na apresentação da edição brasileira Marcos Bagno, um dos tradutores do livro, comenta que a sociolinguística variacionista encontrou no Brasil um dos campos mais férteis para a aplicação de seus postulados teóricos e de sua metodologia de trabalho empírico e, apesar de muitos trabalhos terem sido realizados no Brasil desde a década de 1970, clássicos como *Padrões Sociolinguísticos* até 2008 não haviam sido traduzidos. Em 2006 ele, Bagno, traduziu o ensaio *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística* de Weinreich, Labov e Herzog, originalmente publicado em 1968.

Ainda na introdução Bagno comenta que a Sociolinguística Variacionista tem fornecido suporte empírico para o combate às construções ideológicas que se apoiam nas diferenças linguísticas como pretexto para suas políticas de discriminação e de exclusão social.

Na Introdução do livro *Padrões Sociolinguísticos* Labov inicia com a afirmação: “*Por vários anos, resisti ao termo **sociolinguística**, já que ele implica que pode haver uma teoria ou prática linguística bem-sucedida que não é social.*” Ele repete esta afirmação diversas vezes no livro, demonstrando seu incômodo com a criação de um rótulo. Rótulo, esse, disputado por diversas abordagens diferentes, com mundos referenciais diferentes, de acordo com Pagotto (2006, p. 51). Labov se auto intitula um estudioso de linguística. Para ele não deveria ser novidade, outros

não deveriam se surpreender com uma crescente percepção de que a base do conhecimento intersubjetivo na linguística precisasse ser encontrada na fala — “língua tal como usada na vida diária por membros da ordem social, veículo de comunicação com que as pessoas discutem com seus cônjuges, brincam com seus amigos e ludibriam seus inimigos.” (p. 13)

Labov comenta que trabalhar em um setor tão diferente do “mundo da linguística” por dez anos abriu seus olhos para um mundo rebelde, de caráter racional. Ele trabalhou como químico após terminar o curso de Letras no início da década de 60. Essa visão racional o ajudou a enxergar três barreiras ideológicas para o estudo da língua na vida diária. Segundo ele primeiramente, Saussure tinha enunciado o princípio de que os sistemas estruturais do presente e as mudanças históricas do passado tinham de ser estudados separadamente (1949, p. 124). Esse princípio tinha sido consistentemente erodido por Martinet (1955) e outros, que encontraram estrutura nas mudanças passadas, mas pouco progresso fora feito na localização da mudança nas estruturas presentes. A segunda barreira ideológica afirmava explicitamente que a mudança sonora não podia, em princípio, ser observada diretamente. Bloomfield defendia a regularidade da mudança sonora contra a evidência irregular do presente declarando (1933, p. 364) que quaisquer flutuações que pudéssemos observar seriam apenas casos de empréstimo dialetal. Uma terceira restrição era, talvez, a mais importante: a variação livre não podia, em princípio, ser condicionada. O postulado básico da linguística (Bloomfield 1933: 76) declarava que alguns enunciados eram o mesmo. Também se sustentava que os sentimentos acerca da língua eram inacessíveis e estavam fora do escopo do linguista (BLOCH; TRAGER, 1942). A avaliação social das variantes linguísticas estava, portanto, fora de consideração.

Ao conhecer Uriel Weinreich na Columbia University Labov percebeu que teria um orientador e um amigo e que iriam, com sua “intuição, imaginação e força criativa” ultrapassar tais restrições. Weinreich o orientou em seus trabalhos de mestrado e doutorado. Juntos escreveram em 1966 o ensaio citado acima. Labov dedica muitos de seus trabalhos ao grande parceiro, inclusive esse mesmo livro. Weinreich veio a falecer aos 41 anos antes mesmo do ensaio ser publicado.

No Capítulo 1 do livro Labov resume o trabalho que realizou em seu mestrado. Ele escolheu a ilha na costa nordeste dos Estados Unidos, no estado de Massachusetts para tal. A ilha, na época do estudo, tinha uma população de 6 mil habitantes e em área era e ainda é a 57^a ilha dos Estados Unidos por área, com apenas 33km de

comprimento. Uma unidade independente, distante três milhas do continente (aproximadamente 5km). Social e geograficamente complexa o bastante, com sua população composta por descendentes de famílias de origem inglesa que haviam migrado nos séculos XVII e XVIII; descendentes de portugueses – a mais alta concentração de Massachussetts, próxima a 20% do total da população; remanescentes indígenas; misto de ingleses, franco-canadenses, irlandeses, alemães, poloneses – 15% do total e não coesos entre si. Além disso, havia os veranistas, os quais não chegavam a 46000 por temporada e não foram considerados no estudo. Um importante motivo da escolha da ilha foi o fato de ser conhecida entre linguistas como importante área conservadora do inglês americano e apresentar aspectos da fala que chamavam a atenção, entre eles o aspecto dos ditongos centralizados /ay/ e /aw/, saliente para o linguista, mas não para os falantes e imune à distorção consciente: nativos não se dão conta, nem conseguem controlá-lo conscientemente (p. 27). Exemplos desses ditongos podem ser encontrados em palavras como: *right, out, time, cow*.

Seu objetivo era dar suporte à visão geral do papel da interação social na mudança linguística. Por que certos fenômenos variam? “[...] antes que um fenômeno possa se difundir de palavra para palavra [...] é necessário que uma das formas rivais adquira algum tipo de prestígio.” (p. 21 apud STUTTERVANT, 1947, 74-84). Do ponto de vista neogramático mudanças observáveis são resultados de uma série de empréstimos, imitações e variações aleatórias.

Labov acreditava que seria possível encontrar uma explicação específica se fosse feito um estudo da configuração detalhada desta mudança sonora em função das forças sociais que afetavam mais profundamente a vida de ilha. (p. 45). Precisava-se levar em conta que era o município mais pobre de Massachussetts, com o mais alto índice de pessoas pobres e o mais baixo índice de pessoas ricas; apresentava mais alto índice de desemprego; o mais alto índice de emprego temporário; era afetada pelo alto preço do transporte (ferryboat) utilizado para trazer e levar mercadorias para a ilha; mais mulheres casadas trabalhando fora e criando filhos pequenos; a pesca, tradicional fonte de renda, em queda (seu auge havia sido com pesca de baleias); queda da agricultura e da pecuária (também influenciada pelo ferryboat).

Foram, então, realizadas 69 entrevistas formais nas quais foi possível observar 3500 ocorrências de /ay/ e 1500 de /aw/. Foram feitas observações em situações espontâneas que deram suporte às conclusões. Conceito importante, e constante,

para o pesquisador: “Se quisermos fazer bom uso das declarações dos falantes sobre a língua, temos que interpretá-las à luz de produções inconscientes, sem reflexão”. Fica aqui uma dúvida: como fazê-lo se o falante está sendo gravado? Sem que ele saiba que está sendo gravado? Se não gravar, como registrar dados e mantê-los disponíveis e evitar interdição social? Estas preocupações são revistas pelo próprio Labov em outros momentos do livro e por Pagotto (2006).

Labov está em constante diálogo com sua pesquisa. “Permanece uma lacuna na lógica da explicação: de que modo as pressões sociais e as atitudes sociais incidem sobre estruturas linguísticas? Até agora, reunimos uma série convincente de correlações; contudo, ainda precisamos propor um mecanismo racional pelo qual os elementos estáveis da estrutura entram nessas correlações.” (p. 60)

As técnicas desenvolvidas no mestrado foram refinadas e aplicadas no seu doutorado, que Labov considerou uma situação mais complexa, já que em Nova York falantes de múltiplos estilos são a regra, e não a exceção, há maior número de grupos étnicos, mobilidade e mudança eram mais rápidas e a população muito mais numerosa. Seria necessário empregar técnicas mais sutis e complexas, contudo a abordagem básica de isolamento das variáveis socialmente significativas e de correlação delas com os padrões das forças sociais gerais precisava ser a mesma.

O capítulo 2 traz, então, o trabalho realizado por Labov em seu doutorado, cujo foco era a estratificação social do (r) nas lojas de departamentos na cidade de Nova York. Labov insiste em uma de suas constantes preocupações: toda pessoa que comece a estudar a língua em seu contexto social imediatamente se depara com o clássico problema metodológico: os meios empregados para coletar os dados interferem nos dados a serem coletados. Ele comenta que o método básico para se obter uma grande quantidade de dados confiáveis da fala de uma pessoa é a entrevista individual gravada. Porém, a fala da entrevista é fala formal, pública, monitorada e controlada em resposta à presença de observador externo. Como citado acima, ele busca amostras de produções inconscientes.

Um modo de controlar isso é estudar a pessoa em seu contexto social natural – interagindo com a família ou seus pares. Outro modo é observar o uso público da língua na vida diária fora de qualquer situação de entrevista. Assim, Labov, em Novembro de 1962, com a hipótese geral: *se dois subgrupos quaisquer de falantes nova-iorquinos estão dispostos numa escala de estratificação social, logo estarão dispostos na mesma ordem por seu uso diferenciado do (r)* inicia sua investigação. Ele decide que sua amostra será encontrada em três lojas de departamentos, cujos

clientes são socialmente estratificados. Espera-se comparável estratificação dos vendedores. As lojas escolhidas são Saks Fifth Avenue, de *status* superior, Macy's, considerada de *status* médio, e S. Klein, de *status* inferior. Outro ponto levado em consideração na escolha das lojas foram as políticas de publicidade e preços adotadas; os jornais nos quais anunciavam; suas instalações físicas; e o prestígio da loja – que Labov descobriu que para os funcionários fazia mais diferença que o próprio o salário.

O método empregado fugiu do considerado “normal”, que consistia em estratificar amostras de falas, em agendar entrevistas. Labov fazia perguntas que levassem à resposta: “*fourth floor*”. Após a primeira resposta, ele se inclinava para frente e perguntava: “*como?*” o que forçava a pessoa a responder novamente. Ele adotou como variáveis independentes a loja, o andar, o sexo, a idade estimada, o cargo, a raça e o sotaque do atendente e como variáveis dependentes a resposta casual e a enfática. Ele se preocupou sem se vestir à moda da classe média da época e usava pronúncia normal de universitário nativo de Nova Jersey. Esses detalhes descritos por Labov demonstram sua preocupação constante com uma pesquisa que não levasse ao “auto-engano da introspecção”.

Labov chega às seguintes considerações: com perspicácia suficiente é possível estudar qualquer grupo: a pesquisa sociolinguística decerto precisa superar o desafio de desenvolver estudos rápidos e anônimos que escapem das limitações da conveniência. (p. 89); ... testes rápidos e anônimos não podem ser interpretados plenamente sem o conhecimento detalhado da história dialetal da área e sem um estudo mais sistemático da distribuição das variáveis linguísticas e normas subjetivas. (idem) E, finalmente, esses testes devem ser considerados como suplementares ou preliminares.

Nos capítulos seguintes Labov comenta que os linguistas sempre tiveram consciência dos problemas de variação linguística. A prática normal é por essas variantes de lado – não porque sejam menos importantes, mas porque as técnicas da linguística são tidas como inadequadas e insuficientes para lidar com elas. (p. 92)

O estudo da variação social na língua é simplesmente um dos muitos aspectos do estudo das estruturas linguísticas variantes. Uma motivação para o linguista estudar tais estruturas é que elas oferecem comprovação empírica para resolver análises estruturais alternativas no nível funcional, dando soluções empíricas a problemas que, de outro modo, permanecem insolúveis. Em segundo lugar, as estruturas variantes são definidas por métodos quantitativos que permitem os estudos detalhados de mudanças linguísticas em progresso. (p. 151-152).

O progresso de mudança linguística pode ser considerado em três estágios. Na sua origem, na sua propagação, no seu término. No capítulo 5 Labov discute seu interesse pelo segundo estágio, no qual a mudança é adotada por um número tão amplo de falantes que passa a contrastar com a forma mais antiga ao longo de uma ampla frente de interação social. (p. 152)

Já no capítulo 6 o autor irá discutir mudanças linguísticas em progresso sob dimensões subjetivas. Segundo ele “estudos tradicionais dos dialetos regionais dos Estados Unidos têm mostrado que o isolamento leva à diversidade linguística, enquanto a mescla de populações leva à uniformidade linguística. (p. 173) Porém, pessoas que convivem nos mesmos grupos sociais podem “participar de mudanças linguísticas rápidas que levam à crescente diversidade”, e não à uniformidade. Em entrevista a um programa de entrevistas no Youtube dos Estados Unidos, The David Parkman Show, disponibilizado em 16 de dezembro de 2013, Labov enfatiza esse aspecto da diversidade e os fatores políticos e econômicos do que ele chama de dialetos. Ao ser questionado, por exemplo, quanto à influência que meios de comunicação em massa e mídias sociais teriam na unificação da língua, ele responde que as pessoas não são influenciadas por interação passiva.

Ao comparar, por exemplo, a presença ou ausência de sons como o (r) consonantal em posição final e pré-consonântica em palavras como *beer*, *beard*, *car*, *card*, nos capítulos 3, 4, 5 e 6 do livro Labov passa por padrões de alternância estilística, padrões de estratificação social e estilística e elementos de padrão de hipercorreção da classe média baixa até chegar nas reações subjetivas como foco. Sempre com quantidades de testes, em alguns casos 200, e com análises em tabelas e gráficos, Labov apresenta suas descobertas de forma convincente. Para ele uma comunidade de fala não é um grupo de falantes que usam todas as mesmas formas, mas um grupo que compartilha as mesmas normas a respeito da língua.

O Capítulo 7 é sobre o mecanismo da mudança linguística, especificamente a mudança sonora. Com base em evidências apresentadas, Labov afirma que “não é possível realizar uma análise das relações estruturais dentro de um sistema linguístico para só depois recorrer a relações externas”. “Não se pode alegar que um sistema linguístico em mudança é autônomo”. (p.214)

No início do capítulo 8 Labov retoma seu questionamento do título Sociolinguística e demonstra, novamente, desconforto com o rótulo. Esse capítulo trata do estudo da estrutura e da evolução da língua dentro do contexto social da

comunidade de fala. Qual não é nossa surpresa ao encontrarmos nesse capítulo, na página 229, uma figura que nos remete à capa do livro. Essa surpresa é seguida de nova surpresa ao vermos o orgulho que o próprio autor tem desta capa. A capa aparece aos 3 minutos e 36 segundos de outro vídeo do Youtube, também de 2013, sobre a entrega a Labov da medalha *Benjamin Franklin in Computer and Cognitive Science* que apresenta Labov como aquele que conseguiu transformar a ciência da língua falada, a Linguística, com métodos matemáticos, como ninguém antes dele. Trata-se de uma figura utilizada por ele para um de seus estudos quantitativos. Ele apresenta um par de diagramas, com padrões geométricos (círculos, triângulos e quadrados) e apresenta uma afirmação: “todos os círculos não têm pontos neles” e testa “através” da gramática para ver estados extralinguísticos.

Nesse capítulo Labov revisita terias de Saussure, discute problemas da linguística em lidar com a fala, devido a sua agramaticalidade, sua variação, às dificuldades de ouvir e gravar, e da raridade das formas sintáticas. Ele fala também das intuições e dos conceitos de “dialeto” e “idioleto”. Novamente, recorramos a Pagotto (2006), que define dialeto, do ponto de vista linguístico, com um “sistema caracterizado por um conjunto de variantes linguísticas específicas – em contraste com outro(s) dialeto(s) que se caracterizariam por outras variantes”. Labov, então, chega a propostas metodológicas de pesquisa em que, entre outros aspectos, deve-se estar atento ao *paradoxo do observador*. Além dos dados ficarem disponíveis, ou seja registrados, para posterior revisão, o grau de interferência do observador deve ser o menor possível e o anonimato do falante deve ser preservado. Além do genuíno interesse do entrevistador pelo que o falante diz, o pesquisador deve, também, evitar interdição social.

A análise da língua em seu contexto, e de forma não intuitiva será cada vez mais valorizada, em sua opinião, como “um preliminar necessário para o desenvolvimento da pesquisa linguística”. “A teoria linguística não pode ignorar o comportamento social dos falantes de uma língua” e aqui vemos o químico, o estudante de ciências exatas: “tanto quanto a teoria química não pode ignorar as propriedades observadas dos elementos”. Os métodos apresentados por Labov neste capítulo visam a convencer que estudos linguísticos precisam ir além das construções do analista, precisam reconhecer propriedades da língua em si mesma.

Finalmente, no Capítulo 9 intitulado O quadro social da mudança linguística, Labov afirma que ao invés de se discutir sobre dados ruins, deve-se “tirar proveito da rica produção da mudança linguística que nos rodeia”. Quando fala em dados ruins,

Labov se refere à falta de “vontade” de outros pesquisadores em pesquisar sobre mudança linguística, seja devido a não acreditar na sua importância, seja por achar que é uma área trabalhosa com resultados pouco significativos. Ele afirma que linguistas históricos adotavam e defendiam uma política “associal”. Em uma revisão de como linguistas evitam relação com a sociedade ele levanta três questões: “se as funções expressivas e diretivas da língua são importante determinadores da mudança; se regras gramaticais altamente abstratas poder ser afetadas por fatores sociais; e se a evolução linguística é inteiramente disfuncional”.

Apesar de todos os linguistas concordarem que a língua é um fato social, nem todos dão a mesma atenção a mudanças linguísticas e muito menos ao contexto onde acontecem. Labov comenta sobre a visão de Whitney, Hermann Paul, Troubetzkoy, Martinet, Bloomfield, Chomsky e Halle, Vendryes, entre outros para dividir os linguistas em dois grupos, o grupo A que ele chama de “social” e o grupo B, o “associal”. O grupo A presta atenção aos fatores sociais para explicar mudança, enquanto o grupo B se concentra em fatores internos, estruturais ou psicológicos, para explicar mudança. Na página 308 Labov comenta que apesar do grupo B, com Chomsky e seu “falante-ouvinte ideal numa comunidade de fala completamente homogênea” ter certa dominância na teoria e na prática daquela época, ele se admira que o grupo A, composto por seguidores de Saussure, Meillet e Jespersen, não conseguiu em cinquenta anos apresentar estudos empíricos da mudança linguística em seu contexto social.

Labov mais uma vez critica pesquisadores que se apoiam na introspecção como metodologia, que ele chama de “confortável.” Linguistas devem se apoiar menos na psicologia e mais na sociologia. O autor chama os estudos de Martinet, Kurylowicz e Chomsky de experimentos imaginários e anedotas.

Ele apresenta três questões que acredita que para que sejam respondidas merecem uma mudança de atitude. Essas questões são: o lugar da variação social, o nível de abstração e a função da diversidade. Para ele, para se responder a essas questões se faz necessário o estudo da mudança em progresso. Os linguistas do grupo B frequentemente alegaram, em defesa dos princípios neogramáticos e com base em seus experimentos imaginários, que a mudança linguística é lenta demais, sutil demais ou esquiva demais para ser estudada enquanto ocorre à nossa volta. Ele apresenta evidências “esmagadoras” do contrário. Inicialmente Labov cita oito estudos empíricos de comunidades de fala, dentre eles dois dele mesmo, o da Martha’s Vineyard e o de Nova York, complementado na década de 70. Em seguida

ele comenta sobre os seguintes aspectos: classe socioeconômica, e o *status* da fala; grupo étnico e casta; identidade social; a transformação de dialetos regionais em dialetos de classes urbanas; o papel das mulheres, que usam formas linguísticas mais inovadoras que os homens; e a reestruturação de padrões iniciais sob influência do grupo de pares. Labov apresenta questionamentos que nos levam a pensar cada vez mais sobre as mudanças. Como e porque as mudanças acontecem? Como são implementadas? Por quem? Por que umas mudanças se fixam enquanto outras desaparecem, apesar de parecerem mais óbvias? Diversificação tem função adaptativa? Diversificação leva a evolução cultural?

Trata-se de um livro ao mesmo tempo altamente didático e complexo. Didático ao explicar as hipóteses de William Labov, suas crenças quanto ao que precisa ser estudado por linguistas e que métodos precisam ser adotados. Altamente complexo pois apresenta análises quantitativas por meio de tabelas e gráficos de mudanças sonoras tais como a pronúncia de ditongos ou consoantes.

Sem dúvida um livro instigante, que nos faz pensar em nossa própria língua, como ela chegou a ser o que é hoje e o que está acontecendo com ela. Seus leitores são levados a conhecer outros trabalhos do mesmo autor e é uma honra saber que somos seus contemporâneos. Desnecessário dizer que apesar dos 90 anos de idade Labov impressiona por ainda contribuir ativamente para os estudos da linguagem.

Para concluir, para Labov (p. 18) “o linguista que entra no mundo só pode concluir que o ser humano é o herdeiro legítimo da estrutura incrivelmente complexa que nós agora estamos tentando analisar e compreender.”

Referências

<http://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199772810/obo-9780199772810-0195.xml> Acesso em 02 Jul 2017.

<https://www.youtube.com/watch?v=2qHjHeNHF5A&t=610s> Acesso em 02 Jul 2017.

<https://www.youtube.com/watch?v=fzWLIKsTqyg> William Labov - 2013 Laureate of the Franklin Institute in Computer and Cognitive Science. Acesso em 02 Jul 2017.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

PAGOTTO, E. G. **Sociolinguística**. Introdução às Ciências da Linguagem: Linguagem, História e Conhecimento. Campinas: Pontes, 2006.

Resenha recebida em: 11/09/2017

Resenha aprovada em: 23/09/2017

Edição Paula Chiaretti
Tamyres Cecília da Silva

Capa Maria Isabel Braga Souza

Revisão Guilherme Beraldo
Tatiana Sousa

Diagramação Paula Chiaretti

Editora Univás
Pouso Alegre-MG
jul-dez/2017